

ESTUDOS REGIONAIS

REVISTA PORTUGUESA DE ESTUDOS REGIONAIS
PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL - Nº 17 - 2008

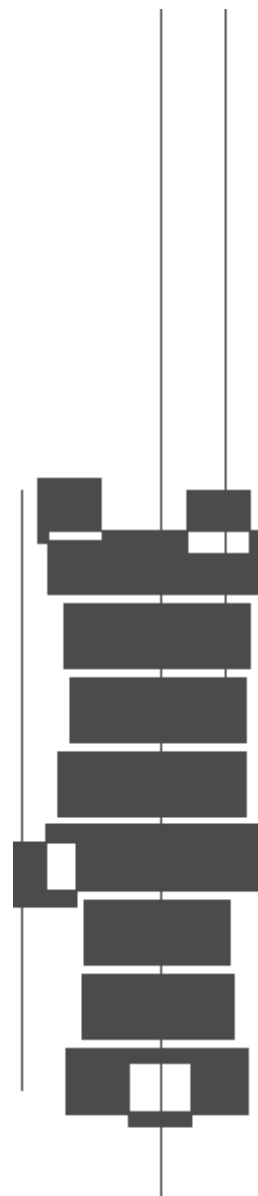
A SAZONALIDADE DA PROCURA TURÍSTICA NA ILHA
DE PORTO SANTO.

ANÁLISE ESTRATÉGICA DA DENOMINAÇÃO DE ORIGEM
PROTEGIDA CARNE MIRANDESA.

A SPATIAL VIEWPOINT ON FERTILITY
BY REGIONS IN PORTUGAL.

VOZES DO MAR NÃO CHEGAM A TERRA – SEGUNDA RESIDÊNCIA
EM ÁREAS DE RISCO COSTEIRO.

MICROPRODUÇÕES AGRÍCOLAS E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL EM REGIÕES PERIFÉRICAS.



DIRECÇÃO EDITORIAL

Editor Chefe: **Pedro Nogueira Ramos**

COMITÉ EDITORIAL

Adriano Pimpão, Universidade do Algarve
Álvaro Domingues, Universidade do Porto
António Figueiredo, Universidade do Porto
António Pais Antunes, Universidade de Coimbra
António Simões Lopes, Universidade Técnica de Lisboa
Armindo Carvalho, Universidade do Porto
Artur Rosa Pires, Universidade de Aveiro
Felisberto Marques Reigado, Universidade da Beira Interior
Fernando Ruivo, Universidade de Coimbra
Francisco Diniz, Universidade de Trás-os-Montes
Henrique Soares de Albergaria, Universidade de Coimbra
João Ferrão, Universidade Clássica de Lisboa
João Guerreiro, Universidade do Algarve
José Cadima Ribeiro, Universidade do Minho
José Pedro Pontes, Universidade Técnica de Lisboa
José Reis, Universidade de Coimbra
José Silva Costa, Universidade do Porto
Manuel Brandão Alves, Universidade Técnica de Lisboa
Mário Fortuna, Universidade dos Açores
Mário Rui Silva, Universidade do Porto
Paulo Dias Correia, Universidade Técnica de Lisboa
Rui Nuno Baleiras, Universidade Nova de Lisboa

CATALOGAÇÃO RECOMENDADA

REVISTA PORTUGUESA DE ESTUDOS REGIONAIS. Coimbra, 2008
Revista Portuguesa de Estudos Regionais /
Ed. APDR-Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional
1º Quadrimestre - Coimbra APDR, 2008
Quadrimestral
ISSN 1645-586X

www.apdr.pt

A Revista Portuguesa de Estudos Regionais encontra-se referenciada nas bases bibliográficas EconLit, JEL on CD, e-JEL e no Journal of Economic Literature.

FICHA TÉCNICA

| **COMPOSIÇÃO:** Eduardo Oliveira
| **CAPA:** Eduardo Oliveira | **IMPRESSÃO:** J.F - Textos Artes Gráficas, Lda - Julho 2008
| **TIRAGEM:** 400 exemplares | **DEPÓSITO LEGAL N.º** 190875/03
| **PREÇO:** Avulso € 15.00 (IVA incluído) / Assinatura € 30.00 (IVA incluído)

ÍNDICE

INDEX

Microproduções Agrícolas e Desenvolvimento Sustentável em Regiões Periféricas	5
LUÍS TIBÉRIO ARTUR CRISTÓVÃO SÓNIA ABREU	
A Sazonalidade da Procura Turística na Ilha de Porto Santo	25
HÉLDER NEVES ANA RITA CRUZ ANTÓNIA CORREIA	
Análise Estratégica da Denominação de Origem Protegida Carne Mirandesa	45
MARIA ISABEL BARREIRO RIBEIRO ALDA MARIA VIEIRA DE MATOS ANTÓNIO JOSÉ GONÇALVES FERNANDES	
A Spatial Viewpoint on Fertility by Regions in Portugal	61
ANTÓNIO CALEIRO	
Vozes do Mar não Chegam a Terra – Segunda Residência em Áreas de Risco Costeiro.	77
LUÍSA PINHO HELENA ALBUQUERQUE FILOMENA MARTINS	

MICROPRODUÇÕES AGRÍCOLAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM REGIÕES PERIFÉRICAS

Luís Tibério - (UTAD, DESG, CETRAD)* - E-mail: mtiberio@utad.pt

Artur Cristóvão - (UTAD, DESG, CETRAD)* - E-mail: acristov@utad.pt

Sónia Abreu - (UTAD, DESG, CETRAD)* - E-mail: sonita@utad.pt

RESUMO:

A realidade socio-económica em geral e a actividade agrária desenvolvida nos territórios de incidência do Parque Natural do Douro Internacional (PNDI), Portugal e Parque Natural das Arribes del Duero (PNAD), Espanha, servem de referência à reflexão em torno do potencial contributo da pequena agricultura tradicional e familiar para o desenvolvimento sustentável de territórios rurais periféricos. Iniciamos com a apresentação de um conjunto de elementos, de carácter geral, que explicam o interesse actual pelas produções tradicionais, enquanto instrumento de desenvolvimento dos seus territórios de origem. Com base na investigação realizada são identificadas as principais limitações ao desenvolvimento das pequenas produções agrícolas locais. Concluímos apresentando um conjunto de elementos que julgamos fundamentais para que tais produtos se possam constituir em instrumento de desenvolvimento territorial sustentável, entendido nos seus múltiplos desafios: económico, social e ambiental.

Palavras-chave: Produtos Tradicionais, Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Sustentável, Regiões Periféricas.

Códigos JEL: Q010, Q110, Q130

ABSTRACT:

The socio-economic context and the agricultural activity developed in Douro Internacional Natural Park (Portugal) and Arribes del Duero Natural Park (Spain) territory are the start point to our study about the potential contribute of small and traditional agriculture for sustainable development of rural and peripheral territories. The reflection is contextualized by the presentation of a several generically elements that explain the interest of traditional products, as a tool of rural development. In this study we discuss the main potentiality and weakness of the local and traditional productions. This article finish by presenting some aspects that are important for typical agro food products to make a sustainable development instrument of rural territories.

Keywords: Typical Products, Quality Products, Local Development, Sustainable Development, Peripheral Territories.

JEL Codes: Q010, Q110, Q130

*Centro de Estudos Transdisciplinar para o Desenvolvimento, Departamento de Economia, Sociologia e Gestão, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. (Ambos os autores pertencem às três instituições)

1. ENQUADRAMENTO DA PROBLEMÁTICA

Os produtos agrícolas e agro-alimentares tradicionais estão hoje no centro das atenções enquanto instrumentos potenciadores de desenvolvimento agrícola e rural. Tais produtos são vistos como elemento fundamental no ordenamento do espaço, na preservação da paisagem e conservação da natureza e na luta contra a desertificação e despovoamento de territórios rurais particularmente desfavorecidos. O fenómeno que alguns autores (Carvalho, 1994 e 1995; Berard e Marchenay, 1996; Bernat, 1996; Caldentey e Gómez, 1996 e 1997; Ribeiro e Martins, 1996; Tibério, 2004, Cristovão *et al.*, 2005) designam como a redescoberta dos produtos tradicionais deve-se a um conjunto vasto de factores que se podem agrupar da seguinte forma (Tibério, 2004: 117): (1) efeitos perversos do modelo produtivista de desenvolvimento agrícola; (2) incapacidade da agricultura das áreas rurais desfavorecidas para competir com agriculturas praticadas em condições agro-ecológicas mais favoráveis; (3) integração da temática da preservação e valorização dos produtos tradicionais na política europeia de desenvolvimento rural e de qualidade alimentar; e (4) crescente desconfiança dos consumidores relativamente à qualidade e segurança alimentar.

Efeitos perversos do modelo produtivista de desenvolvimento agrícola.

A Política Agrícola Comum (PAC), estruturada na base do modelo produtivista de desenvolvimento, não prestou a devida atenção à diversidade das agriculturas praticadas nos distintos territórios da União Europeia. A PAC originou o aumento das produções e produtividades e a intensificação e especialização dos sistemas de produção; conduziu à homogeneização da agricultura; a excedentes em determinados produtos agrícolas; à queda dos rendimentos dos agricultores e, sobretudo, ao abandono e desertificação das regiões rurais mais desfavorecidas, nas quais se incluem as zonas de montanha, periféricas e de fronteira como o território do Douro-Duero. Este paradigma

de desenvolvimento agrícola e rural tem-se invertido nos últimos anos, em que os instrumentos de política agrícola colocam a tónica na qualidade dos produtos, na extensificação e na diversificação dos sistemas de produção, reconhecendo e promovendo, finalmente, as vantagens dos produtos tradicionais para o desenvolvimento local.

Incapacidade da agricultura das áreas rurais desfavorecidas para competir com agriculturas praticadas em condições agro-ecológicas mais favoráveis.

Determinadas regiões agro-rurais portuguesas não apresentam, do ponto de vista agro-ecológico, potencialidades agronómicas que permitam aos agricultores competir pela via da produção de produtos indiferenciados. Em geral, muitas das nossas zonas rurais não têm capacidade para produzir produtos agrícolas competitivos com os de regiões com diferentes condições de clima e solos. Consequência da falta de competitividade agrícola é o abandono da actividade e o despovoamento, particularmente se as possibilidades de recurso a actividades alternativas ou complementares forem limitadas. Este cenário está bem patente na área abrangida pelos Parques Naturais do Douro Internacional (PNDI) e das Arribes del Duero (PNAD).

A Administração Pública está consciente da necessidade em manter a população nos meios rurais, cujo desígnio passa por preservar e desenvolver a agricultura nesses espaços. A aposta na (re)valorização das produções tradicionais locais aparenta ser uma estratégia válida para a manutenção da agricultura nos meios rurais mais desfavorecidos. Assim, e como referem Caldentey e Gomez (1996: 57), a temática da valorização dos produtos tradicionais, assente em elementos como a diferenciação, qualidade e território, assume elevado interesse como alternativa para as regiões agro-rurais, cujas condições naturais e organizativas não permitem a competição pela quantidade, homogeneidade e normalização.

A valorização dos produtos agrícolas e agro-alimentares tradicionais integra a política europeia de desenvolvimento rural e de qualidade.

Os produtos apelidados de tradicionais estão e sempre estiveram no mercado, embora de forma não expressiva em termos quantitativos. Os produtores locais produzem-nos, essencialmente, para auto-consumo, e os consumidores locais usam-nos como produtos que fazem parte dos seus hábitos alimentares quotidianos. Mesmo que sejam considerados tradicionais, no sentido em que se produziam e elaboravam num determinado meio, com técnicas e saberes transmitidos de geração em geração, não são, na maioria dos casos, percebidos nestes termos. No entanto, os conceitos e referências associados a este tipo de produtos ganham importância ao nível do mercado e os produtores e distribuidores tendem a aumentar a produção, a diversificar a oferta e a melhorar a sua forma de apresentação.

A Administração Pública apresenta um modelo de desenvolvimento rural que, como assinala Bernat (1996: 107), integra os aspectos da valorização dos produtos tradicionais numa óptica de promoção de recursos locais e de desenvolvimento integrado. Bérard e Marchenay (1996: 31), referem que o ordenamento do território, a defesa da paisagem, a diversificação da agricultura, a luta contra a trivialização do sabor deve ter em consideração este tipo de produtos. Na mesma linha de pensamento Ribeiro e Martins (1996: 314) assinalam que tais produtos têm sido associados a símbolo do atraso económico e social e mantiveram-se graças a esse atraso, merecendo agora o maior destaque nas propostas e estratégias de desenvolvimento que se vêm desenhando, para fazer frente à situação de crise que afecta a generalidade dos meios rurais europeus, em especial os das regiões mais pobres e periféricas. A redescoberta dos produtos tradicionais deve-se, assim, e em grande medida, ao facto de

se adaptarem bem às novas orientações da PAC, que privilegia a diversificação da produção e os sistemas de produção tradicionais. Aliás, mais do que uma política agrícola, os produtos tradicionais são parte integrante de uma verdadeira política de desenvolvimento rural, pois como assinalam Caldentey e Gomez (1996: 69), a importância socio-económica dos produtos tradicionais traduz-se pelo surgimento de uma política de desenvolvimento rural que incorpora abordagens baseadas na qualidade, no território, na região, na defesa do ambiente e do património.

O interesse tangível pelos produtos tradicionais como elemento integrante de uma política de desenvolvimento rural e de qualidade a nível europeu traduziu-se na publicação de regulamentação comunitária de apoio à valorização e protecção de produtos originários de regiões conhecidas pelas suas produções tradicionais¹. A decisão, por parte do Conselho das Comunidades Europeias, em adoptar um quadro comunitário que permite a protecção das Denominações de Origem e das Indicações Geográficas, tal como o estabelecimento de regras comuns para a atribuição de Certificados de Especificidade, resulta das orientações definidas na “Comunicação sobre o Futuro do Mundo Rural” (CCE, 1988) e revela a vontade em promover uma política de valorização da qualidade dos produtos agrícolas e alimentares. No preâmbulo dos regulamentos 2081/92 e 2082/92, relativos à protecção do nome dos produtos, é referido, explicitamente, que a diversificação da produção, através da promoção de certos produtos com reconhecida tradicionalidade e especificidade, origem geográfica e modos particulares de produção, pode ser um trunfo importante para o mundo rural, em particular para as zonas mais desfavorecidas, pela melhoria dos rendimento e fixação das populações (CEE, 1992 a, b).

¹ São exemplos destes instrumentos, o Regulamento (CEE) n.º 2092/91 (relativo ao modo de Produção Biológico), o Regulamento (CEE) n.º 2078/92 (relativo às Medidas Agro-ambientais) e os Regulamentos (CEE) n.º 2081/92 e 2082/92, relativos à protecção do nome dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios.

Do exposto acima poderia sobressair a ideia de que o interesse pelos produtos tradicionais surgiria, exclusivamente, da vontade das Instituições Governamentais em proteger e preservar determinado tipo de agricultura em determinadas áreas rurais. Aliás, como assinalam Sylvander e Melet (1994: 17), as políticas de especificação, à época da sua criação, não tinham por objectivo regular o desenvolvimento económico pela qualidade mas apenas proteger certos micro-sectores de actividade. A mesma opinião é partilhada por Valceschini (1993: 6), ao referir que a política de protecção regulamentar dos produtos tradicionais e típicos foi concebida como uma política de compensação das desvantagens económicas de certas regiões desfavorecidas, sendo assim considerada um mero instrumento de desenvolvimento agrícola e de defesa dos rendimentos de certas categorias de agricultores. Todavia, actualmente acredita-se que os instrumentos da PAC orientados para a valorização dos produtos tradicionais fazem, também, parte de uma verdadeira estratégia de diversificação da actividade económica, melhoria de qualidade dos produtos, conquista de mercados, e luta contra a concorrência, assumindo a dimensão de política agro-alimentar.

Crescente desconfiança dos consumidores relativamente à qualidade e segurança alimentar.

A conjuntura socio-económica que envolve a agricultura e as áreas rurais são factores que justificam a importância crescente dos produtos tradicionais. Contudo, o despertar de produtores e técnicos, políticos e legisladores, que querem lutar contra a desertificação das áreas rurais e o sobrepovoamento das áreas urbanas, não seriam, como salienta Bernat (1996), suficientes para explicar este fenómeno. Aquela autora refere que tal interesse é resultado da vaga sociológica favorável a tais produtos, que respondem a novas procuras, necessidades e

expectativas dos consumidores. Valceschini e Nicolas (1995: 17), explicam o interesse pelos produtos tradicionais enfatizando aspectos associados à industrialização da cadeia alimentar geradores de incertezas sobre a fiabilidade dos processos de produção e de transformação, acrescentando que determinados segmentos de consumidores estão conscientes que grande número de problemas ligados ao meio ambiente está relacionado com as mudanças tecnológicas no sector agrícola e na indústria agro-alimentar. Em síntese, a redescoberta dos produtos tradicionais pelos poderes públicos encontra explicação em três eixos fundamentais: (1) mudanças operadas ao nível do sector agrícola e das áreas rurais; (2) transformações e crises do sector agro-alimentar, com o conseqüente aumento da insegurança do consumidor; e (3) vaga sociológica favorável a produtos diferenciados com reconhecidas características particulares.

2. DO OBJECTO DE ESTUDO AOS OBJECTIVOS E METODOLOGIA

O território fronteiriço abrangido pelos Parques Naturais do Douro Internacional (PNDI) e Arribes del Duerro (PNAD) é um espaço geográfico profundamente rural, caracterizado por uma acentuada recessão demográfica e fraca densidade populacional, onde as localidades apresentam elevados índices de envelhecimento e, em consequência, a agricultura local evidencia forte regressão, com o desaparecimento de culturas tradicionais outrora emblemáticas. Contudo, abundam na região diversas produções de pequena escala² com potencialidades de contribuir para a diversificação e revitalização da economia local e subsequente possível fixação de população. Porém, em grande parte dos casos, as fileiras destas produções não estão organizadas e o acesso ao mercado é incipiente. O eventual aumento do

² Amêndoa, castanha, figo, azeitona e azeite, laranja e outras frutas frescas, queijo de ovelha, mel, compotas, doçaria regional, fumeiro, plantas aromáticas, condimentares e medicinais, cogumelos e frutos silvestres (Cristovao, A.; Tibério, M.; Diéguez, V., 2005: 40).

número de visitantes ao PNDI poderá proporcionar um potencial de procura importante e poderá constituir-se em factor de desenvolvimento das microproduções.

A valorização das microproduções passa pela compreensão do contexto actual em que se perspectiva o desenvolvimento agrícola e rural, sendo essencial prestar atenção (Cristovão *et al.*, 2005: 8; Cristóvão *et al.*, 2007: 63): (1) às novas abordagens territoriais e participativas que marcam as actuais tendências sobre o desenvolvimento das áreas rurais; 2) às preocupações actuais com a valorização dos recursos e do saber-fazer local; 3) à qualidade e segurança alimentar; 4) à (re)descoberta dos produtos tradicionais de qualidade como instrumento de desenvolvimento local; 5) à “recente” dinamização de “grandes” projectos locais e regionais como potenciadores do turismo e da procura de produtos tradicionais locais de qualidade³; e 6) ao aproveitamento local de programas nacionais e iniciativas comunitárias previstos para o próximo quadro de programação 2007-2013.

Os principais objectivos deste estudo foram: (1) caracterizar e estudar as fileiras das microproduções, tendo em consideração aspectos organizativos, produtivos, económicos e de marketing; (2) estudar o contributo da distribuição e restauração local no apoio à comercialização das microproduções locais; (3) avaliar a procura e receptividade dos visitantes ao parque para o consumo destes produtos; (4) definir estratégias de valorização dos produtos locais;

O processo de investigação iniciou-se com contactos exploratórios no terreno a técnicos e agentes locais ligados à agricultura e desenvolvimento rural. O guião usado na entrevista a estes informantes-chave tentou explorar os seguintes temas: (1) potencialidades agrícolas do território; (2) razões da evolução das

principais actividades agrícolas e pecuárias; (3) novas potencialidades no campo agro-alimentar face a potenciais procuras turísticas; e (4) medidas e acções concretizadas ou a implementar para a valorização dos produtos agro-alimentares tradicionais.

Na fase inicial dos trabalhos, foi organizado um Seminário participativo, que visou, sobretudo, a divulgação do projecto e o debate acerca dos objectivos e propostas metodológicas. Os contributos dos participantes (equipa do projecto, investigadores convidados, técnicos e agentes de desenvolvimento local), foram fundamentais na definição dos critérios de selecção das microproduções a estudar com maior profundidade. Os critérios definidos foram: (1) a importância histórica; (2) a importância sócio-económica actual; (3) o interesse potencial face à integração na gastronomia local e à capacidade em responder a potenciais procuras turísticas; e (4) procurar integrar no estudo produtos não abrangidos por qualquer sistema de qualificação ou Organização Comum de Mercado (OCM). Em resultado desta metodologia foram estudadas seis fileiras de microproduções agrícolas tradicionais: amêndoa, azeitona de mesa, castanha, figo, laranja, hortícolas e cogumelos, enquanto produto de interesse mais recente. Em cada um dos casos foi analisada a importância socio-económica da cultura, a produção e produtividade, o sistema de produção, a organização da fileira, a valorização do produto e retenção local do valor acrescentado. A investigação teve por base informação estatística publicada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), estudos realizados anteriormente e elementos obtidos junto de informantes-chave, relacionados com as respectivas fileiras.

³ Navegabilidade do Douro, Douro Património da Humanidade, Parque Natural do Douro Internacional, Parque Arqueológico do Côa, Museu do Côa, Unidade de Missão para o Douro, Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro, Amendoeiras em Flor, Rotas do Vinho do Porto e do Azeite, feiras de produtos locais.

Numa fase posterior procedeu-se ao levantamento das unidades a inquirir (restaurantes e distribuidores), eventos, feiras e mercados municipais e lojas especializadas a visitar, além dos locais mais adequados para obter informação junto dos visitantes da área. Tendo em conta os objectivos traçados, foram preparados os seguintes instrumentos de recolha de informação primária: Inquérito à Restauração; Inquérito a Distribuidores de Produtos Agrícolas Locais; Inquérito a Visitantes da Área do PNDI e do PNAD; e Guião de Observação de Feiras e Mercados Locais.

O guião de Inquérito à Restauração, constituído por questões fechadas, cobria os seguintes aspectos: caracterização do estabelecimento e do serviço prestado; origem e local de abastecimento dos produtos usados na gastronomia; motivações para o uso dos produtos locais; e caracterização dos clientes. Dada a diversidade produtiva e gastronómica local, um vasto leque de produtos foi objecto de inquirição: compotas, produtos de fumeiro, queijos, azeitona de mesa, pratos à base de carne de bovino, ovino e caprino, pratos à base de carne de caça, galinha e coelho, azeite, hortícolas e frutas diversas. Na inquirição à distribuição foram abordados os seguintes aspectos: caracterização do distribuidor; tipo e origem dos produtos comercializados; motivações para a comercialização dos diferentes produtos; importância dos produtos agrícolas locais no volume de negócios; caracterização dos clientes. O trabalho de inquirição da restauração e distribuição compreendeu a realização de 23 e 17 inquéritos, respectivamente, distribuídos pelos quatro concelhos abrangidos pelo PNDI.

O Inquérito aos Visitantes⁴ (123) centrou-se em torno de aspectos relacionados com a frequência, objectivos e motivo das visitas, conhecimento e consumo de produtos locais e caracterização dos visitantes. Os questionários foram distribuídos pelos locais habitualmente procurados pelos visitantes da região (postos de turismo, hotéis, pensões, unidades TER, restaurantes e lojas de produtos regionais)⁵, tendo sido obtidas 56 respostas de visitantes espanhóis e 67 respostas de visitantes portugueses, correspondendo taxas de resposta de 26% e de 33%, respectivamente.

3. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

3.1 DO DESPOVAMENTO AO DECLÍNIO AGRÍCOLA⁶

O PNDI abrange o troço fronteiriço do rio Douro, numa extensão de 122 km, ao longo dos concelhos nordestinos de Miranda do Douro, Mogadouro, Freixo de Espada à Cinta e Figueira de Castelo Rodrigo. Com uma população residente de aproximadamente 30 mil pessoas, o território caracteriza-se por uma profunda regressão demográfica, com perda de 25% da população nos últimos 20 anos, muito baixa densidade populacional (15 habitantes/km²), com localidades habitadas por população envelhecida, (índices de envelhecimento superiores a 2,5), baixas taxas de natalidade (6‰) e elevadas taxas de mortalidade (14‰)⁷ (INE, 2002).

⁴ Foram distribuídos 419 questionários, tendo sido obtida uma taxa de resposta de cerca de 30%

⁵ Esta metodologia não se revelou muito adequada, pois a taxa de resposta média foi bastante baixa (30%).

⁶ A área de influência do Parque Natural do Douro Internacional (PNDI) e a zona fronteiriça espanhola inserida no Parque das Arribas del Duero é o território de incidência do projecto, no entanto, nesta secção do artigo analisa-se a área correspondente aos quatro concelhos que integram o Parque Natural do Douro Internacional, embora muitas das conclusões se possam generalizar ao espaço que, no quadro deste projecto, designámos por Douro-Duero e que integra os dois Parques Naturais fronteiriços.

⁷ Os indicadores demográficos no PNDI não são muito diferentes dos observados pelos nossos parceiros de projecto para o PNAD.

Os quatro concelhos do PNDI abrangem cerca de 95.000 hectares de Superfície Agrícola Utilizada (SAU), repartida por pouco mais de 7.000 explorações, o que equivale a uma dimensão média de 14 hectares por exploração. O número de explorações agrícolas e a SAU registam evolução negativa, respectivamente de 12% e 7%, entre 1989 e 1999 (INE, 2000). A diminuição do número de explorações agrícolas e o abandono da SAU não se traduz em igual aumento de área de matas e florestas, significando a transformação de área de SAU em área inculta (INE, 2002). O território revela uma realidade agrária compartimentada e diversificada. As culturas temporárias ocupam 30% da SAU e são características dos concelhos localizados a norte (Miranda do Douro e Mogadouro). A sul (concelhos de Freixo de Espada à Cinta e Figueira de Castelo Rodrigo), predominam as culturas permanentes. No contexto local, os cereais para grão (trigo, centeio, cevada e aveia) e os prados temporários (consociações anuais diversas) podem considerar-se macroproduções, considerando a área total que ocupam, a área média que cada exploração lhe dedica ou a maior orientação para o mercado. Estas culturas, a par das culturas forrageiras (“ferras” ou “ferrejos”, nabijas e nabos forrageiros, aveia forrageira, milho forrageiro, abóboras, beterrabas) são culturas temporárias típicas dos concelhos de Mogadouro, Miranda do Douro e, em menor escala, de Figueira de Castelo Rodrigo. As leguminosas secas (feijão, feijão frade, grão-de-bico), a batata e a generalidade das culturas hortícolas (cebola, tomate, pimento, alface, feijão verde) são microproduções orientadas essencialmente para o consumo familiar, sendo apenas comercializadas pequenas quantidades excedentárias. A batata, de regadio ou sequeiro, pode encontrar-se em toda a área do Parque, com menor intensidade em Freixo de Espada à Cinta, enquanto que as leguminosas secas predominam, sobretudo, no concelho de Mogadouro.

As hortas familiares, sobretudo localizadas nas proximidades das localidades, são um elemento característico importante da paisagem do Douro-Duro, que, para além de hortícolas diversas, destinados ao auto-consumo, são também usadas na produção de culturas de Inverno (nabos forrageiros, ferrejos de cereais e beterraba) para a alimentação animal. Como refere Ramos (2002: 11), as hortas são normalmente pequenas parcelas de terreno destinadas ao cultivo de espécies hortícolas, cujo principal destino é o consumo familiar. Com exceção da batata, nestas culturas não se recorre à aplicação de produtos químicos e, dada a pequena dimensão das parcelas, a preparação manual do terreno ou o recurso à tracção animal é prática corrente.

As culturas tradicionais, localmente emblemáticas e definidoras da paisagem típica da região, como o trigo, centeio, feijão-frade, grão-de-bico, batata e outras micro-produções anuais, são abandonadas e têm vindo ser substituídas por pastagens temporárias ou permanentes, mas também por incultos e matos sem qualquer tipo de aproveitamento, provocando alterações significativas na paisagem tradicional. Ramos (2002: 8) assinala que a tendência natural parece ser o abandono das culturas, o que equivale a uma perda de importantes características da paisagem. Os prados permanentes e os lameiros (de regadio, de sequeiro ou “secadal”), destinados ao pastoreio, produção de erva ou feno, são também um elemento caracterizador da paisagem no Douro-Duro. Apesar do acentuado decréscimo verificado, a diversidade de culturas temporárias no Douro-Duro é ainda a nota dominante. Ramos (2002: 34) faz referência à grande diversidade de espécies cultivadas na área do PNDI como um dos factores responsáveis pelo equilíbrio e estabilidade dos ecossistemas que constituem a Área Protegida, mas, em simultâneo, chama à atenção para um vasto leque de variedades

locais que se encontram em declínio ou que, nas últimas décadas, têm vindo a perder importância, devido à sua substituição por variedades exógenas. Estão nesta situação variedades autóctones de hortícolas (tomate amarelo, pimentos e “guindas” de cor e tamanhos diversos), de leguminosas (lentilha) e de pomóideas (maçã “malapa” ou “malapia”, maçã camoesa, maçã ácida ou “de Inverno”, raineta, bravo de esmolfe, pêra “de Inverno”, pêra campainha, etc.).

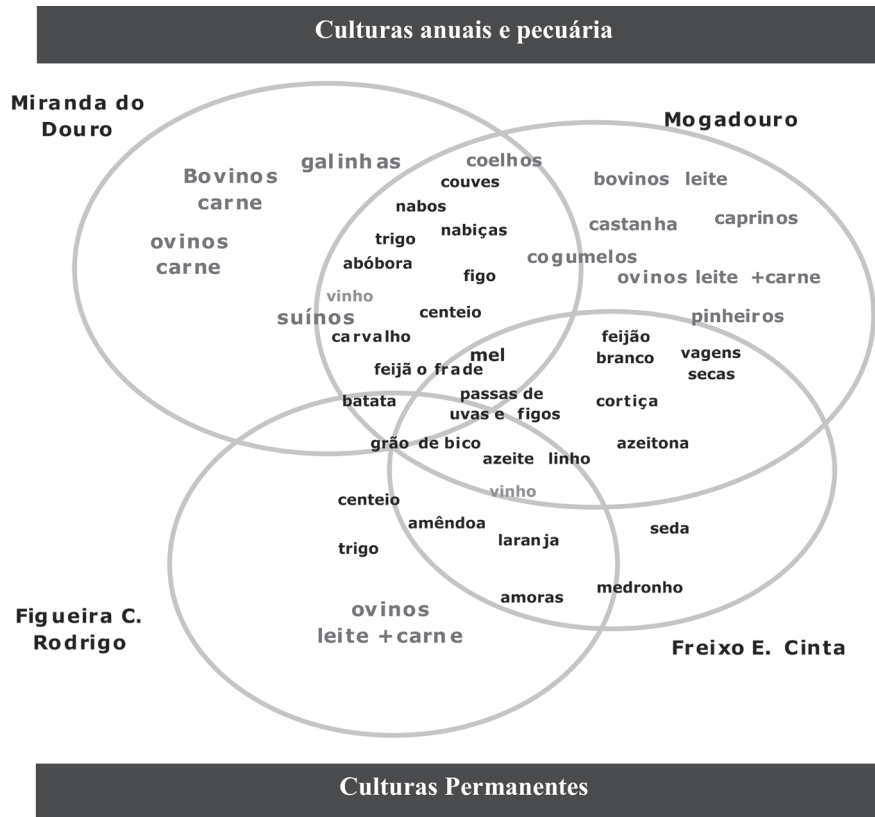
As culturas permanentes, com destaque para o olival, vinha, amendoal, citrinos e souto marcam a paisagem da zona central e sul do Parque Natural do Douro Internacional, assumindo especial interesse nos concelhos de Freixo de Espada à Cinta, Figueira de Castelo Rodrigo e Mogadouro. Estas culturas parecem resistir melhor ao abandono que as culturas temporárias. No entanto, a tendência geral é também de decréscimo, quer no número de explorações, quer na área dedicada às respectivas culturas, com excepção do olival que regista evolução positiva.

A pecuária é uma actividade típica do Planalto Mirandês, ou seja, dos concelhos de Mogadouro e Miranda do Douro, surgindo também, embora com menor incidência, em Figueira de Castelo Rodrigo. A produção animal acompanha as produções agrícolas temporárias, em particular os cereais, as culturas forrageiras e os prados permanentes. As produções bovina, ovina, e caprina são actividades de rendimento, enquanto que as restantes produções animais eram e são orientadas para o auto-consumo ou para a tracção (caso do gado asinino). A evolução da produção animal é diferenciada. O efectivo de bovinos de carne, ovinos, suínos, galinhas e coelhas regista evolução positiva, enquanto o efectivo de vacas leiteiras e, sobretudo, os efectivos caprino, apícola e asinino sofrem grande redução. O decréscimo é ainda mais acentuado ao nível do número de explorações (INE, 2002). A apicultura, outrora uma microprodução virada para o consumo da família, começa a ganhar espaço e importância económica, enquanto actividade orientada para o mercado.

Em síntese, podemos afirmar que a evolução negativa da agricultura no Douro-Duero é reflexo da erosão demográfica e do abandono do território, assistindo-se a um decréscimo acentuado de culturas e actividade animais tradicionais. Na perspectiva dos actores locais, culturas como os cereais, as leguminosas secas ou os frutos secos têm um futuro incerto. Algumas produções animais, com destaque para a produção leiteira, a produção caprina e a apicultura têm também sofrido decréscimo acentuado. A desertificação humana e o conseqüente decréscimo ou abandono de algumas actividades agro-pecuárias tradicionais acarreta implicações negativas na paisagem e no ecossistema. No entanto, apesar da evolução descrita, o espaço do Douro-Duero em geral e do PNDI em particular é ainda marcado por uma grande diversidade de microproduções agrícolas (Figura 1), cujas potencialidades importa explorar. As microproduções sujeitas a transformação com recurso a tecnologia caseira, como as leguminosas secas, o figo seco, as passas, as geleias e compotas de frutos frescos diversos, devem ser trabalhadas numa perspectiva de valorização de recursos locais e de desenvolvimento regional sustentado.

As áreas de produção de diversos produtos com Denominação de Origem Protegida (DOP) e Indicação Geográfica Protegida (IGP) da região de Trás-os-Montes, estendem-se pelo PNDI. Os produtores e outros operadores das fileiras desses produtos possuem, assim, um instrumento de valorização que importa aproveitar. São os seguintes os produtos DOP na área do PNDI: Amêndoa Douro; Azeite de Trás-os-Montes; Azeitona de Conserva Negrinha de Freixo; Borrego Terrincho; Cabrito Transmontano; Carne Mirandesa; Mel da Terra Quente; Queijo de Cabra Transmontano; e Queijo Terrincho.

FIGURA 1
Principais culturas existentes no PNDI



3.2 DAS POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES DAS MICROPRODUÇÕES AGRÍCOLAS NO DOURO-DUERO

A caracterização e estudo das fileiras das microproduções, tendo em consideração aspectos organizativos, produtivos, económicos e de marketing, era um dos objectivos do estudo. Recorrendo ao método de análise da fileira e tendo como referência os critérios definidos no ponto 2, foram estudadas seis produções (amêndoa, azeitona de mesa, castanha, figo, laranja, hortícolas e cogumelos). Em cada um dos casos foram analisadas a importância socio-económica da cultura, a produção e produtividade, o sistema de produção, a organização da fileira, a valorização do produto e retenção local do valor acrescentado. A informação obtida serviu de suporte

à elaboração de matrizes de avaliação estratégica (SWOT)⁸ para cada microprodução, onde são evidenciadas as forças e fraquezas internas, assim como as oportunidades e ameaças determinadas pela envolvente externa (Freire, 2001: 143). A avaliação estratégica das fileiras de produção encontram-se em Anexo.

Em síntese, a análise efectuada ao funcionamento das fileiras permite apresentar o seguinte quadro caracterizador das microproduções estudadas: (1) são produções em declínio, mas de elevada importância para a economia local; (2) a oferta não está organizada de forma a responder às exigências comerciais da distribuição grossista e às potenciais novas procura turísticas; (3) os sistemas de produção são tradicionais, facilmente adaptáveis ao modo de

⁸ S – Strengths (Forças); W – Weaknesses (Fraquezas); O – Opportunities (Oportunidades); T – Threats (Ameaças).

produção biológico e os produtores podem solicitar o uso de marcas de qualidade particular (Modo de Produção Biológico, DOP, IGP); (4) algumas produções beneficiam das qualificações DOP ou IGP (amêndoa, azeitona, laranja e mel), embora os produtos não surjam no mercado ostentando a respectiva marca colectiva; (5) outras produções não possuem qualquer enquadramento institucional e não beneficiam de apoios públicos; (6) salvo raras excepções (amêndoa e azeitona), caracterizam-se, em geral, pela fraca orientação comercial; (7) os processos de valorização são incipientes, predominando a venda na exploração a intermediários locais; (8) a criação e retenção local de valor acrescentado são reduzidas; (9) algumas microproduções, em particular as hortícolas e leguminosas secas, não são percebidas como culturas de rendimento e, como tal, não são consideradas estratégicas pelos agentes da fileira e pelos actores de desenvolvimento local; e (10) algumas são procuradas pelos visitantes da região e turistas e começam a surgir nas feiras de produtos tradicionais e lojas especializadas, dando os primeiros passos na exploração do mercado constituído pelos visitantes e turistas.

3.3 DO CONTRIBUTO DA DISTRIBUIÇÃO E RESTAURAÇÃO LOCAIS NA VALORIZAÇÃO DAS MICROPRODUÇÕES

O sucesso de qualquer estratégia de promoção de produtos tradicionais está condicionado pela variável distribuição (Cristóvão *et al.*, 2003) e pela valorização que lhe é atribuída pelos seus potenciais compradores. A preservação das microproduções tradicionais no Douro-Duero, depende muito da sensibilidade da distribuição grossista e retalhista e da restauração local para participar em processos de valorização, além da receptividade dos visitantes e turistas para o seu consumo. O estudo feito à distribuição e restauração e o inquérito aos visitantes, cimentado no estudo das fileiras das microproduções

e complementado com a observação de mercados locais e feiras de produtos tradicionais permite retirar as seguintes conclusões:

1) A oferta das microproduções locais não está organizada de forma a responder às exigências comerciais da distribuição e procuras turísticas, no que respeita a volumes de oferta, facturação, apresentação, regularidade de fornecimento e acessibilidade aos produtos. A desorganização da produção e a fraca preparação para o mercado (concentração da oferta, selecção, calibragem, normalização) são uma das principais limitações comerciais destes produtos;

2) Os pequenos distribuidores (mercearias e pequenos supermercados) revelam baixa apetência para a distribuição das microproduções agrícolas locais. Tal deve-se a três razões fundamentais: (1) o seu sortido depende dos fornecedores armazenistas locais e não locais que, em geral, não fornecem este tipo de produtos; (2) os seus principais clientes, os consumidores locais, são também eles produtores, mesmo que em muito pequena escala, e tendem a não procurar os produtos locais; (3) os produtos agrícolas locais são marcadamente sazonais, com períodos de produção limitados e uma disponibilidade irregular ao longo do ano. A laranja, a azeitona, a cereja, a batata, nabiça e couve são os produtos locais que se encontram à venda com maior frequência;

3) Algumas mercearias tradicionais vendem produtos locais da sua produção;

4) As questões de facturação e fiscalização representam um entrave à aquisição destes produtos por parte dos operadores comerciais. Na venda directa a restaurantes e pequenos comerciantes, os agricultores não elaboram as respectivas facturas, o que dificulta o negócio;

5) As tradicionais feiras quinzenais concelhias e os mercados municipais (já) não são estruturas de apoio à comercialização dos produtos agro-alimentares locais. Se outrora os agricultores levavam os seus produtos às feiras municipais, hoje esta prática caiu em desuso, acompanhando o envelhecimento da população rural e o declínio da actividade agrícola. A venda nas bancas dos mercados municipais (estruturas cobertas) está, localmente, associada a comerciantes retalhistas e os agricultores nunca foram sensibilizados para o uso destas estruturas locais como forma de escoamento dos seus produtos;

6) As “recentes” feiras de produtos tradicionais e lojas especializadas dão novo impulso aos produtos locais. Alguns produtos transformados começam a surgir em lojas especializadas e em eventos de carácter festivo, em geral organizados pelos municípios e destinados a promover este tipo de produtos. Todavia, os locais específicos e pontos de venda permanentes são ainda escassos. O mercado destes produtos funciona muito na base do conhecimento (consumidores conhecedores), na confiança e no passa-palavra;

7) A gastronomia é uma forma potencial de valorização das microproduções agrícolas. Alguns restaurantes usam produtos locais específicos (cogumelos, batata, feijão, feijão frade, grão-de-bico, vagens secas, figo, cereja, marmelo, pêra, maçã, de produção própria ou adquiridos directamente aos agricultores) na confecção de compotas e pratos típicos da gastronomia regional;

8) O turismo é um mercado potencial a explorar. Os turistas e visitantes procuram produtos da terra, nomeadamente vinho, amêndoa, pão, azeite, figos secos, azeitona de conserva, enchidos, queijos, e mel, mas a oferta dos produtos, em natureza ou transformados, não está preparada para responder a estas novas procuras.

3.4 LINHAS ESTRATÉGICAS PARA A VALORIZAÇÃO DAS MICROPRODUÇÕES

A definição de linhas de orientação estratégica para a valorização das microproduções no PNDI não pode dissociar-se do contexto que enquadra o desenvolvimento das produções tradicionais em particular e o desenvolvimento agrícola e rural em geral. No entanto, e tentando ir de encontro ao diagnóstico evidenciado pela análise SWOT realizada para cada uma das microproduções, a definição e implementação de propostas estratégicas de valorização estará sempre condicionada pelas fragilidades que caracterizam o tecido sócio-económico local. O conjunto de acções de valorização a propor não pode descurar as forças e fraquezas, as oportunidades e ameaças identificadas, reconhecendo que o aproveitamento das forças e potencialidades e a minimização dos obstáculos e ameaças está, em grande medida, condicionado pelas fraquezas ao nível organizativo e técnico (produtivo e comercial) das fileiras. A propósito do desempenho das fileiras DOP/IGP de Trás-os-Montes, Tibério (2004: 504) conclui que o seu desenvolvimento esta mais dependente de factores internos e controláveis que de factores externos não controláveis relacionados com o mercado.

Os factores condicionantes da definição e implementação de uma estratégia de valorização das microproduções no PNDI têm a ver com limitações de variada ordem que agrupamos em três dimensões: (1) limitações associadas ao território; caracterizado por se tratar de um espaço geográfico envelhecido e desvitalizado, com condições agro-ecológicas desfavoráveis à prática da agricultura convencional em recessão e com dificuldades de acesso ao mercado; (2) limitações produtivas e organizativas; resultado da pequena escala produtiva, de condições de produção e modos de vida locais pouco dignificantes e organizações sectoriais de apoio pouco dinâmicas; (3) limitações comerciais; decorrentes da fraca orientação e visibilidade comercial dos produtos,

reduzidos fluxos turísticos, deficientes estruturas e práticas de promoção e comercialização, urbanização dos modos de vida e práticas alimentares e evolução da legislação alimentar. Tendo presente este conjunto de limitações e considerando que a preservação das microproduções locais pode ser um instrumento, entre outros, de desenvolvimento sustentável do território, propomos quatro grandes linhas de orientação estratégica para a valorização das microproduções agrícolas no Douro-Duero:

- **Compromisso Organizativo.** Escasseiam na área do PNDI organizações dinâmicas que perspectivem o desenvolvimento numa óptica integrada e territorial. Admitindo a sua natureza sectorial, a problemática da valorização das microproduções agrícolas não pode dissociar-se, como anteriormente referimos, do contexto mais vasto que são as grandes questões em torno do desenvolvimento local. Nesta linha, propomos: (1) a constituição de uma “mesa redonda” transfronteiriça permanente que integre instituições públicas e privadas⁹ de ambos os lados da fronteira e se preocupe com o “rumo” do desenvolvimento dos territórios fronteiriços e integrados nos Parques Naturais, em particular; (2) a criação de grupos de trabalho transfronteiriços por produto ou grupo de produtos com o objectivo de fomentar sinergias e

potenciar a promoção de alguns produtos específicos; e (3) a partilha de experiências e a promoção conjunta (transfronteiriça) de projectos e iniciativas de valorização.

- **Atitude de produtores e agentes agrícolas locais.** A ideia localmente enraizada de que as microproduções não são produções de rendimento e que, conseqüentemente, não devem ser consideradas estratégicas para o desenvolvimento do território é, na óptica da valorização dos recursos locais, questionável. É necessário uma nova postura e uma mudança de discurso¹⁰ por parte dos técnicos agrícolas locais, de forma a promover a consciencialização para a valorização das microproduções, no sentido de incentivar a agricultura local e o sistema alimentar locais, preservar a diversidade genética¹¹ e a paisagem tradicional e responder às novas procuras turísticas.

- **Comercialização e marketing.** O estabelecimento de circuitos curtos de comercialização é geralmente apontado um dos pilares essenciais da uma estratégia de valorização de produtos agrícolas de pequena escala (Cristóvão *et al.*, 2003: 57) e uma via para aumentar e reter o valor acrescentado¹². No entanto, não é uma solução universal que esteja ao alcance de todos os produtores, pois requer conhecimentos

⁹ Administração local, serviços locais do Ministério da Agricultura, associações de produtores e cooperativas, associações empresariais e associações de desenvolvimento.

¹⁰ Como referia um responsável agrícola local, “as actividades mais importantes para nós são a produção de leite, os ovinos em função mista, os bovinos de carne, o azeite, os cereais, o amendoal e o vinho, pois são as nossas culturas de rendimento”...“as hortícolas e frutas não são culturas de rendimento”...“e a batata não tem grande expressão comercial”. Ainda a propósito das questões da valorização de produtos tradicionais, um outro responsável adiantava: “há produtos que à partida eu excludo por falta de capacidade competitiva”. Esse responsável incluía nessa lista culturas que num passado recente foram as culturas mais emblemáticas da região como os cereais (trigo e centeio) e as leguminosas secas como o feijão-frade e o grão-de-bico. Um outro interlocutor referia: “os agricultores do planalto habituaram-se a uma certa dimensão e não atribuem importância às pequenas produções, que se destinam essencialmente ao consumo da família”.

¹¹ Face à evolução registada nos últimos anos, uma grande diversidade de culturas e sementes regionais, aparentemente pouco atractivas em termos económicos, correm sérios riscos de se perder, se as entidades públicas não mostrarem interesse na sua preservação e valorização. Estão nesta situação culturas cerealíferas como o centeio, o trigo barbela e o milho regional, hortícolas como o melão, a abóbora e variedades locais de feijão e leguminosas secas (Tibério: 2004, 511).

¹² A venda em circuitos curtos permite aumentar o valor acrescentado, melhora os preços de venda e as receitas das explorações; valoriza a proximidade geográfica ou cultural e permite dar a conhecer a especificidade dos produtos de dado território (LEADER, 2000).

nos domínios comerciais, marketing e de gestão, principalmente quando se aumenta a dimensão dos investimentos e se pretende atingir nichos de mercado específicos que valorizam produtos que se pretendem diferenciados (LEADER, 2000). Ao nível da comercialização e marketing das microproduções considera-se essencial: (1) a criação de estruturas empresariais de transformação e comercialização; (2) a promoção de estruturas de venda directa (postos de venda), privilegiando uma abordagem progressiva¹³; (3) a melhoria da qualidade comercial, em função dos diferentes tipos de clientes e níveis de consumo¹⁴; (4) o aproveitamento das qualificações DOP/IGP existentes; (5) a promoção do modo de produção biológico e da produção integrada; (6) a criação de marcas colectivas associadas ao território; (7) o envolvimento de jovens agricultores nos processos de valorização; e (8) a sensibilização das associações e cooperativas, agentes de distribuição e restauração e a população em geral para a importância dos produtos tradicionais locais enquanto instrumento de desenvolvimento sustentável do território.

- **Investigação e formação profissional.** As microproduções do PNDI destinam-se, essencialmente, ao auto-consumo, mas, à medida que os eventos de promoção dos produtos regionais se sucedem com regularidade, alguns agricultores começam a produzir para o mercado. Todavia, a valorização destas produções requer modernização tecnológica de processos de produção e inovação ao nível da comercialização, de forma a satisfazer expectativas de nichos de mercado específicos mais exigentes. Modernizar a transformação, ganhar dimensão comercial e melhorar a qualidade das microproduções, nas suas diferentes dimensões,

em particular as dimensões higiénica/sanitária e comercial, são elementos essenciais do seu processo de valorização. Tal evolução exige saber-fazer e incorporação de novos conhecimentos. A investigação e a formação profissional agrária no sector da transformação dos produtos, da gestão empresarial e do marketing são áreas a privilegiar no território fronteiriço do PNDI e PNAD.

¹³ Deve privilegiar-se uma estratégia passo a passo, começando por formas de venda menos exigentes, de investimento mais reduzido, começando pelos mercados mais fáceis de atingir, os mercados locais.

¹⁴ A estratégia de marketing e a forma de comercialização deve ser adaptada ao tipo de clientela que se pretende atingir: as populações locais, os emigrantes originários da região, os turistas, os consumidores urbanos.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bérard, Lawrence; Marchenay, Philippe (1996), "La construcción social de los productos de la tierra", in *Agricultura y Sociedad*, nº 80-81, pp. 31-56.
- Bernat, Elena (1996), "Los 'nuevos consumidores' o las nuevas relaciones entre campo y ciudad a través de los 'productos de la tierra'", in *Agricultura y Sociedad*, nº 80-81, pp. 83-116.
- Caldentey, Pedro; Gómez, Cristina (1997), *Productos Agroalimentarios Típicos y Territorio. Alimentos con Historia, Alimentos de Calidad, Distribución y Consumo*, Diciembre 1996/Enero 1997.
- Caldentey, Pedro; Gómez, Cristina (1996), "Productos típicos, territorio y competitividad", in *Agricultura y Sociedad*, nº 80-81, pp. 57-82.
- Carvalho, Brito (1995), "Defesa e valorização dos produtos de tecnologia caseira", in *A Rede para o Desenvolvimento Local*, n.º 12, pp. 10-20.
- Carvalho, Brito (1994), "Produtos Agro-alimentares de Qualidade e de Tecnologia Caseira. Utopia?", in *Semente*, n.º 8/9, pp. 20-22.
- CCE (1988), *O Futuro do Mundo Rural, Comunicação da Comissão, COM (88) 501 final*, Bruxelas, Comissão Europeia.
- CEE (1992,a), "Regulamento (CEE), 2081/92", relativo à protecção das indicações geográficas e denominações de origem de produtos agrícolas e géneros alimentícios" JOCE, N.º L208, 14/07/92.
- CEE (1992,b), "Regulamento (CEE), 2082/92", relativo aos certificados de especificidade dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios" JOCE, N.º L208, 14/07/92.
- CEE (1992,c), "Regulamento (CEE) 2078/92, relativo às medidas agro-ambientais" JOL 215 de 30/07/1992.
- CEE (1991), "Regulamento (CEE) 2092/91, relativo ao modo de produção biológico de produtos agrícolas e à sua indicação no produtos agrícolas e géneros alimentícios" JOL 198 de 22/07/1991.
- Cristóvão, Artur.; Tibério, Manuel; Abreu, Sónia; Baptista, Alberto. (2007), "Microproduções Agrícolas y Desarrollo Rural en el Douro-Duero: Para Um Definição de Estratégias Conjuntas", in Meneses, Beatriz López de (coord.), *Productos de Calidad y Desarrollo Rural del DOURO-DUERO*, Escuela Universitaria de Ing. Técnica Agrícola, INEA, Valladolid, pp. 61-71.
- Cristóvão, Artur; Tibério, Manuel; Diéguez, Valentín (coords.) (2005), *Microproduções Agrícolas e Desenvolvimento Local no Douro~Duero*, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.
- Cristóvão, Artur; Tibério, Manuel; Teixeira, Mário (2003), *Propostas de Estratégias de Valorização. "Terras de Bouro: Estudo e caracterização de produtos locais"*, Câmara Municipal de Terras de Bouro (Ed.).
- Freire, Adriano (2001), *Estratégia: Sucesso em Portugal*, Editorial Verbo, Lisboa/S.Paulo.
- INE (2002), *O País em Números. Informação estatística 1991-2001. Edição 2002*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- INE (2000), *Recenseamentos Gerais da Agricultura. Dados comparativos 1989-1999 (Versão 1.01)*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- LEADER (2000), *Comercializar os produtos locais: circuitos curtos e circuitos longos*. www.rural-europe.aeidl.be/rural.pt
- Ramos, Margarida (2002), *Valorização da Agricultura Familiar do Parque Natural do Douro Internacional numa perspectiva de Agricultura Sustentada. Relatório de Estágio não publicado*, Mogadouro, ICN/PNDI.
- Ribeiro, Manuela; Martins, Conceição (1996), "La certificación como estrategia de valorización de productos agroalimentarios tradicionales: la alheira, um embutido tradicional de Trás-os-Montes", in *Agricultura y Sociedad*, nº 80-81, pp. 313-334.
- Sylvander, Bertil; Melet, Irène (1994), *La Qualité Spécifique en Agro-alimentaire: Marchés, Institutions et Acteurs*, Toulouse, INRA, 143 p.
- Tibério, Manuel (2004), *Construção da Qualidade e Valorização dos Produtos Agro-Alimentares Tradicionais – Estudo da Região de Trás-os-Montes*, Tese de Doutoramento, UTAD, Vila Real, 542 p.
- Valceschini, Egízio (1993), "La qualité des produits agricoles et alimentaires dans le Marché Unique Européen: l'épreuve de la concurrence et de la confiance", in *Déméter*, nº 93, pp. 120-162.
- Valceschini, Egízio; Nicolas, François (1995), "La dynamique économique de la qualité agro-alimentaire", in Nicolas, François; Valceschini, Egízio (eds.), *Agro-Alimentaire: Une Economie de la Qualité*, Economica, INRA, pp. 15-37.

ANEXO

Avaliação Estratégica das Fileiras das Microproduções no PNDI

QUADRO 1

Amêndoa no PNDI: Forças e Oportunidades, Fraquezas e Ameaças

Forças e Oportunidades	Fraquezas e Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • O produto beneficia de DOP; • Existem empresas de transformação nos limites da área do Parque; • O Sistema de produção é facilmente adaptável ao modo de produção biológico; • Têm-se realizado novas plantações; • A produtividade tem melhorado; • A cultura beneficia de apoios comunitários no âmbito das medidas agro-ambientais; • O cartaz turístico da “flor da amendoeira” atrai visitantes; • Os usos da cultura são diversos • Há possibilidade de articulação com outros frutos secos locais, como a noz, a castanha, o figo e avelã. 	<ul style="list-style-type: none"> • O dinamismo da Associação representativa da produção e Entidade Gestora da DOP é fraco ou nulo; • Faltam recursos humanos qualificados na gestão da fileira; • A inovação tecnológica e comercial local são escassas; • A rede de comercialização é deficiente; • A produtividade local do amendoal é ainda baixa; • As explorações têm pequena e muito pequena dimensão; • Os custos de produção são elevados; • A DOP não funciona; • O modo de produção biológico está pouco disseminado; • Ausência de subsídio à produção; • Há falta de mão-de-obra; • Verifica-se a Concorrência da produção estrangeira; • Há uma evolução negativa do consumo e dos preços.

Fonte: Cristovao, A.; Tibério, M.; Diéguez, V., 2005.

QUADRO 2

Azeitona de Conserva no PNDI: Forças e Oportunidades, Fraquezas e Ameaças

Forças e Oportunidades	Fraquezas e Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • O produto beneficia de DOP; • A variedade Negrinha está adaptada à transformação; • Existem empresas de transformação (privadas e cooperativas) na área do PNDI; • O Sistema de produção é facilmente adaptável ao modo de produção biológico; • Existe subsídio à produção; • Há possibilidade de evolução na cadeia de valor pela transformação e processos de comercialização; • Há possibilidade de articulação com outros produtos locais, como o azeite e as plantas condimentares e aromáticas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Regista-se fraco envolvimento das associações do sector na dinamização da fileira (AOTAD, Entidade Gestora da DOP); • A DOP não funciona; • Verifica-se falta de investigação e apoio técnico na área da transformação e comercialização; • Há falta de recursos humanos qualificados na gestão da fileira; • A inovação tecnológica e comercial local é escassa; • A rede de comercialização é deficiente; • Os frutos têm pequeno calibre; • A produtividade do olival é baixa; • As explorações têm pequena dimensão; • Os custos de produção são elevados; • O período de colheita é curto e muito dependente de condições climáticas; • O modo de produção biológico está pouco disseminado; • Regista-se elevada dependência de subsídios e apoios públicos; • Há escassez de mão-de-obra; • Há algum abandono da cultura; • Verifica-se a concorrência da produção estrangeira; • Regista-se baixo consumo per-capita e evolução negativa dos preços; • Verifica-se o envelhecimento da população; • A legislação em matéria de transporte do produto para as unidades de transformação exteriores à região é progressivamente mais restritiva; • Regista-se uma evolução negativa do consumo.

Fonte: Cristovao, A.; Tibério, M.; Diéguez, V., 2005.

QUADRO 3

Castanha no PNDI: Forças e Oportunidades, Fraquezas e Ameaças

Forças e Oportunidades	Fraquezas e Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Os custos de produção são baixos e as margens brutas relativamente elevadas; • A área da cultura está a crescer a nível local; • O sistema de produção é facilmente adaptável ao modo de produção biológico; • A cultura beneficia de apoios comunitários no âmbito das medidas agro-ambientais; • Regista-se aumento da produção a nível nacional e regional; • Os usos do produto são diversos. • Há possibilidade de articulação com outros frutos secos locais, como a amêndoa, noz, o figo e a avelã.. 	<ul style="list-style-type: none"> • O produto não beneficia de DOP; • Não existem organizações locais representativas do sector; • A inovação tecnológica e comercial é nula; • A rede de comercialização é deficiente; • Não existem empresas de comercialização e transformação nos limites da área do Parque; • A cultura tem fraca representatividade na agricultura local; • As explorações são de pequena dimensão; • O modo de produção biológico não está disseminado; • Não há subsídio à produção; • Falta mão-de-obra para tarefas relativas à produção (enxertias, podas e apanha); • As doenças do castanheiro têm alastrado

Fonte: Cristovao, A.; Tibério, M.; Diéguez, V., 2005.

QUADRO 4

Cogumelos no PNDI: Forças e Oportunidades, Fraquezas e Ameaças

Forças e Oportunidades	Fraquezas e Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Condições agroecológicas favoráveis; • Grande diversidade de espécies comestíveis e com valor comercial; • Existência de empresas de transformação e comercialização no Duero; • Existência de Associações Micológicas activas, nomeadamente em Mogadouro e Zamora; • Interesse claro das Universidades, Parques Naturais e Associações de Desenvolvimento Local; • Conhecimento e interesse crescentes por parte dos consumidores, sendo as espécies de elevada qualidade muito valorizadas no mercado internacional (em Espanha há mais conhecimento, apetência e poder de compra); • Cogumelos silvestres vistos como um recurso importante para o desenvolvimento local; • Possibilidade de evolução na cadeia de valor (pela transformação e processos de comercialização); • Possibilidade de articulação com outros produtos locais, como o azeite e as plantas condimentares e aromáticas; • Possibilidade de articulação com as actividades de turismo e lazer; • Potencialidades no domínio da criação de emprego para jovens técnicos (investigação, experimentação, formação, extensão, assistência comercial, comércio e transformação). 	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzida investigação; • Aproveitamento excessivo de um reduzido número de espécies; • Más práticas de colheita com prejuízos ambientais; • Diminuição das produções e impactos negativos nos habitats; • Degradação das áreas de produção (incêndios, má gestão florestal, plantação de eucaliptos, etc.); • Falta de formação (colectores, técnicos e comerciantes); • Insuficiente oferta de informação e formação; • Insuficientes actividades de apoio técnico, no terreno; • Falta de integração com outras actividades; • Comercialização descontrolada e desorganização geral da fileira, sobretudo no Douro; • Mão-de-obra cada vez mais escassa no território em causa; • Escassos benefícios para as economias locais; • Apoio concreto e envolvimento do Estado é muito limitado; • A maioria das estruturas oficiais (a nível central e regional) não dispõe de peritos e não existem serviços públicos de extensão e apoio técnico aos colectores e outros elementos das fileiras de produção; • Ausência de um plano integrado de valorização e gestão sustentada dos cogumelos silvestres; • Ausência de regulamentação e gestão, sobretudo em Portugal; • Mudanças climáticas

Fonte: Cristovao, A.; Tibério, M.; Diéguez, V., 2005.

QUADRO 5

Figo no PNDI: Forças e Oportunidades, Fraquezas e Ameaças

Forças e Oportunidades	Fraquezas e Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • O produto beneficia de DO; • O produto possui boa qualidade organolética; • O Sistema de produção é facilmente adaptável ao modo de produção biológico; • A cultura possui elevada produtividade, o que a torna interessante do ponto de vista do rendimento; • Os custos de produção são reduzidos; • A procura por parte dos turistas aumenta • O consumo está articulado com outros frutos secos locais, como a amêndoa, a noz, a castanha e a avelã. 	<ul style="list-style-type: none"> • A DOP não está ainda em funcionamento; • Existem dúvidas sobre a capacidade da Entidade Gestora da DOP; • Há falta de recursos humanos qualificados na gestão da fileira; • Os produtores não estão organizados; • A figueira é uma cultura dispersa, secundária e marginal; • O figo não é entendido como um produto vendável; • As explorações têm pequena dimensão; • Os custos de produção são elevados; • O modo de produção biológico está pouco disseminado; • Há escassez de mão-de-obra para tarefas relativas à produção (colheita); • A cultura requer condições climáticas específicas; • O modo de transformação é apenas "caseiro" e artesanal; • Não há dinâmica empresarial local no sector da transformação; • Não existe uma rede de comercialização estruturada.

Fonte: Cristovao, A.; Tibério, M.; Diéguez, V., 2005.

QUADRO 6

Culturas hortícolas no PNDI: Forças e Oportunidades, Fraquezas e Ameaças

Forças e Oportunidades	Fraquezas e Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Existe grande diversidade de produtos; • Os produtos têm sabor característico devido ao modo particular de produção; • A produção respeita técnicas tradicionais de adubação com recurso a estrume de animais; • Os locais de produção (hortas) localizam-se nas proximidades da aldeia; • Alguns produtos são matéria-prima para pratos da gastronomia tradicional; • Estes produtos começam a aparecer nas feiras de produtos tradicionais. 	<ul style="list-style-type: none"> • As produções destinam-se essencialmente ao consumo da família; • Faltam circuitos de comercialização adequados; • São consideradas culturas secundárias; • Os produtores não olham para estas microproduções como culturas de rendimento; • Os técnicos não consideram este tipo de microproduções estratégicas para o desenvolvimento da zona; • Verifica-se risco de perda de sementes e variedades locais.

Fonte: Cristovao, A.; Tibério, M.; Diéguez, V., 2005.

QUADRO 7

Laranja no PNDI: Forças e Oportunidades, Fraquezas e Ameaças

Forças e Oportunidades	Fraquezas e Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • O produto beneficia de DO; • O produto possui boa qualidade organolética; • O Sistema de produção é facilmente adaptável ao modo de produção biológico; • A cultura possui elevada produtividade, o que a torna interessante do ponto de vista do rendimento; • A cultura cresce a nível regional; • As qualidades organoléticas são reconhecidas por parte do consumidor, o que lhe permite aspirar a mercados mais alargados. 	<ul style="list-style-type: none"> • A DOP não está ainda em funcionamento; • Existem dúvidas sobre a capacidade da Entidade Gestora da DOP; • Há falta de recursos humanos qualificados na gestão da fileira; • Os produtores não estão organizados; • A qualidade comercial do produto é deficiente; • A rede de comercialização é ineficiente; • O consumo está muito dependente do mercado local; • As explorações são de pequena e muito pequena dimensão; • Os custos de produção são elevados; • O modo de produção biológico está pouco disseminado; • Envelhecimento da população; • Há falta de mão-de-obra para tarefas relativas à produção (mobilização, rega, colheita); • Trata-se de uma cultura localizada; • Verifica-se abandono progressivo e acentuado da cultura a nível local.

A SAZONALIDADE DA PROCURA TURÍSTICA NA ILHA DE PORTO SANTO

Hélder Neves - Universidade da Madeira - E-mail: mauricio@uma.pt

Ana Rita Cruz - Universidade do Algarve - E-mail: arcruz@ualg.pt

Antónia Correia - Faculdade de Economia, Universidade do Algarve - E-mail: acorreia@ualg.pt

RESUMO:

O turismo em ilhas tem vindo a assumir uma importância crescente no quadro do desenvolvimento turístico europeu. Nestas regiões as características de mono-produção alicerçadas num turismo vincadamente sazonal são corolário de uma gradual fragilização económica e social. Na ilha de Porto Santo, a crescente importância relativa da actividade turística e os respectivos efeitos da sazonalidade justificam a necessidade de estudos que dimensionem esse fenómeno e identifiquem as suas consequências, objectivos que norteiam o presente artigo. Conclui-se que o padrão sazonal na ilha de Porto Santo é originário no mercado doméstico, que concentra mais de 70% da procura turística. Neste contexto a diversificação de mercados e a aposta numa oferta complementar ao produto *Sol e Praia* é determinante para a inversão do actual padrão de procura, garantindo um desenvolvimento sustentável da ilha.

Palavras-chave: Turismo em Ilhas, Sazonalidade, Estratégia do Destino.

Códigos JEL: L83, D91

ABSTRACT:

Tourism on islands has come to gain growing importance in the framework of European tourism development. At these regions the characteristics of monoproduction, supported on tourism that is seasonally dependent are the main determinants of the crescent atrophy of economic and social structure. On the island of *Porto Santo*, off the coast of Portugal, the growing importance of the tourism industry and associated effect of seasonality justify the aims of this paper. This paper sets out by identifying the seasonal dimension phenomenon, addressing issues such as its origin, causes and consequences. It was concluded that the seasonality of island of Porto Santo have its origin on domestic market, which represent more than 70 percent of demand. Therefore the need for differentiation of demand and supply is determinant to invert the actual tourism demand density.

Keywords: Tourism in Islands, Sazonality, Destination Strategy

JEL Codes: L83, D91

1. INTRODUÇÃO

A sazonalidade da procura é explicada por padrões de comportamento estereotipados, constrangimentos naturais e estruturais. A convergência das férias laborais e escolares nos meses de Verão constitui um dos principais motivos para a sazonalidade da procura. Todavia, é de salientar a tendência para a repartição dos períodos de férias ao longo do ano. A ilha de Porto Santo apresenta um desenvolvimento turístico sustentado no produto *sol e praia* e é precisamente nos destinos cuja oferta se baseia nos atributos naturais que a propensão para a sazonalidade é maior.

A sazonalidade é intrínseca ao turismo e assume-se como um desafio às políticas de desenvolvimento, em particular aos actores que definem as estratégias de planeamento dos destinos. No caso da ilha de Porto Santo, a sazonalidade é inerente ao turismo enquanto principal actividade económica, porém, este fenómeno faz-se sentir com menor intensidade do que a verificada em outros destinos turísticos. Este fenómeno de concentração da população turística apenas num período do ano (Baron, 1975), só pode ser amenizada por uma oferta turística diversificada que permita o afluxo de pessoas durante todo o ano, bem como, pelo desenvolvimento de produtos complementares.

O conceito de sazonalidade designa o crescimento da procura não uniforme ao longo do ano, originando o aumento da densidade populacional de um determinado espaço em períodos específicos, segundo um padrão repetido anualmente (Baron, 1975; Butler, 2001). A sazonalidade apresenta consequências difusas, em particular em ecossistemas frágeis como é o caso de territórios insulares (Butler, 2000). Neste sentido, o fenómeno apela a uma avaliação quantitativa e qualitativa rigorosa. Este estudo tem como objectivo conhecer e medir a sazonalidade em Porto Santo, a partir de metodologias e abordagens de estimação fundamentadas na literatura.

O presente artigo desenvolve-se em cinco secções: a primeira enquadra o estudo e aponta objectivos, a segunda identifica e analisa os principais contributos da literatura, a partir dos quais se define a metodologia adoptada. A terceira secção, analisa e caracteriza a procura turística da região, bem como, estima os índices de concentração aferidos através da aplicação de metodologias susceptíveis de calibrar e dimensionar de forma rigorosa a sazonalidade da ilha. Os principais resultados empíricos da realidade turística da ilha fundamentam a quarta secção, finalizando-se com as conclusões e perspectivas de trabalho futuro.

2. REVISÃO DE LITERATURA

O turismo assume actualmente uma grande importância em regiões insulares, a ilha de Porto Santo, pelos recursos naturais e pelas infra-estruturas de que dispõe pode encontrar no turismo o seu grande recurso económico. No entanto, o crescimento da procura não é uniforme ao longo do ano, originando um fenómeno de sobrecarga dos espaços insulares em determinados períodos, a sazonalidade, que importa conhecer e medir.

A sazonalidade é transversal aos vários agentes do território independentemente da actividade principal. Este conceito e as metodologias adoptadas para a sua avaliação norteiam a pesquisa bibliográfica que inspirou o modelo de avaliação proposto neste artigo.

Segundo Fúster (1989), a sazonalidade é uma das características do fenómeno turístico. Baron (1975) e Butler (2001) referem que a sazonalidade pode apresentar duas formas: a natural e a institucional. A primeira resulta das variações nas condições climáticas e aumenta com a distância do Equador, sendo mais notória em regiões periféricas localizadas nas proximidades dos extremos polares. Por outro lado, a sazonalidade é também um fenómeno

característico da insularidade, onde a temperatura e a humidade reduzem a procura em certas épocas do ano. No entanto, é importante referir que a relação entre os fluxos turísticos e os factores naturais pode ser bastante complexa, não sendo totalmente linear. Como evidencia Hartman (1986), a concepção do tempo é por si só, um factor cultural e não um factor natural, ou seja, a sazonalidade deve ser entendida como uma manifestação cultural.

A sazonalidade institucional, resulta de aspectos relacionados com as instituições sociais, religiosas, éticas e culturais, sendo menos previsível que a sazonalidade natural. Constituem exemplos de sazonalidade institucional os feriados, os fins-de-semana, as férias escolares e os fenómenos de peregrinação religiosa, entre outros.

Butler (2001) refere ainda a sazonalidade social, definida como uma época desportiva e ou pela inércia onde a época alta coexiste em função de uma certa tradição de férias.

Este fenómeno tem implicações na oferta turística e no desenvolvimento regional (Lage e Milone, 1998), despoletando um conjunto de medidas e estratégias que visam a sua atenuação. Os sectores público e privado têm procurado diminuir a sazonalidade através de políticas de preço, promoção de pequenos períodos de férias, promoção do turismo doméstico, desenvolvimento do mercado conferências e incentivos, festivais e outros eventos complementares (Martins, 2002).

Baum e Lundtorp (2001) indicam algumas das desvantagens da sazonalidade:

- Período curto para negócios e níveis reduzidos de operação;
- Necessidade de gerar receita num período curto do ano com custos fixos, geralmente, anuais;
- Subutilização das aplicações de capital;

- Dificuldade em atrair investimentos;
- Problemas em manter a cadeia de oferta na base de uma época curta;
- Problemas em garantir o contributo e investimento dos operadores de transporte face à natureza sazonal das operações, o que aumenta o risco do negócio;
- Emprego parcial mais do que permanente em certas zonas com desemprego acentuado fora da época alta e consequentes migrações;
- Problemas na qualidade de produtos e serviços na ausência de mão-de-obra permanente.

No entanto, a sazonalidade não se pauta apenas por aspectos negativos. É possível também encontrar aspectos positivos neste fenómeno. Um deles resulta da possibilidade de recuperação e revitalização do ambiente natural, sócio cultural, dos equipamentos, das infra-estruturas e mesmo da disponibilidade da população residente, nos períodos de época baixa. Além disso, em certas áreas, as ocupações turísticas complementam outras actividades como a florestal, piscatória e agrícola, o que leva a concluir que o problema da sazonalidade poderá não ter a carga negativa que à primeira vista se lhe atribui (Martins, 2002).

Segundo Correia (1994), as consequências geradas pelo fenómeno da sazonalidade podem ser agrupadas em três categorias: económica, social e ecológica/ambiental. As consequências económicas da sazonalidade prendem-se, fundamentalmente, com questões relacionadas com a baixa rentabilidade dos equipamentos turísticos, associada a grandes quebras na taxa de ocupação verificadas na época média-baixa; a diferenciação de preços, com elevadas quebras nas épocas não turísticas; estrangulamentos de ordem infraestrutural, motivados pela falta de recursos, com elevados custos e com ausência de planeamento de necessidades físicas;

estrangulamento nos outros sectores de actividade, motivados pela quebra de actividade nos meses de Inverno e pela deslocação de mão-de-obra para esta indústria.

As consequências sociais do que podem estar relacionadas com o fenómeno da sazonalidade dizem respeito, por exemplo, ao índice de acidentes (o excesso de pessoas a circular nas poucas estradas da ilha origina grandes problemas de trânsito em especial no mês de Agosto); ruptura de stocks (por exemplo, a falta de produtos nos supermercados, combustível nas gasolinhas, entre outros); emprego sazonal. Archer (1973), reconheceu o papel positivo do turismo na criação de emprego sem deixar de frisar os possíveis efeitos destabilizadores nos outros sectores de actividade da economia local. D'Amore (1976), reforça a posição de Archer, alegando que o turismo atrai os trabalhadores, deslocando-os de emprego permanente para ocupações sazonais.

Finalmente, as consequências ecológicas/ambientais da sazonalidade relacionam-se com a sobrecarga dos ecossistemas nos meses da época alta, para poder acolher o número excessivo de turistas que acede à ilha, produzem-se alguns "ataques" à natureza com consequência no equilíbrio e estética de muitas zonas, em especial na praia, com as construções muito próximas das dunas; o excesso de população numa determinada época pode despoletar também um processo de perda da identidade do lugar, da tranquilidade e do sossego das praias e dos lugares recreativos, motivados por uma forte poluição sonora e ambiental.

A sazonalidade tem sido estudada também com intuito de gerar modelos que auxiliem na atenuação deste fenómeno e, naturalmente, nas consequências que gera. Fúster (1989), refere que os organismos e empresas turísticas pretendem ampliar a época receptora e aumentar a chegada de turistas na época baixa "*off season*". Highman e Hinch (2002)

referem que a grande maioria dos destinos turísticos são caracterizados pelas flutuações no turismo ao longo do ano. Lim e McAller (2001) reconhecem o esforço que tem sido feito, tanto pelo sector público como pelo privado, para reduzir a sazonalidade nos destinos turísticos.

No sentido de atenuar a sazonalidade da procura, é necessário tomar medidas conducentes a evitar as grandes concentrações num curto período e reparti-las ao longo do ano, promovendo e incentivando as férias repartidas. Outras medidas, consistem em incentivar a época baixa com preços atractivos, promover o turismo social ou outros tipos de turismo não condicionados pelo factor clima. Muitas empresas do sector (alojamento, transporte aéreo e outras), estabelecem preços distintos para os períodos de alta e baixa temporada, o que não é mais do que uma consequência da falta ou excesso de procura, respectivamente.

A sazonalidade da oferta (dos recursos naturais), é mais difícil de superar, dado que não se pode ignorar o factor clima, de nada servirá por exemplo, estabelecer preços económicos em temporada baixa se se tratarem de destinos de praia em épocas de temperaturas frias ou estações de esqui sem neve. No entanto, pode combater-se a sazonalidade com a criação de novos produtos que não comportem esta forte dependência climática.

Entre as medidas para reduzir a sazonalidade da procura turística, Lage e Milone (1998) sugerem duas características mais específicas: o uso múltiplo (significa complementar os atractivos da época alta de um lugar com outras atracções, que criam procura para os viajantes durante períodos de baixa temporada) e a política de preços (que em comparação com a estratégia de uso múltiplo, cria mercados para períodos fora de temporada, utilizando preços diferenciados, como um instrumento eficiente para transferir procura da época alta para a época baixa).

3. METODOLOGIA

O trabalho apresentado integra dados secundários, provenientes de vários organismos de informação estatística. Foram analisadas séries temporais relativas ao volume de dormidas, hóspedes, proveitos e custos na hotelaria da ilha de Porto Santo entre 1997 e 2002, anos em que foi possível obter uma série de dados completa e comparável. Esta informação estatística recolhida junto da Direcção Regional de Estatística e da Direcção Regional de Turismo, pretende enquadrar a realidade empírica proposta para análise, bem como permitir o cálculo dos indicadores específicos para este estudo. Os indicadores seleccionados para estes efeitos (volume de dormidas, hóspedes, proveitos e custos na hotelaria da ilha de Porto Santo) revelam *per si* as assimetrias dos números verificados nas diferentes épocas do anos, e daí a importância de basear a análise nos mesmos. Assim como permitem dimensionar o fenómeno no que se refere às suas repercussões económicas (proveitos e custos), no que se refere ao afluxo à ilha (hóspedes) e permanência dentro da ilha (dormidas). A avaliação da sazonalidade num país ou numa região relaciona o número de turistas ou de dormidas ocorridas nos meses de maior fluxo com o volume anual registado nesse país ou nessa região (Cunha, 2003), o que permite avançar para análise destes indicadores na caracterização da sazonalidade na Ilha de Porto Santo.

Foram calculadas várias medidas de concentração como indicadores de sazonalidade, tais como, taxa de sazonalidade, índice de amplitude sazonal e índice de sazonalidade. Estes três indicadores são apresentados por referência ao universo dos hóspedes e das dormidas. O cálculo dos mesmos segue a formalização matemática enunciada no ponto precedente, tendo sido calculados com o apoio do software estatístico SPSS¹.

A quantificação da sazonalidade realizou-se a partir do cálculo dos seguintes indicadores, que pretendem medir a consistência do fenómeno, em diferentes perspectivas:

- Taxa de Sazonalidade (TS);
- Índice de Amplitude Sazonal (IAS);
- Índice de Sazonalidade (IS).

Taxa de Sazonalidade

Segundo Cunha (2003), a avaliação da sazonalidade num país ou numa região, reflecte a relação entre o número de turistas ou de dormidas ocorridas nos meses de maior fluxo e o total das entradas ou das dormidas verificadas durante todo o ano no respectivo país ou região. A relação é enunciada pela seguinte expressão:

$$TS = \frac{E_v}{E_t} \times 100 \quad (1)$$

em que:

TS – Taxa de sazonalidade (%);

E_v – Entradas nos três meses de maior concentração;

E_t – Entradas totais do ano.

Índice de Amplitude Sazonal

Cunha (2003) apresenta uma outra medida da distribuição anual dos movimentos turísticos - o índice de amplitude sazonal. Mede as variações dos fluxos entre a época alta e a baixa, através da seguinte relação:

¹ SPSS – Statistical Package for Social Sciences

$$IAS = \frac{E_v}{E_i} \quad (2)$$

em que:

IAS – Índice de Amplitude Sazonal;

E_v – Entradas na época alta (nº de turistas);

E_i – Entradas na época baixa (nº de turistas).

Como, por vezes, os meses de maiores ou menores entradas, não correspondem aos meses de Verão e de Inverno enquanto estações do ano, poderão seleccionar-se os três meses consecutivos em que se registre o maior ou menor número de dormidas, consoante o indicador utilizado.

Quanto maior for o grau de sazonalidade, ou o índice de amplitude sazonal, pior será a distribuição anual do turismo, o que acarreta graves inconvenientes, não só para a exploração dos estabelecimentos turísticos, como também em relação ao emprego e à concentração dos movimentos turísticos com evidentes consequências no congestionamento do tráfego, na sobrecarga das infra-estruturas, na ruptura de stocks e dificuldades de abastecimentos, entre outras.

Índice de Sazonalidade

O Índice de Sazonalidade, por sua vez, indica a diferença entre a média dos valores de cada período e a média de todos os períodos. A série temporal tem várias componentes que influenciando os valores da série dificultam a medição da sazonalidade. Para que se possa fazer uma análise da sazonalidade, é necessário isolar as diferentes componentes que representam os factores que influenciam os valores da série.

São quatro as componentes de uma série cronológica: Tendência, Sazonalidade, Ciclicidade e Componente Aleatória.

A tendência representa o movimento geral e de longo prazo da série, reflectindo a evolução global no sentido do crescimento (ou decrescimento) do nível da série. Para identificar esta componente é necessário retirar à série todas as flutuações.

A sazonalidade representa as flutuações periódicas da variável. Estas flutuações com periodicidade fixa (o ciclo sazonal) provocam variações alternadas das observações relativamente ao nível da série.

A ciclicidade reflecte movimentos oscilatórios (sem periodicidade fixa) que afectam a tendência global da série, sendo apenas detectáveis para séries longas. Esta componente aparece muitas vezes associada aos ciclos da actividade económica, em que existe alternância entre períodos de crescimento com outros de depressão.

A componente aleatória tem um carácter casual e portanto imprevisível.

Tendo em conta a necessidade de isolar cada um dos componentes da série utilizou-se o método de decomposição aditivo, que indica que variações periódicas têm uma amplitude que se mantém aproximadamente constante, mesmo que a tendência não o seja (Reis, 1996). Este método admite que cada componente é independentemente responsável por uma parcela do valor observado; que as diferentes componentes não estão correlacionadas; e que cada componente é definida na mesma unidade de medida dos valores observados. A formulação algébrica deste método é a seguinte:

$$y_t = T_t + S_t + C_t + \varepsilon_t \quad (3)$$

onde:

$y_t = f(T_t, S_t, C_t, \varepsilon_t)$ cada valor y_t da variável em estudo será uma função das quatro componentes, isto é:

Y_t representa o valor observado para o período t ,

T_t representa a tendência no período t ,

S_t representa a sazonalidade no período t ,

C_t representa a ciclicidade no período t e

ε_t representa o ruído (componente aleatória) no período t ,

O cálculo do índice de sazonalidade pressupõe então a identificação do padrão da componente sazonal (ciclo sazonal). De forma a atenuar, a aleatoriedade e sazonalidade da série, calculam-se as médias móveis centradas de comprimento igual ao período sazonal, no caso foi utilizado o trimestre. Para identificar a sazonalidade em cada um dos trimestres foi então calculado o índice de sazonalidade que consiste na média aritmética dos valores referentes a esse trimestre.

Precedente à quantificação do fenómeno sazonal surge uma breve caracterização da procura.

O cálculo do índice de sazonalidade pressupõe então a identificação do padrão da componente sazonal (ciclo sazonal). De forma a atenuar, a aleatoriedade e sazonalidade da série, calculam-se as médias móveis centradas de comprimento igual ao período sazonal, no caso foi utilizado o trimestre. Para identificar a sazonalidade em cada um dos trimestres foi então calculado o índice de sazonalidade que consiste na média aritmética dos valores referentes a esse trimestre.

Precedente à quantificação do fenómeno sazonal surge uma breve caracterização da procura.

4. CARACTERIZAÇÃO DA PROCURA

A insularidade é um factor de atractividade turística, cujos atributos despoletam no consumidor motivações definidas por relação com a oferta do destino. As acessibilidades efectuam-se por barco ou avião e podem assumir particular relevância na promoção do destino. Em 2002, entraram na ilha de Porto Santo 418 321 passageiros, que comparativamente com o ano de 1999 representou um crescimento de 5,7%. Em Porto Santo, o tráfego por barco representou em 2002, 56,2% do número de entradas. Na época baixa, em particular nos meses de Novembro, Dezembro, Janeiro e Fevereiro, o volume de passageiros transportados não ultrapassou os 10 000, em contraste com os meses de Junho a Setembro onde este ascendeu a 50 000 passageiros.

Apesar do tráfego de passageiros permitir uma aproximação à intensidade da actividade turística, a sua quantificação dever-se-á orientar pelo número de entradas de hóspedes e pelo número de dormidas. Em boa verdade, a primeira variável não permite distinguir os residentes dos excursionistas e dos turistas. Contudo, a quantificação da procura turística será sub-avaliada, dada a impossibilidade de quantificação do volume de turistas, cujo alojamento são os parques de campismo e/ou casa de familiares e amigos. Na análise por mercado, verifica-se que a procura no Verão, junto do mercado português, é superior à verificada junto dos mercados emissores internacionais.

4.1 DORMIDAS DOS TURISTAS NAS UNIDADES DE ALOJAMENTO

Na ilha de Porto Santo os meses de Verão, especialmente Agosto, registam mais de 45 000 dormidas mensais, em contraste com o mês de Janeiro, cujo volume de turistas se situa na meia dezena de milhar. O período da Páscoa marca o início de uma nova época, com dormidas acima das 15 000, compensando a quebra registada no mês de Maio. Em 2002, a Páscoa representou aproximadamente 21,5% da procura turística na região.

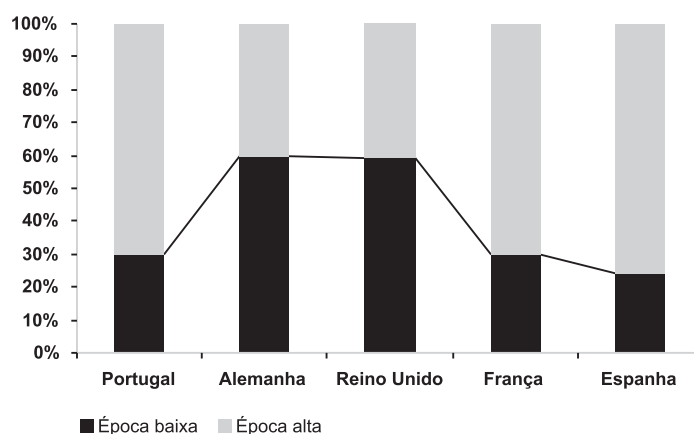
Em termos de mercados nacional e internacional os fluxos da procura diferem bastante no tempo, revelando alguma tendência de inversão do actual fenómeno. No ano de 2002, o valor mais elevado das dormidas de estrangeiros (8 000) registou-se em Julho e o valor mais baixo em Janeiro (2 000). Neste mercado a sazonalidade é menos vincada, o diferencial entre Junho e Outubro, situa-se nas 3 000 dormidas. Relativamente ao mercado nacional, em Agosto registaram-se cerca de 35 000 dormidas e em Janeiro o valor aproximou-se das 1 000. Entre Junho e Outubro a amplitude no volume de dormidas situou-se nas 30 000. Os dados apresentados evidenciam a sazonalidade da procura turística na ilha de Porto Santo, em particular no mercado nacional cuja procura se concentra no Verão.

Identificada a importância do turismo nacional e internacional na ilha de Porto Santo, importa perceber os mercados emissores internacionais que procuram a ilha. Centrando a análise no ano 2002, os principais mercados internacionais foram o Alemão com 32,5% e o Reino Unido com 28,4%, confirmando também a prevalência em relação ao número de dormidas. Na Figura 1 consideram-se os 5 mercados emissores mais importantes, aferidos a partir do volume de dormidas geradas.

4.2 CHEGADAS DE HÓSPEDES ÀS UNIDADES DE ALOJAMENTO

A caracterização da procura através da variável chegada de hóspedes permite retirar conclusões semelhantes às evidenciadas aquando da análise na óptica das dormidas. A repartição da procura é idêntica: o mercado português representa 76% dos hóspedes na ilha, a Alemanha representa 13% e o Reino Unido 8%. Por conseguinte, a estada média registada no mercado nacional e internacional é idêntica.

FIGURA 1
Dormidas por Mercados Emissores, em 2002



Fonte: Direcção Regional de Estatística (2003) e Direcção Regional de Turismo (2003).

A Figura 2 mostra a preferência dos mercados francês e espanhol pelo período de Verão para visitarem Porto Santo. Por outro lado, os mercados alemão e britânico preferem viajar para Porto Santo nos restantes meses do ano. O mercado português em 2002 apresentou um certo equilíbrio entre estes dois períodos.

5. SAZONALIDADE

5.1 SAZONALIDADE MEDIDA PELO NÚMERO DE HÓSPEDES

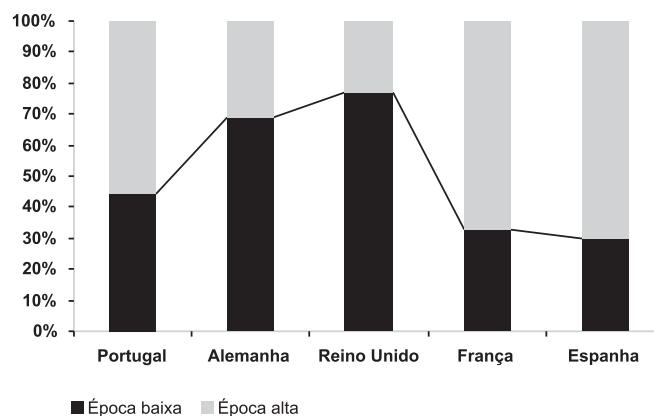
O Quadro 1 apresenta a relação dos três meses de maior procura (Julho, Agosto e Setembro) com o total do respectivo ano. O mercado português apresenta a taxa de sazonalidade mais elevada, apesar da tendência decrescente, os fluxos de procura no Verão

concentram aproximadamente 50% dos hóspedes acolhidos na ilha de Porto Santo. No mercado internacional a época balnear tem uma importância relativa de 34%. Para a explicação da sazonalidade nos vários mercados concorre o respectivo perfil do turista.

Os portugueses apresentam a maior taxa de sazonalidade, com tendência decrescente entre 1997 e 2002.

Ao comparar os três meses de maior afluência (Julho, Agosto e Setembro) com os três meses de menor afluência (Novembro, Dezembro e Janeiro), obtém-se o índice de amplitude sazonal, tal como apresenta o Quadro 2.

FIGURA 2
Distribuição da Entrada de Hóspedes dos Principais Mercados, em 2002



Fonte: Direcção Regional de Turismo (2003).

QUADRO 1
Taxa de Sazonalidade Calculada pelo Número de Hóspedes, de 1997 a 2002

	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Estrangeiros (%)	41,8	35,4	39,8	31,6	34	34,2
Portugueses (%)	55,5	47,5	43,9	38,1	51,3	48,5
Total (%)	50,3	43,6	42,7	36,3	47,9	44,9

Fonte: Neves, 2005

QUADRO 2

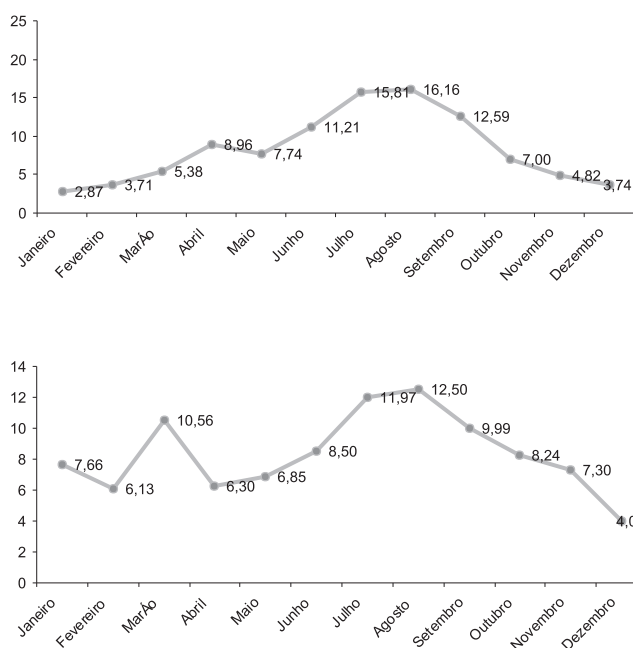
Índice de Amplitude Sazonal Calculado pelo Número de Hóspedes, de 1997 a 2002

	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Estrangeiros (%)	3,5	2,2	2,3	2,2	2	1,6
Portugueses (%)	9,6	5,8	5,7	3,2	4,7	5,7
Total	6,3	4	4,7	2,8	3,9	3,8

Fonte: Neves, 2005

FIGURA 3

Índice de Sazonalidade dos Hóspedes em Porto Santo



Fonte: Neves, 2005

O índice de amplitude sazonal apresenta uma tendência geral decrescente, o que revela um maior equilíbrio na distribuição da procura ao longo do ano. O decréscimo deste indicador é tributário do esforço dos agentes locais na redução da assimetria do volume de turistas ao longo do ano (sazonalidade).

5.2 ÍNDICE DE SAZONALIDADE DOS HÓSPEDES

O cálculo do índice de sazonalidade poder-se-á realizar com base em séries temporais, desde que o número de observações seja suficiente para calcular a tendência. A série temporal comporta um conjunto de dados ordenados por ordem cronológica. A análise das séries permite identificar e explicar:

- Variações regulares e sistemáticas motivadas pela sazonalidade;
- Padrões cíclicos que se repetem por mais de 3 anos;
- Tendências;
- Crescimento dessas tendências.

Para o cálculo do índice de sazonalidade dos hóspedes utilizou-se a série de 1997 a 2002, adoptando a base mensal (a qual foi alisada pelo método das médias móveis). O alisamento da série, a partir de métodos aditivos, pretende expurgar tendências mantendo apenas as variações regulares e cíclicas.

Os meses de Verão registam os valores mais elevados, reveladores da maior procura durante os meses de Verão, o mês de Abril também apresenta um pequeno pico, facto ao qual não devem ser alheias as férias escolares no período da Páscoa. Deste modo, o índice de sazonalidade da procura turística é claramente influenciado pelos movimentos dos turistas portugueses. Os mercados emissores internacionais, embora prefiram o Verão, distribuem-se de forma mais equitativa pelos restantes meses do ano.

5.3 SAZONALIDADE MEDIDA PELO NÚMERO DE DORMIDAS

Analisada a sazonalidade pela variável hóspedes, procede-se ao cálculo dos mesmos indicadores, pelo número de dormidas (Quadro 3), no sentido de calibrar os resultados obtidos. Ao nível das dormidas, a taxa de sazonalidade é afectada pelo desequilíbrio dos movimentos dos turistas portugueses.

O índice de amplitude sazonal confirma a concentração da procura nacional nos meses de Julho, Agosto e Setembro, por oposição aos meses de Janeiro, Novembro e Dezembro (Quadro 4).

Da análise do Quadro 4 resulta que em 1997 a amplitude sazonal da procura nacional foi 14,8 vezes superior nos meses de Verão relativamente ao Inverno. Em 2002 esse valor situa-se nas 9 vezes, depois de ter atingido um mínimo de 5,4 em 2000. A amplitude sazonal para os estrangeiros é mais ténue, o valor máximo ocorreu em 1999.

5.4 ÍNDICE DE SAZONALIDADE DAS DORMIDAS

O índice de sazonalidade em relação às dormidas confirma a tendência já identificada no cálculo realizado com a variável hóspedes. A Figura 4 mostra a hegemonia do período de Verão, na qual Agosto regista o valor máximo.

QUADRO 3
Taxa de Sazonalidade Calculada pelo Número de Dormidas, entre 1997 e 2002

	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Estrangeiros (%)	40,3	37,6	39,2	33,6	36,1	36,2
Portugueses (%)	65,4	62,4	58,8	51,4	55,8	58,4
Total	53,6	52,5	51,1	45,3	50,5	52

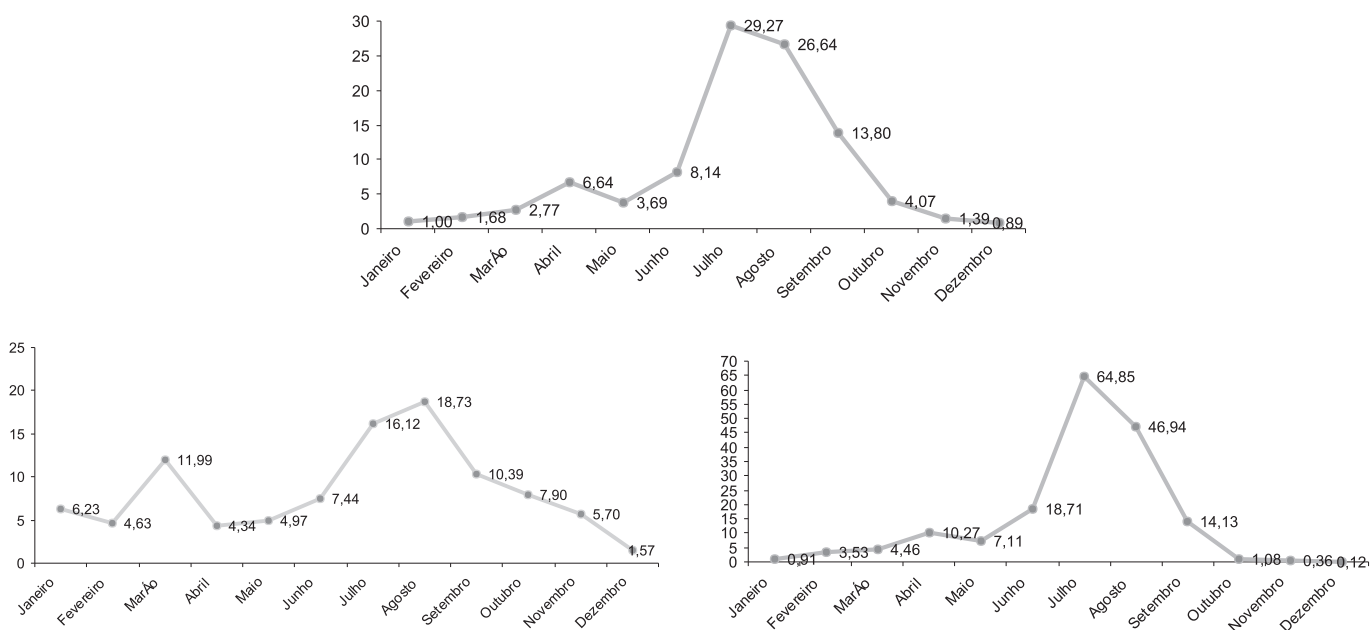
Fonte: Neves, 2005

QUADRO 4
Índice de Amplitude Sazonal Calculado pelo Número de Dormidas, entre 1997 e 2002

	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Estrangeiros (%)	2,8	2,7	3,3	2,4	2,5	2,1
Portugueses (%)	14,8	13,5	14,5	5,4	6,6	9
Total	5,8	6,2	7,1	4,1	5	5,4

Fonte: Neves, 2005

FIGURA 4
Índice de Sazonalidade das Dormidas em Porto Santo



Fonte: Neves, 2005

Para o mercado estrangeiro, a época alta inicia-se em Abril e prolonga-se até Outubro, o que significa uma melhor distribuição dos fluxos turísticos ao longo do ano. No mercado nacional a época alta tem a duração de três meses, balizada pelos meses de Junho a Setembro.

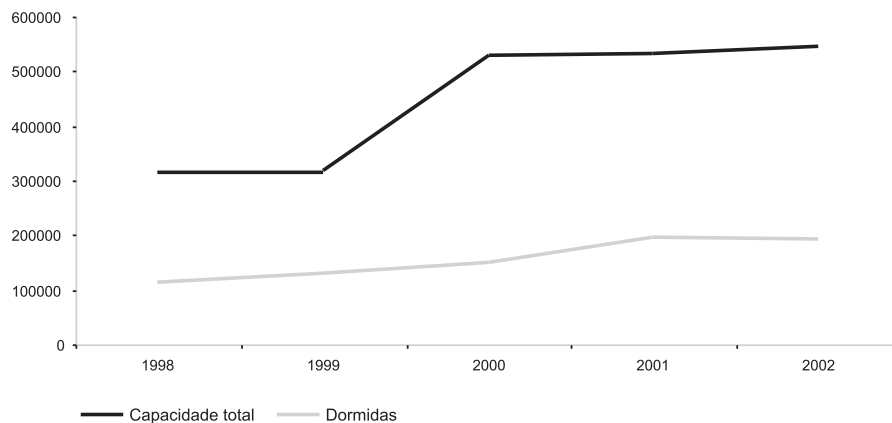
A procura nacional ancorada no *Sol e Praia* fomenta a concentração na época balnear, pelo que urge estratégias susceptíveis de inverter o curso. Assim sendo, na fase de diagnóstico importa perceber a perspectiva dos empresários e definir o seu contributo potencial para a implementação de políticas com capacidade efectiva e sustentável de redução da sazonalidade.

A análise dos três indicadores utilizados permite aferir que de facto a procura turística em Porto Santo concentra-se no período de Verão fundamentalmente no mercado nacional, que representa o principal mercado emissor da ilha.

A variável preço influencia a decisão de compra de um determinado destino. A literatura refere a importância de factores motivacionais e interpessoais e as restrições orçamentais na formação da imagem e escolha do destino. Todavia, com base na assumpção da racionalidade do comportamento humano, o turista fundamenta a escolha no preço (Lancaster, 1966; Bull, 1995). Por outro lado, a teoria da produção e custos aponta para a formação do preço enquanto maximização da função da produção, face a restrições de custos, numa primeira fase, e da lei da oferta e da procura em última instância (Frank, 1994). A Figura 5 aplica os postulados da lei da oferta e da procura, tendo por base a comparação entre a evolução da oferta de alojamento (capacidade total²) e a procura (medida pelo número de dormidas), no período compreendido entre 1998 e 2002.

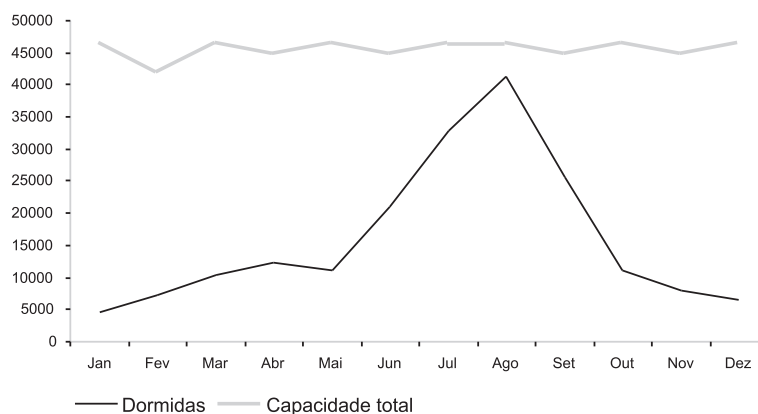
² Capacidade Total = Número de camas × 365 dias

FIGURA 5
Evolução da Oferta e da Procura, entre 1998 e 2002



Fonte: Direcção Regional de Estatística (2003)

FIGURA 6
Evolução da Oferta e da Procura por Meses, em 2002



Fonte: Direcção Regional de Estatística (2003)

A oferta supera a procura. Este excedente agrava-se a partir do ano 2001 pela estabilização da procura e contínuo crescimento da oferta, ainda que, a um ritmo menos acentuado do que se havia registado no biénio 1999/00. Dinâmicas diferentes de crescimento do “jogo” oferta/procura agravará as condições de operação e conseqüente decréscimo de preços. O comportamento da procura difere ao longo do ano. A Figura 6 revela que apesar do excesso de oferta, este diminui substancialmente de acordo as estações do ano.

A Figura 6 representa a evolução das dormidas, numa base mensal, face à capacidade da oferta no ano de 2002. Observa-se um excedente de oferta nos meses de Inverno que diminui significativamente no Verão, especialmente em Agosto, cujo número de dormidas se aproxima da capacidade total da oferta. O equilíbrio entre a oferta e procura na ilha de Porto Santo pode ser analisado através da respectiva taxa de ocupação. O mês de Agosto experimenta uma taxa de ocupação a rondar os 100%, próximo do “Overbooking” (Quadro 5).

QUADRO 5

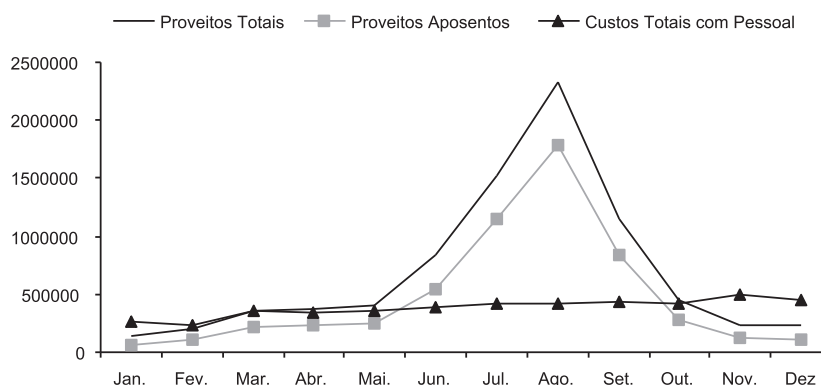
Taxas Mensais de Ocupação no Último Triénio; (Unidade: %)

Meses	2000	2001	2002
Janeiro	17	16,4	11
Fevereiro	22	20,1	19
Março	31,6	25,8	24,8
Abril	51,9	38,5	30,7
Mai	40,1	26,9	26,6
Junho	72,9	50	52,1
Julho	97,2	82,4	74,8
Agosto	103,5	90,7	92,8
Setembro	84	64	62,2
Outubro	46	27,9	26,9
Novembro	27,4	20,6	19,9
Dezembro	18,7	13,3	15,7

Fonte: Direcção Regional de Estatística (2003)

FIGURA 7

Custos e Proveitos na Hotelaria de Porto Santo, em 2002 (Unidade: Euro)



Fonte: Direcção Regional de Estatística (2003)

Por outro lado, os valores em Julho e Agosto apesar de elevados decrescem em relação a 2000, consequência do aumento da oferta de camas, uma vez que este número não foi acompanhado pela procura. O excesso de oferta determina o potencial de crescimento da procura, que se reflecte na rentabilidade hoteleira, cuja forma mais mediática são os custos e os proveitos.

5.6 PROVEITOS E CUSTOS NA HOTELARIA NA ILHA DE PORTO SANTO

De acordo com a metodologia utilizada pela Direcção Regional de Estatística (2003), o proveito de aposento refere-se às receitas referentes a dormidas nos estabelecimentos hoteleiros e no espaço rural. Os proveitos totais, referem-se a todos os ganhos resultantes da actividade de estabelecimento hoteleiro e do empreendimento de turismo no espaço rural, onde se incluem as dormidas, a restauração e outros decorrentes da própria actividade, como por exemplo, aluguer de salas, tabacaria, telefone, entre outros. Na Figura 7 é apresentada a evolução mensal dos proveitos, para o ano de 2002.

Os custos totais com pessoal mantêm-se estabilizados, embora com uma visível acentuação nos meses de maior procura. Da mesma forma, os proveitos crescem significativamente nos meses de Verão, em especial em Agosto, representando 28,3% dos proveitos totais anuais e 31,5% dos proveitos totais anuais de aposento.

Preços Praticados

A partir dos proveitos e com base nos dados relativos às dormidas em 2002, estimou-se o preço médio da dormida total por aposento (Quadro 6).

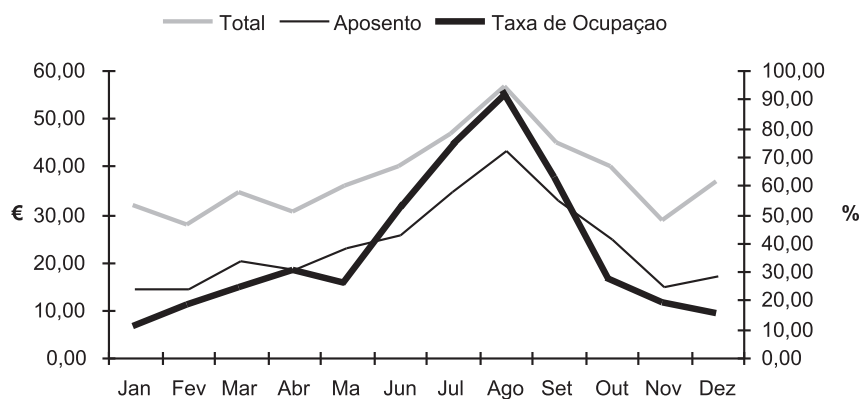
O Quadro 6 mostra que a diária num hotel pode custar 56,20 €, em média, no mês de Agosto, sendo o preço mínimo registado em Fevereiro. Como seria de esperar, os meses de Verão reflectem os preços mais altos, estratégia que acentua o modelo sazonal da procura. No que se refere aos preços de alojamento, a tendência mantém-se, com um intervalo de variação de 29 €, o valor máximo ascende a 43,28 € e o valor mínimo cifra-se em 14,26 €.

QUADRO 6
Preços Médios das Unidades Hoteleiras, em 2002

Meses	Preços Médios (Euros)	
	Total	Por Aposento
Janeiro	31,59	14,41
Fevereiro	27,31	14,26
Março	34,11	20,47
Abril	30,08	18,62
Mai	35,77	22,94
Junho	39,58	25,85
Julho	46,41	34,73
Agosto	56,20	43,28
Setembro	44,78	32,77
Outubro	39,70	24,61
Novembro	28,63	15,09
Dezembro	36,35	16,99

Fonte: Neves, 2005.

FIGURA 8
Evolução dos Preços Médios Totais e de Alojamento em 2002 e Taxa de Ocupação



Fonte: Neves, 2005.

A Figura 8 apresenta a evolução dos preços médios calculados com base nos proveitos totais e de aposento ao longo de 2002. Identifica também a evolução da taxa de ocupação como *proxy* do equilíbrio de mercado.

Os preços médios seguem a tendência da procura, registando os máximos em Agosto e os mínimos em Janeiro/Fevereiro. A análise tripartida proposta na Figura 8 mostra que o mês de Maio enceta já um novo ciclo de retoma dos preços face a uma recuperação dos fluxos turísticos, apesar de ser o mês de Agosto cujo preço total é mais elevado (56,2 €) em paralelo com uma taxa de ocupação de 92,8%.

5.7 ANÁLISE COMPARATIVA DOS INDICADORES DE SAZONALIDADE

A taxa de sazonalidade permite obter uma medida da intensidade da sazonalidade por referência ao fluxo de procura anual. Enquanto que o índice de amplitude sazonal mede a importância relativa da época alta por referência à época baixa. Por sua vez, o índice de sazonalidade indica a intensidade deste fenómeno desprovido de tendências cíclicas ou tendências conjunturais. Dum modo geral e com as devidas diferenças decorrentes da utilização de séries de hóspedes ou de dormidas é indubitável a preponderância do fluxo estival de turistas à ilha, com maior preponderância no mercado nacional.

6. CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES ESTRATÉGICAS

Porto Santo apesar do potencial turístico é ainda um produto complementar da Ilha da Madeira e simultaneamente a “praia” dos Madeirenses. Corolário deste modelo de desenvolvimento verifica-se uma concentração de mais de 50% da procura nos meses de Verão ficando a ilha praticamente deserta no resto do ano. Tendo em conta a sua estrutura mono-produtiva característica da sua condição insular é premente a diversificação da procura e a viabilização de produtos que alicerçados nas potencialidades naturais da ilha, constituam vantagens competitivas irrefutáveis.

O ensaio caracteriza e avalia o fenómeno no espaço da ilha de Porto Santo e no horizonte temporal compreendido entre 1997 e 2020. Para cumprir os objectivos propostos optou-se por calcular três indicadores de análise do fenómeno da sazonalidade (Taxa de Sazonalidade, Índice de Sazonalidade e Índice de Amplitude Sazonal) que revelaram resultados consistentes e expressivos. De um modo geral, os três indicadores apontam para uma tendência geral decrescente da sazonalidade e para o conseqüente aumento de equilíbrio entre a procura e oferta turísticas de Porto Santo, embora a sazonalidade da procura dos turistas portugueses seja mais elevada que no caso dos turistas estrangeiros. Em particular, o Índice de Sazonalidade permite verificar que são os meses de Verão aqueles que concentram o maior número de dormidas, constituindo o pico da sazonalidade. Contudo, é de notar que este indicador é claramente influenciado pelos movimentos dos turistas portugueses, uma vez que, os mercados emissores internacionais, também registam maior tendência para visitar a ilha de Porto Santo no Verão, embora o façam de forma mais equitativa ao longo do ano.

Convictos de que a concentração da procura em períodos mais curtos não desaparecerá, é premente a diversificação do produto turístico dando resposta às novas necessidades do consumidor mais sofisticadas e menos sazonais. De certo, a sazonalidade deverá constituir uma oportunidade aquando da definição de políticas para o desenvolvimento do destino e não uma ameaça. As apostas para uma diminuição da sazonalidade deverão passar pelo apelo aos mercados nórdicos (devido ao clima temperado característico desta zona e que é muito procurado por este tipo de turistas), pelo esforço em aumentar o turismo sénior e de congressos (que poderão ser soluções para a diminuição da sazonalidade dos turistas portugueses).

Trabalhos futuros situam-se na caracterização do turista que visita a ilha, em particular no que se refere às suas motivações deviam centrar-se em determinar as razões que levam o turista a visitar a ilha, determinando assim porque motivo a procura nacional se concentra no mês de Agosto e como é que se pode atenuar este fenómeno. Numa lógica de complementaridade este estudo deveria continuar com a definição de estratégias de diversificação dos produtos turísticos na ilha. Porém, antes de agir é necessário conhecer, e é neste percurso que se enquadra o presente trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Archer, B. (1973), "The Impact of Domestic Tourism" in *Economics*, Vol 2, Bangor occasional Papers, Wales, University of Wales.
- Baron, R. (1975), "Seasonality in Tourism", Londres, Economist Intelligent Unit.
- Baum, T.; Lundtorp, S. (2001), "Seasonality in Tourism", Oxford, Pergamon.
- Bull, A. (1995), "The Economics of Travel and Tourism", New York, Longman.
- Buhalis, D. (2000), "Marketing the Competitive Destination of the Future" in *Tourism Management*, Vol 21, nº1, pp. 97- 116.
- Butler, R.W. (2001), "Seasonality in Tourism: Issues and Implications" in *Seasonality in Tourism*, ed. Baum, T.; Lundtorp, S., Oxford, Pergamon, pp. 4-21.
- Castelli, G. (1986), "Turismo e Marketing: Uma Abordagem Hoteleira", Porto Alegre, Sulina.
- Correia, A. (1994), "A População e Mercados Turísticos no Algarve – Estratégias de Negócio de Dessazonalização", Tese de Mestrado, Lisboa, ISEG - Universidade Técnica de Lisboa.
- Cunha, L. (2003) "Introdução ao Turismo", Lisboa: Verbo.
- D'Amore, L. (1976), "The Significance of Tourism in Canada" in *Business Quarterly*, Vol 41, nº3, pp. 27-35.
- Direcção Regional de Estatística (2003) "Anuário Estatístico da Região Autónoma da Madeira". Madeira.
- Direcção Regional de Turismo (2003), "Estatística do Turismo 2002", Madeira.
- Frank, R.H. (1994), "Microeconomia e Comportamento", Lisboa, McGraw-Hill.
- Fúster, L.F. (1989), "Introducción a la Teoría y Técnica del Turismo", Madrid, Alianza.
- Hartman, R. (1986), "Tourism, Seasonality and Social Change" in *Leisure Studies*, Vol 5, nº1, pp. 25-33.
- Highman, J.; Hinch, T. (2002), "Tourism, Sport and Seasons: The Challenges and Potential of Overcoming Seasonality in the Sport and Tourism Sectors" in *Tourism Management*, Vol 23, nº2, pp. 175-185.
- Lage, B.; Milone, P. (1998), "Economia do Turismo", Brasil, Papirus.
- Lancaster, K. (1966), "A New Approach to Consumer Theory" in *Journal of Political Economy*, Vol 74, nº2, pp. 132-157.
- Lim, C.; Mcaller, M. (2001), "Asian Tourism to Australia" in *Annals of Tourism Research*, Vol 28, nº1, pp. 68-82.
- Mendes, J. (2004), Sustentabilidade, qualidade e competitividade dos destinos turísticos: o caso das Ilhas da Madeira e Açores, tese de mestrado, Universidade do Algarve, Faro, Portugal.
- Martins, J. (2002), "Turismo e Sazonalidade" in *Cadernos de Economia*, Vol 61, pp. 69-71.
- Neves, H.M. (2005), "O Turismo em Porto Santo: Uma Estratégia de Marketing para o Futuro", Tese de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Faro, Faculdade de Economia da Universidade do Algarve.
- Reis, E. (1996) "Estatística Descritiva", Lisboa, Sílabo.
- Ruiz, C.V.; Armand, E.H. (1997), "Estructura y organización del mercado turístico", Madrid, Centro de Estudios Ramón Areces, S. A.

ANÁLISE ESTRATÉGICA DA DENOMINAÇÃO DE ORIGEM PROTEGIDA CARNE MIRANDESA

Maria Isabel Barreiro Ribeiro - Instituto Politécnico de Bragança, Escola Superior Agrária,

Campus de Santa Apolónia - E-mail: xilote@ipb.pt

Alda Maria Vieira de Matos - Instituto Politécnico de Bragança, Escola Superior Agrária,

Campus de Santa Apolónia - E-mail: alda@ipb.pt

António José Gonçalves Fernandes - Instituto Politécnico de Bragança, Escola Superior Agrária,

Campus de Santa Apolónia E-mail: toze@ipb.pt

RESUMO:

A identificação de linhas de orientação estratégica para a DOP (Denominação de Origem Protegida) da Carne Mirandesa é o tema central deste artigo. Para o fazer, realizou-se uma análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*) na qual o crescimento concentrado, a diferenciação do produto e a qualidade, emergiram como estratégias que, na actualidade, constituem o pilar lucrativo da fileira. A estratégia de desenvolvimento do produto, de que é exemplo o chouriço mirandês, encontra-se numa fase inicial de implementação. Por seu lado, a diversificação concêntrica surge como uma estratégia capaz de valorizar partes da carcaça até agora pouco ou nada aproveitadas. Num cenário optimista, no qual se consiga aproveitar todo o potencial da actividade, as estratégias de penetração e desenvolvimento de mercado poderão vir a revelar-se interessantes. Num cenário mais pessimista, cujos estrangulamentos não possam ser debelados, resta prosseguir uma estratégia de redução de custos e, em última instância, a liquidação da actividade.

Palavras-chave: Produtos DOP, Raça Mirandesa, Análise SWOT, Estratégias.

Códigos JEL: L19, R20, O18

ABSTRACT:

The identification of the strategic orientation guidelines for “Carne Mirandesa” PDO (Protected Designation of Origin) is the central theme of this article. In a SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*) analysis, the concentrated growth, the product differentiation and the quality emerged as the main strategies for this activity. The product development strategy is in an early phase of implementation. An example of that is the “Chouriço Mirandês”. In a closer future, the concentric diversification could be an interesting strategy because allows the valorisation of the carcass parts, until now, little or nothing valued. In a optimistic scenario, the production could be increased into levels that can justify the implementation of the penetration and market development strategies. In the most pessimistic scenario, that is, if the actual situation remains, the costs reduction strategy can improve the agricultures income. But, at last, the liquidation strategy could be the only way out.

Keywords: PDO Products, Mirandesa Breed, SWOT Analysis, Strategies.

JEL Codes: L19, R20, O18

INTRODUÇÃO

Apesar de pouco expressiva, a produção de carnes com Denominação de Origem Protegida (DOP) é importante na dinamização do espaço rural, na medida em que contribui para a promoção da diversidade da paisagem rural e para a manutenção da biodiversidade. Efectivamente, a produção deste tipo de carnes é feita em regime extensivo que, segundo Rodrigues *et al.* (1998), é especialmente favorável para a diversidade das espécies, para a qualidade ambiental e para a própria paisagem. Note-se que, em 2005, a produção de carne bovina com designação DOP representava, segundo o IDRHa (2007), apenas 2,7% da produção bovina total nacional.

Dada a escassez de recursos económicos e tecnológicos a que os pequenos agricultores estão sujeitos, a diferenciação pela qualidade surge, segundo Andrade *et al.* (1997) e Cadavez *et al.* (2002), como uma alternativa capaz de estimular as actividades rurais e promover o desenvolvimento rural, evitando o abandono das terras e a desertificação das zonas rurais.

A inexistência de estudos científicos sobre a fileira DOP Carne Mirandesa, no âmbito da gestão estratégica, justifica a elaboração deste artigo. Para a sua concretização faz-se, em primeiro lugar, um enquadramento teórico, no qual se caracteriza a fileira da Carne Bovina Mirandesa com recurso a fontes documentais e estatísticas. Este enquadramento teórico sustenta a análise SWOT, instrumento de apoio à definição de estratégias. Para o efeito, identificam-se os factores externos, oportunidades e ameaças que resultam da análise do mercado, e os factores internos, pontos fortes e pontos fracos que provêm da análise da fileira.

1. INSTITUIÇÕES DE SUPORTE E TIPOLOGIA DAS EXPLORAÇÕES

Segundo os dados do IDRHa (2007), existem em Portugal doze raças que produzem carne com DOP e Indicação Geográfica Protegida (IGP), designadamente, Carne Charneca (DOP), Carne Alentejana (DOP), Carne Mertolenga (DOP), Carne Marinhosa (DOP), Vitela de Lafões (IGP), Carne Maronesa (DOP), Carne Barrosã (DOP), Carne Arouquesa (DOP), Carne Mirandesa (DOP), Carne Cachena da Peneda (DOP), Carne de Bovino Cruzado dos Lameiros do Barroso (IGP) e Carne dos Açores (IGP). Segundo a CCDRA (2003), Portugal é o país da União Europeia (UE) com maior número de carnes de bovino com nome protegido. Esta quantidade iguala o total de carnes com designação protegida nos restantes países da UE.

Segundo Brígido *et al.* (2004), a raça Mirandesa teve a sua origem geográfica no Nordeste de Portugal, mais concretamente no concelho de Miranda do Douro. Até à segunda metade do século XX foi a mais importante raça de tracção animal na agricultura portuguesa. De acordo com Sousa e Almeida (2004), o livro genealógico¹ desta raça foi criado em 1913, ficando a cargo do Posto Zootécnico de Malhadas o registo zootécnico dos animais, o funcionamento do livro e o melhoramento da raça. Tarefas que, a partir de 1993, passaram a ser da responsabilidade da Associação de Criadores da Raça Bovina Mirandesa (ACRBM), criada em 1989. Em 1994 foi atribuída a designação DOP² à carne Mirandesa produzida no solar da raça Mirandesa (concelhos de Bragança, Vinhais, Macedo de Cavaleiros, Vimioso, Miranda do Douro e Mogadouro). Actualmente, a ACRBM tem como principal objectivo a conservação e melhoramento genético da raça Mirandesa, assim

¹ Em 1959, a Portaria 17132 estabelece o Regulamento do Livro Genealógico da Raça Bovina Mirandesa.

² A designação "Carne Mirandesa de Denominação de Origem Protegida" foi reconhecida, a nível nacional, pelo Despacho n° 35/94, de 18/01/94 e, a nível comunitário, foi registada e protegida, pelo Regulamento (CE) n° 1263/96, de 01/07/96.

como a valorização dos produtos comercializados sob a designação “Carne Mirandesa”. Em 1992, com a entrada em vigor do Reg. CEE 2081/92, estavam reunidas as condições para que a Cooperativa Agro-Pecuária, CRL. (AGROPEMA), assumisse a gestão da DOP Mirandesa. A função da AGROPEMA, criada em 1978, resumia-se à compra e venda de factores de produção para os seus cooperantes, ficando a cargo do organismo privado, Associação Interprofissional para os Produtos Agro-Alimentares de Trás-os-Montes, “Tradição e Qualidade”, o controlo e a certificação dos produtos produzidos e comercializados sob a designação “Carne Mirandesa”.

Como pode visualizar-se no quadro 1, ao longo do período em análise, o número de vacas por exploração teve um crescimento superior a 200%. Este aumento ficou a dever-se a um decréscimo do número de explorações de cerca de 57% e ao aumento do número de vacas, que registou uma variação positiva de 36%.

No período estudado, a evolução do número de nascimentos sofreu algumas oscilações. O maior crescimento ocorreu entre 1996 e 1999 tendo registado uma taxa de 24%. A partir de 2002, a evolução deste indicador foi sempre positiva embora moderada.

Como se pode verificar no quadro 2, no período de 1996 a 2005, o número de explorações com um efectivo igual ou inferior a 4 cabeças sofreu uma diminuição acentuada da ordem dos 40 pontos percentuais. No entanto, o número de explorações com um efectivo entre 7 a 10 cabeças registou um aumento significativo de 300%. As explorações com mais de 10 vacas, que registaram um aumento de 7%, concentram-se, sobretudo, nos concelhos de Miranda do Douro, Bragança e Vimioso.

O número de explorações de pequena dimensão, com um número de vacas inferior a 10, é superior a 70% ao longo de todo o período considerado. Para Sousa

QUADRO 1
Indicadores da Raça Mirandesa

	1996	1999	2002	2005	2006	Variação (%)
Número de explorações	1467	1227	890	703	636	-56,7
Número de vacas	4358	4.884	4.685	4.386	5.918	35,8
Número médio (vacas/exploração)	2,97	3,98	5,26	6,24	9,3	213

Fonte: ACBRM (2007).

QUADRO 2
Número de Vacas por Exploração

Vacas	1996	1999	2002	2005	Variação (%)
1 a 2	55	42	35	33	-40
3 a 4	32	34	32	27	-16
5 a 6	8	12	13	11	38
7 a 10	3	6	9	12	300

Fonte: ACBRM (2007).

(1998), a reduzida dimensão dos efectivos aliada a outros factores, designadamente, a mecanização da agricultura e a progressiva erosão verificada a partir da década de 70 do século passado contribui para o risco de desaparecimento da raça Mirandesa.

2. CARACTERIZAÇÃO DA FILEIRA DA CARNE BOVINA MIRANDESA DOP

Segundo a ACRBM (2007), a carne bovina Mirandesa DOP é obtida a partir de bovinos de raça autóctone Mirandesa criados de forma tradicional. Porém, estes bovinos devem estar inscritos no Livro de Nascimentos e os progenitores têm de estar registados no Livro Genealógico da raça Mirandesa. A carne pode ser produzida e comercializada em duas categorias, designadamente, a carne de vitela e a carne de novilho.

A carne de vitela provém de animais de ambos os sexos com idade compreendida entre os 5 e os 9 meses, idade em que são abatidos para consumo, permanecendo com a mãe durante esse período. A carne apresenta uma cor rosa clara, com uma gordura de cor branca e distribuição homogénea, com grão

fino, consistência firme e ligeiramente húmida. A carne de novilho provém de animais recriados de ambos os sexos após o desmame, cujo abate se processa entre os 10 e os 18 meses. Esta carne apresenta uma cor vermelha clara, consistência firme, ligeiramente húmida e moderada gordura intramuscular.

No que diz respeito à produção de carne Mirandesa, os dados do quadro 3 apontam para uma recuperação verificando-se uma tendência para o aumento do número de animais. Esta evolução pode ficar a dever-se, sobretudo, aos incentivos, prémios e apoios à comercialização que tornam possível a manutenção desta actividade. De acordo com Sousa e Almeida (2004), a estrutura mínima garante o funcionamento da fileira produção-abate-comercialização, embora a laborar abaixo do seu potencial, não sendo possível melhorar a sua rentabilidade com o número actual de abates. Tendo em conta que estas explorações só serão competitivas e rentáveis quando possuírem encabeçamentos da ordem dos 40 a 50 animais, facilmente se percebe que a estrutura fundiária da região, caracterizada pela pequena dimensão e pela fragmentação das explorações, condiciona a produção pecuária da raça mirandesa e a rentabilidade das explorações.

QUADRO 3
Produção e Representatividade da Raça Mirandesa

Produção	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Varição (%)
Vitelos (Kg)	139060	180000	271260	241000	274000	295000	308792	100
Novilhos (Kg)	4000	7000	-	3300	1200	2000	9811	145
Novilhas (Kg)	-	1250	-	1000	1200	1000	891	-29
Bois (Kg)	4800	-	-	1100	6000	4000	2555	-47
Vacas (Kg)	8600	-	-	1200	14000	8000	3245	-62
Peso da carne Mirandesa/carne bovina DOP (%)	12	12	15,3	12,5	14,1	16,3	13,1	
Posição carne Mirandesa/carne bovina DOP	3 ^a	4 ^a	2 ^a	3 ^a	2 ^a	2 ^a	3 ^a	

Fonte: DGDR (2001 a 2003) e IDRHa (2003 a 2007).

A desaceleração registada entre 2004 e 2005 resultou da diminuição do número de explorações, correspondente ao abandono da actividade por parte de criadores mais idosos. Para além disso, este foi um período de alguma indefinição devido ao processo de transição entre dois quadros comunitários, não existindo, nesse período, apoios aos agricultores e ajudas à instalação de novos agricultores.

Segundo o GPP (2007), no final dos anos 90 e início de 2000, o aparecimento de doenças sanitárias como a *Bovine Spongiform Encephalopathy* (BSE) levou ao abate precoce de vitelos, e mais tarde, ao abate de animais com idade superior a trinta meses, tendo como consequência a quebra significativa do consumo de carne bovina. Porém, a crise que se verificou no sector da carne bovina sem designação DOP, acabou por se transformar numa oportunidade para o sector da carne bovina DOP, uma vez que, como observa Dias *et al.* (2008), os consumidores reconhecem os produtos DOP como produtos saudáveis e de grande qualidade. Para a CCDRA (2003), a certificação da carne bovina protegida ajudou a vencer a desconfiança dos consumidores, que associaram a marca de certificação a uma garantia de segurança para a saúde.

Como pode ver-se no quadro 3, a carne Mirandesa ocupa uma posição de destaque em termos de quantidades produzidas, no segmento de mercado das carnes de bovinos nacionais com DOP. No entanto, como colocam Sousa e Almeida (2004), o

efectivo existente nos 6 concelhos da DOP não é suficiente para fazer face à procura.

Apesar do número de explorações de média dimensão ter aumentado no período de 1996 a 2005, registou-se um decréscimo do número de produtores em 51%, o que denota que o número cabeças por exploração tem vindo a aumentar. Para além disso, a informação do quadro 4 permite verificar que mais de 50% dos produtores possuem idade igual ou superior a 55 anos. Não existem quaisquer indícios de que este cenário se venha a alterar num futuro próximo, o que colocará em risco a reprodução da actividade. Aliás, Baptista *et al.* (2000), afirmam que é previsível uma diminuição significativa quer do número de explorações quer do efectivo pecuário, devido ao abandono da actividade por um número considerável de criadores de raça Mirandesa de idade avançada.

Tendo em conta a idade dos produtores, verifica-se que os mais idosos optam pelos sistemas de produção tradicionais em explorações de pequena dimensão, possuindo em média 3 animais, tal como exhibe o quadro 5. Sousa e Almeida (2004:2-3) apontam que *nas explorações tradicionais, se desenvolvem sistemas policulturais vocacionados essencialmente para o autoconsumo, sendo a venda de produtos agrícolas restrita aos excedentes; os bovinos, embora constituindo a força de tracção e produção de estrume, são o elemento fundamental para a economia destes sistemas através da valorização dos vitelos produzidos.*

QUADRO 4
Produtores de Carne Mirandesa segundo o Escalão Etário (%)

Escalão etário	1996	1999	2002	2005	Varição
Menos de 39	7,7	7,1	5,8	6	-22
39 a 54	34,9	33,8	36	36	3
55 a 69	48,9	49,2	47,2	39,8	-19
Mais de 69	8,4	10	11	18,2	117

Fonte: ACBRM (2007).

QUADRO 5

Número Médio de Vacas da Raça Mirandesa Segundo o Escalão Etário

Escalão etário	1996	1999	2002	2005	Variação (%)
Menos de 39	4	7	15	14	250
39 a 54	3	4	6	8	167
55 a 69	3	3	3	4	33
Mais de 69	3	3	5	8	167

Fonte: ACBRM (2007).

QUADRO 6

Modalidades de Escoamento dos Produtos de Carne Mirandesa (%)

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Talhantes	10	10	15	15	20	20	15	7	6
Restauração	20	20	15	10	13	15	13	16	13
Grandes superfícies	35	55	51	40	14	19	15	22	32
Consumo directo	6	-	-	-	-	5	4	6	7
Grossistas	20	-	-	-	-	40	49	48	41
Outros (feiras/eventos)	9	15	19	35	53	1	9	1	1

Fonte: DGDR (2001 a 2003) e IDRHa (2003 a 2007).

A carne Mirandesa é comercializada, na totalidade, pelo Agrupamento Gestor, a AGROPEMA, sediado em Miranda do Douro. Este agrupamento integra todos os produtores na Cooperativa Agro-Pecuária e distribui os produtos pelos canais apresentados no quadro 6. Os produtos resultam das carcaças de animais abatidos entre os cinco e os nove meses de idade (vitela) ou entre os dez e os dezoito meses (novilho). O produto é comercializado em carcaças ou à peça, devidamente embalada e identificada.

De acordo com a DGDR (2001 a 2003) e o IDRHa (2003 a 2007), mais de 70% da carne bovina Mirandesa destina-se ao mercado local, sendo a restante comercializada no mercado regional, isto é, fora dos concelhos de produção ou vizinhança. No que diz respeito à primeira transacção os intermediários, nomeadamente, os hipermercados e os grossistas

são os agentes privilegiados de distribuição da carne Mirandesa. Para Barroso e Madureira (2005), os criadores de produtos com designações DOP e IGP não possuem uma estratégia selectiva, rendendo-se maioritariamente às grandes superfícies. Estes canais assentam em estratégias de distribuição de grande escala, exercendo uma enorme pressão sobre os produtores ao nível dos preços, em prejuízo da orientação para produtos mais especializados. Na opinião destes autores existe, não raras vezes, uma exagerada dependência relativamente à grande distribuição. Contudo, os produtores exploram outras oportunidades através de formas de distribuição alternativas, designadamente, lojas de especialidade, lojas de conveniência, lojas *gourmet*, entre outras. Formas estas que permitem escoar os produtos com facilidade e que pagam e reconhecem a sua qualidade.

Uma forma de escoamento da produção utilizada pela AGROPEMA é a venda em feiras e eventos. Este canal de distribuição foi aumentando de importância até 2002. Neste mesmo ano, mais de 50% da carne foi comercializada através deste canal. Desde então, a sua importância reduziu-se de forma substancial. Tal ficou a dever-se ao facto da AGROPEMA retomar o canal da venda directa aos grossistas e ao consumidor final.

Os resultados de um inquérito realizado por Alves (2006) a consumidores do distrito de Bragança, levaram o autor a concluir que a maioria dos respondentes, conhece e já adquiriu produtos com a designação DOP. Os dois produtos mais procurados foram a carne bovina e o fumeiro. Curiosamente, os locais de eleição para a compra destes produtos foram os supermercados e/ou hipermercados. As principais razões apontadas para a compra dos produtos DOP foram a “qualidade” e o “paladar”. Relativamente à disposição a pagar mais pela carne bovina DOP, face à carne bovina sem DOP, a maioria, estaria disposta a pagar até um acréscimo de 1€/kg. De acordo com o mesmo estudo, a carne Mirandesa é consumida pela

superior qualidade, por ser mais saborosa e por ter um aspecto mais agradável à vista, relativamente à carne bovina convencional. Para os inquiridos que não têm o hábito de consumir esta carne ou que o fazem ocasionalmente, o preço foi o principal fundamento apontado para a exclusão do consumo ou o consumo menos frequente. Na globalidade, os respondentes reconhecem que a carne bovina DOP possui superior qualidade, é mais saborosa e mais saudável do que a maioria das carnes convencionais, o que vai ao encontro da opinião de Rodrigues *et al.* (1998). Para estes autores, a carne bovina DOP é proveniente de raças autóctones e produzida em sistemas extensivos, o que lhe confere características únicas, como o sabor e a textura. Existe igualmente alguma aceitação por produtos diferenciados de carne DOP de origem nacional, resultado das expectativas de consumo associadas à maior qualidade e segurança alimentar, que permitem uma maior predisposição para pagar mais.

O quadro 7 revela que os preços praticados nos produtos de carne Mirandesa se têm mantido mais ou menos estáveis ao longo do período considerado.

QUADRO 7
Preço da Carne Mirandesa (€)

Preço	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Varição (%)
Vitelos	5,5	5,5	5,75	6	6	6	6	9
Média	6,08	6,09	6,11	6,09	6	6	6,27	19
Novilhos	4	4	-	3,25	3,25	3,25	3,25	-19
Média	4,43	4,54	4,54	4,23	3,81	3,75	3,6	-19
Novilhas	4	3,5	-	3,25	3,25	-	3,25	-19
Média	3,71	3,72	3,72	3,64	3,63	-	3,25	-13

Fonte: DGDR (2001 a 2003) e IDRHa (2003 a 2007).

Por exemplo, a carne de vitelo, o produto mais valorizado, nos quatro primeiros anos registou aumentos pouco significativos de 0%, 5% e 4%, respectivamente, não se verificando qualquer alteração do preço desde 2002. Contrariamente ao que acontece nos restantes produtos alimentares em que a variação do preço orienta a produção, no caso da carne Mirandesa DOP, a manutenção do preço é uma das principais condicionantes da produção. De salientar que os preços praticados ao produtor da carne Mirandesa são os mais baixos ficando, geralmente, aquém do preço médio da carne bovina DOP. Ainda assim, tal como já foi referido, ocupa uma posição de destaque em termos de quantidades produzidas e comercializadas. Também é válido destacar que, segundo o GPP (2007), os preços do novilho da carne bovina sem DOP, também se têm mantido regulares desde 1997, rondando o peso da carcaça, em 2005, os 3 €/kg, embora exista uma depreciação do produto, em parte, fruto das reformas que o sector tem vindo a suportar no âmbito da Política Agrícola Comum (PAC).

De acordo com os dados do IDRHa (2003 a 2007), as deficiências nos circuitos de comercialização e a cotação mais baixa das carnes correntes de bovino, continuam a ser os factores mais frequentemente apontados como os principais obstáculos à produção das carnes de bovino com nomes protegidos. O desconhecimento por parte dos consumidores/compradores sobre o significado da designação DOP e a falta de segmentação do mercado contribuem, igualmente, para dificultar o escoamento destes produtos. Cristóvão *et al.* (2001) argumentam que a falta de informação sobre os benefícios associados ao conceito DOP é a principal razão para que o selo DOP não seja, ainda, correctamente percebido pelo consumidor português. Do mesmo modo, Giraud e Lebecque (2000) alegam que os produtos DOP agradam ao consumidor europeu, mas que este não possui informação suficiente sobre a designação. De harmonia com o exposto, a designação DOP

só constituirá uma vantagem competitiva quando se souber explorar a apetência que determinados segmentos de mercado nutrem pelas questões da origem dos produtos que consomem, exigindo, por parte de quem promove e comercializa, uma gestão cada vez mais virada para o exterior, apoiada em competências de *marketing*. Para tal, é necessário um maior esforço por parte das entidades responsáveis, para aumentar a quota dos consumidores que percebem a diferença e que por isso estão dispostos a pagar um pouco mais pelo produto que valorizam.

A informação do IDRHa (2003 a 2007) permite concluir que o agrupamento gestor da carne Mirandesa emprega técnicas de divulgação e promoção diversificadas, sendo as mais utilizadas a presença em feiras, a imprensa escrita, a rádio e os concursos nacionais e concelhios, onde são exibidos e premiados os melhores exemplares da raça Mirandesa. Sousa (1998) ressalta que estes eventos são importantes pois contribuem para o melhoramento e conservação dos bovinos de raça Mirandesa. Assim, a dinâmica de mudança de atitude dos consumidores pode ser aproveitada para desenvolver um conjunto de políticas comerciais e de *marketing* que permita a valorização dos produtos DOP, segundo uma lógica de diferenciação e posicionamento de mercado assente na qualidade. Todavia, as acções comerciais e de *marketing*, por parte dos produtores, continuam a ser esporádicas e quase inexistentes.

É de ressaltar que, segundo Mello (2004), apesar da fraca adesão do sector agrícola às novas tecnologias, foi recentemente criado o sítio da *Internet* denominado "Mirandesa: a raça e a carne" presumivelmente, porque a presença nas feiras e a posse do dístico deixaram de ser suficientes. Este *site* tem como objectivo informar e disponibilizar informação sobre a raça Mirandesa e os produtos comercializados. Actualmente, a *Internet* é considerada uma ferramenta fundamental em qualquer plano de *marketing*, sobretudo para os produtos de qualidade tradicional.

3. LINHAS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA PARA A FILEIRA DA CARNE MIRANDESA DOP

Na análise SWOT apresentada no quadro 8, a análise interna e a análise externa são combinadas para que os pontos fortes e as oportunidades se identifiquem com as potencialidades que a fileira deverá saber aproveitar, fortalecer e desenvolver. De igual modo, a conjugação da análise interna com a análise externa permite agregar os pontos fracos e as ameaças que se traduzem em estrangulamentos ao funcionamento da fileira. Deste modo, as situações de vulnerabilidade no sector poderão ser mitigadas e, eventualmente, eliminadas.

Nesta análise, identificam-se as estratégias actuais e sugere-se um conjunto de acções estratégicas futuras. Para a identificação das estratégias futuras recorre-se ao uso de cenários, donde emergem estratégias passíveis de serem implementadas pelos actores que intervêm directa ou indirectamente na fileira. O conjunto de linhas de acção a apontar deverá ter em conta os principais objectivos da fileira da carne Mirandesa DOP, designadamente, a garantia da qualidade, a promoção dos produtos e a sustentabilidade da própria fileira. Dito de outro modo, as acções estratégicas a propor deverão permitir a prática de melhores preços ao produtor, a fixação de mais-valias aos produtos segundo os seus atributos, a comercialização em mercados mais amplos e diversificados e a melhoria da qualidade de vida das populações locais.

Alguns pontos fracos e ameaças poderão ser ultrapassados por mudanças estratégicas governamentais. Por exemplo, o problema da fragmentação das explorações agrícolas pode ser resolvido com o recurso a legislação que promova o emparcelamento na região. Mas, para que os pontos fortes e as oportunidades sejam maximizados, as

instituições de suporte e as infra-estruturas físicas e sociais tornam-se peças essenciais. Por isso, o enquadramento planeado das instituições é de extrema importância, uma vez que tem grande influência na geração e fixação de valor aos produtos e às empresas do sector, alargando a atractividade dos produtos a novas categorias de clientes. Uma das mais influentes instituições é o IDRHa. Esta instituição, segundo a CCDRA (2003), desempenha um papel estratégico relevante pois, para além de proteger o sector (legitima a protecção geográfica dos produtos a pedido dos agrupamentos gestores, reconhece as OPC, fiscaliza, negocia com Bruxelas o registo de novos produtos com nome protegido), promove os produtos e assume uma atitude pedagógica junto daqueles que os produzem.

3.1 COMO APROVEITAR AS POTENCIALIDADES?

Tendo em conta as oportunidades e os pontos fortes identificados no quadro 8, não é de estranhar que as linhas de acção estratégica, actualmente adoptadas pela fileira da carne Mirandesa DOP, assentem no **crescimento concentrado**, na **diferenciação** e na **qualidade**. A estratégia de **crescimento concentrado** que tem vindo a ser seguida pela ACRBM surgiu de forma natural, face à conjugação dos pontos fortes e oportunidades enunciadas anteriormente, pelo que, a comercialização e valorização da carne fresca de bovino de raça Mirandesa é o pilar lucrativo da organização.

A estratégia de **diferenciação** envolve a procura de uma vantagem competitiva baseada no desenvolvimento de produtos ou serviços que sejam percebidos pelos clientes como únicos, razão pela qual estão dispostos a pagar mais. Ora, o produto “carne Mirandesa DOP” combina as características distintivas da raça Mirandesa (rusticidade, força, temperamento, resistência, boa capacidade reprodutiva, facilidade de parto, excelente índice

QUADRO 8

Síntese dos Estrangulamentos e Potencialidades (SWOT)

		Oportunidades – O	Ameaças – T
ANÁLISE EXTERNA		<p>O1- Crescimento do segmento de mercado de produtos são, naturais e tradicionais.</p> <p>O2- Procura interna em expansão.</p> <p>O3- Segmento de mercado com bom poder de compra e nível académico elevado.</p> <p>O4- Enquadramento legislativo favorável à produção e comercialização de produtos de qualidade.</p> <p>O5- Baixo teor em gordura da carne de vitela e de novilho.</p>	<p>T1- Perda de competitividade: concorrência de produtos similares (bovinos sem DOP) a mais baixo preço.</p> <p>T2- Acentuado abandono da produção pecuária por parte dos produtores.</p> <p>T3- Risco de não reprodução da actividade.</p> <p>T4- Manutenção da actividade através de incentivos, prémios e apoios à comercialização.</p> <p>T5- Estrutura fundiária de reduzida dimensão.</p> <p>T6- Ausência de um controlo efectivo em todas as fases da cadeia de valor.</p>
	ANÁLISE INTERNA		
Pontos Fortes – S		ESTRATÉGIA – SO	ESTRATÉGIA – ST
<p>S1- Sistema de produção tradicional: regime extensivo.</p> <p>S2- Tradição e “saber-fazer” no domínio da produção.</p> <p>S3- Raça autóctone perfeitamente adaptada às condições edafoclimáticas dos vales sub-montanos.</p> <p>S4- Produto diferenciado pelas suas características organolépticas.</p> <p>S5- Reconhecimento do prestígio a nível Nacional da carne Mirandesa com a marca de certificação DOP.</p> <p>S6- Segurança sanitária e genuinidade.</p> <p>S7- Comercialização da carne transformada em porções adaptadas a diversos tipos de consumidores.</p> <p>S8- Facilidade de escoamento.</p> <p>S9- Inclusão do produto em feiras temáticas.</p> <p>S10- Aumento da capacidade de inovação de quem promove e se dedica a esta actividade.</p> <p>S11- Boa qualificação profissional do Agrupamento de Produtores.</p> <p>S12- As grandes superfícies vendem a maior parte da produção.</p> <p>S13- Turismo em Espaço Rural.</p>		<p>SO1- Diferenciação do produto.</p> <p>SO2- Qualidade.</p> <p>SO3- Crescimento concentrado.</p>	<p>ST1- Penetração de mercados.</p> <p>ST2- Desenvolvimento do mercado.</p>
Pontos fracos – W		ESTRATÉGIA – WO	ESTRATÉGIA – WT
<p>W1- Baixa densidade populacional na região de produção.</p> <p>W2- Baixo nível educacional e ancianidade dos criadores.</p> <p>W3- Custos de produção mais elevados que os concorrentes de bovinos sem DOP.</p> <p>W4- Escassez da oferta.</p> <p>W5- Fraco rendimento ao produtor (manutenção / rigidez do preço da carne ao longo dos anos).</p> <p>W6- Fraca adesão do sector agrário às novas tecnologias e fraca capacidade do produtor para aproveitar oportunidades.</p> <p>W7- Estratégias de <i>marketing</i> deficientes.</p> <p>W8- Alguma confusão por parte dos consumidores sobre o que é um produto DOP.</p> <p>W9- Fraco poder negocial do Agrupamento, na venda do produto às grandes superfícies.</p> <p>W10- Fraca capacidade económica das estruturas agrárias.</p> <p>W11- Deficiências nos circuitos de comercialização.</p> <p>W12- Dificuldade em valorizar a carcaça.</p> <p>W13- Raça de crescimento lento: menor produtividade.</p> <p>W14- Ineficácia na implementação de acções de melhoramento animal.</p> <p>W15- Fraca aderência dos produtores para a venda de produtos com o signo DOP.</p> <p>W16- Debilidade no cumprimento de prazos na venda ao exterior.</p>		<p>WO1- Desenvolvimento do produto.</p> <p>WO2- Diversificação concêntrica.</p>	<p>WT1- Redução de custos.</p> <p>WT2- Liquidação.</p>

de fecundidade e longevidade produtiva) com uma alimentação à base de produtos naturais e com o sistema de produção extensivo (ACBRM, 2007). De tal combinação resulta um produto, facilmente, diferenciável ao qual os consumidores reconhecem especificidade, qualidade e autenticidade (Dias *et al.*, 2008). Assim, a qualidade organoléptica notável (textura muito macia, tenrura, suculência, aroma e sabor) da carne Mirandesa é distinta das outras carnes de bovino devido, segundo Canon *et al.* (2003) e Sanchez *et al.* (2003), às suas características genéticas. Para além destas, contribui também o sistema de alimentação tradicional praticado no nordeste transmontano, cuja base são as pastagens naturais (lameiros) e, como suplemento, as forragens diversas (fenos de aveia e lameiro, milharadas, ferrãs e nabal)³. Os animais são como que uma extensão das famílias, preocupando-se estas com a sua saúde, alimentação, robustez e conforto. É nesta atitude afectiva para com os animais que o criador da raça bovina Mirandesa encontra o seu maior alicerce para prosseguir a actividade herdada e acarinhada pelos antepassados.

As características únicas deste produto conferiram-lhe uma marca de certificação “DOP Carne Mirandesa”, tutelada juridicamente pela Comissão da União Europeia. Desta forma, os consumidores têm a garantia de que o produto tem uma qualidade elevada uma vez que é produzido de acordo com especificações técnicas rigorosas. A estratégia da **qualidade** assenta numa imagem do produto à qual está associada a região de produção, Miranda do Douro, o modo extensivo de produção, a alimentação ministrada aos animais, com normas rigorosas impostas pelo Agrupamento, e o maneio tradicional. O serviço de rastreabilidade dos animais, cujo controlo e certificação da carne Mirandesa são efectuados pela ACBRM, é executado desde os 21

dias de vida dos animais até aos postos de venda recomendados (ACBRM, 2007). Através do número de certificação que acompanha o dístico da cuvete da carne Mirandesa, qualquer consumidor pode obter informações sobre o produto que consome, designadamente, a identificação dos progenitores do animal, a identificação do criador, o local de produção, a data de nascimento do animal, o sexo e o peso da carcaça (ACBRM, 2007). A identificação dos progenitores é efectuada através de marcadores genéticos (micro-satélites) para evitar falsificações. É também monitorizado o transporte dos animais desde a exploração agrícola ao matadouro e, posteriormente, a distribuição da carne e das carcaças pelos clientes.

As análises efectuadas no Laboratório de Bromatologia da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra, a 10% das carcaças de carne Mirandesa, comprovam a segurança e genuinidade da carne, pela inexistência de resíduos antibióticos, corticóides, b-agonistas e hormonas. Os estudos realizados pela Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viana do Castelo confirmam que a carne de vitela e novilho de raça Mirandesa possuem baixo teor em gordura (ACBRM, 2007). Tendo em conta estes resultados como uma oportunidade para o sector, a ACBRM considerou que o vector de crescimento da organização poderia assentar numa estratégia de **desenvolvimento do produto**, ou seja, para além da carne fresca, poderia conceber novos produtos relacionados, para expedir nos mercados actuais. Daqui resultou o Chouriço Mirandês, que é um produto único no mundo por derivar da combinação da carne da matança tradicional do porco bísaro com a carne da vaca Mirandesa. A diversificação da oferta, pela capacidade de inovação demonstrada no fabrico deste novo produto com valor acrescentado, vem responder aos desejos de um segmento de consumidores que

³ Normativas vigentes do Caderno de Especificações da Carne Mirandesa.

prefere um fumeiro mais saudável, por conter menos gordura e temperos, que os tradicionais fumeiros da região.

A estratégia de **diversificação concêntrica** poderá surgir posteriormente. A organização poderá adquirir ou fundir-se com outras organizações compatíveis com a tecnologia, com os mercados ou com os produtos da organização. Esta estratégia permitirá mitigar o ponto fraco associado à dificuldade em valorizar a carcaça.

3.2 COMO ULTRAPASSAR OS ESTRANGULAMENTOS?

Estratégias como o **desenvolvimento do mercado** e a **penetração de mercado** poderão vir a ser implementadas se a oferta de carne Mirandesa DOP for suficiente para suprir a procura existente no momento presente. Efectivamente, ambas as estratégias sustentam o crescimento da actividade baseado nos produtos actuais, ambas acrescentam clientes embora, na primeira, isso aconteça em novos mercados e, na segunda, nos mercados actuais.

Como foi referido, a perda de competitividade dos cereais na região de produção da raça Mirandesa acabou por se revelar uma oportunidade para o sector da carne Mirandesa DOP. De facto, segundo Vieira *et al.* (2004), o abandono da actividade cerealífera veio libertar terras que alguns agricultores aproveitaram para a produção das forragens que estão na base da alimentação do gado autóctone. Por sua vez, o acréscimo da produção de forragens permitiu aumentar o número de cabeças por exploração, que implicou uma maior especialização do sistema de produção de algumas explorações de carne Mirandesa. Desafortunadamente, esta oportunidade tem vindo a ser aproveitada por poucos criadores, devido ao elevado preço da terra e à enorme pulverização das explorações. Para que o aumento

da dimensão das explorações seja uma realidade, torna-se necessária a intervenção governamental através da produção de legislação que promova o emparcelamento e a entrada no mercado de inúmeras parcelas agrícolas que, por razões anteriormente invocadas, se encontram abandonadas. O aumento da dimensão das explorações permitiria maiores encabeçamentos (40 a 50 cabeças por exploração) e, conseqüentemente, maior rentabilidade da exploração.

A fragmentação e dispersão que, segundo Portela *et al.* (1992), caracterizam as explorações transmontanas constituem um entrave à mecanização. Apesar disso, segundo Simões *et al.* (1996), o grau de mecanização tem sofrido uma evolução notável. Nos últimos anos, a região tem vindo a assistir a algum emparcelamento de forma natural. Efectivamente, os agricultores têm vindo a promover a permuta de terras que, apesar de não permitir o aumento da área das explorações, possibilita a diminuição da sua fragmentação e dispersão. Deste modo, a diminuição da fragmentação das explorações permite implementar uma estratégia de **redução de custos** que envolve a inversão da tendência negativa nos lucros através de diversos métodos de redução de despesas, designadamente, a redução de despesas com a operação de máquinas (combustíveis, manutenção, entre outras).

A carne Mirandesa é um produto ímpar de difícil imitação. De acordo com a ACRBM (2007), o sistema de controlo e certificação é totalmente seguro nas explorações, matadouros e salas de desmancha. No entanto, a carne Mirandesa DOP não está livre de adulteração e publicidade fraudulenta, o que colocaria em causa toda a estratégia de **diferenciação**. Para eliminar esta ameaça, as denominações “Posta Mirandesa”, “Posta à Mirandesa” e “Posta de Mirandesa” estão, exclusivamente, reservadas à confecção da carne Mirandesa.

Qualquer agricultor individual, agrupamento, unidade de transformação que se estabeleça no ramo agro-alimentar, tem como primeira preocupação a segurança alimentar dos consumidores. Não existe maior flagelo para os agentes integrantes na fileira, tanto ao nível da imagem da Organização como dos produtos. Mas, o fracasso de uns pode representar oportunidades para outros. Por exemplo, a BSE ou o vírus H5N1 abriram as portas a outros concorrentes do ramo das carnes frescas. Um eventual problema com a carne DOP poderia abalar toda a cadeia de valor e a sua imagem junto dos consumidores. Por esta razão, o Agrupamento de Produtores exerce grande controlo sobre a alimentação animal e os fármacos. Os criadores são obrigados a fazer prova de que a alimentação ministrada aos animais é certificada, comprada na fábrica de alimentos compostos para animais constituída pelo Agrupamento ou que pertence à lista de produtos permitidos para alimentação dos bovinos (ACBRM, 2007). Porém, o risco pode surgir em qualquer elo da cadeia de valor, pelo que é necessário um controlo muito apertado junto de todos os actores intervenientes na fileira que permita sustentar as estratégias de **crecimento concentrado e qualidade**.

No cenário mais pessimista, ou seja, num cenário no qual persistam alguns dos estrangulamentos a seguir listados, a estratégia de **liquidação** da fileira da carne Mirandesa DOP poderá ser a única solução. Nesta situação, nada mais restará à Organização do que vender o imobilizado e encerrar as portas.

- Existe um acentuado abandono da produção pecuária que sustenta os produtos DOP e IGP. A falta de adesão à produção da raça bovina Mirandesa por parte dos agricultores vem diminuindo devido ao padrão da estrutura fundiária na região, bem como ao elevado preço das terras. Estes factores condicionam fortemente o desenvolvimento da actividade, não estando assegurada a reprodução dos sistemas agrários tradicionais, o que debilitará ainda mais

a promoção das zonas desfavorecidas no Interior Norte de Portugal. O futuro poderá passar pela deslocalização da produção para o Alentejo e Algarve, onde a estrutura fundiária de maior dimensão das explorações é, como foi referido, uma condição fundamental para a rentabilidade das estruturas familiares deste sector. Brígido *et al.* (2004) já constatou a presença e disseminação da raça Mirandesa por vários distritos do país, entre os quais, Guarda, Viseu, Coimbra, Castelo Branco, Portalegre e Beja.

- Os custos de produção dos produtos com nome protegido são mais elevados. Para além das matérias-primas, mão-de-obra, entre outros custos de produção, todo o processo burocrático de controlo da qualidade para a obtenção do signo DOP implica custos acrescidos, pelo que, nestas condições, os produtores reformados, os idosos com pensões reduzidas e os que possuem explorações de pequena dimensão, não estão dispostos a aderir à venda da carne com a menção DOP. Neste quadro, os produtores não encontram incentivos para investir e inovar na sua exploração.
- As raças autóctones com nome protegido possuem ritmos de crescimento menos acelerados que as raças concorrentes, o que implica uma menor produtividade e retornos monetários mais tardios e espaçados.
- As grandes superfícies asseguram a venda da maior parte da produção com representação do produto em vários pontos do país, todavia, existe alguma confusão por parte dos consumidores sobre o que é um produto DOP, devido a alguma falta de eficiência dos órgãos promotores na divulgação do efectivo significado dos produtos que gozam desta denominação. Existe, igualmente, alguma carência de informação sobre os produtos protegidos por parte dos vendedores nos diferentes postos de transacção.

- Alguma fraude deriva da ausência de um controlo efectivo entre a produção e a restauração. Urge uma maior fiscalização das unidades de transformação de carnes sem estatuto de protecção, pois concorrem directamente com as carnes DOP.

Em consonância com o exposto, previamente às deliberações tomadas para o sector primário, os centros de decisão deveriam dedicar algum tempo à observação do agricultor individual. Não se podem avaliar os projectos dos agricultores individuais fora do contexto local e sem enquadrar o impacto que os produtos com menções de qualidade oferecem ao enquadramento regional. Já na década de 90, Barros e Fragata (1992) entendiam que a política agrícola devia deslocar a sua análise do empresário agrícola ideal para os agricultores concretos, do desejo único de uma agricultura especializada para a potenciação da diversidade dos sistemas de produção agrícola, do campo estritamente agrícola para o campo rural e das tecnologias produtivistas para as ecologicamente adaptadas e que tivessem em atenção o condicionalismo social e a lógica da exploração familiar. A competitividade da produção primária, para além de depender das decisões dos organismos estatais, depende também das estruturas de transformação que, por sua vez, gerarão a criação de emprego sustentado na região. Sem o encadeamento dos vários actores da cadeia de valor com a região envolvente a actividade poderá vir a estar ameaçada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento da fileira da carne Mirandesa DOP tem vindo a assentar numa estratégia de crescimento concentrado, na qual, a carne em fresco é o pilar lucrativo. A sinergia que resulta da aplicação combinada da estratégia da diferenciação com a estratégia da qualidade tem permitido valorizar uma

produção que, tradicionalmente, era pouco rentável. Mas, para que o rendimento do produtor da carne Mirandesa DOP possa vir acrescido, outras estratégias se impõem. Actualmente, está em implementação uma estratégia que assenta no desenvolvimento do produto “chouriço mirandês”. Num futuro próximo, a diversificação concêntrica poderá revelar-se uma estratégia atractiva pois permite reduzir o risco de exploração através da participação em actividades, nas quais, as tecnologias, os mercados ou os produtos são similares. Esta estratégia é especialmente interessante por permitir valorizar partes da carcaça que até agora eram desprezadas. Por esta via, consegue-se atingir um dos objectivos estratégicos propostos, ou seja, aumentar o rendimento dos criadores da raça Mirandesa.

Devido a alguns problemas estruturais, designadamente, a estrutura fundiária, na qual predominam explorações muito fragmentadas e de pequena dimensão, não é possível, para já, pensar no aumento da oferta que permita prosseguir estratégias de penetração de mercado ou desenvolvimento do mercado, consoante se esteja a pensar na entrada em mercados actuais ou em mercados novos, respectivamente. Num cenário optimista, onde tais problemas possam ser ultrapassados por políticas governamentais promotoras do emparcelamento, a dimensão das explorações poderá aumentar, de modo a permitir encabeçamentos que tornem as explorações mais rentáveis. Esta actividade tornar-se-ia mais atractiva, captando jovens agricultores que contribuiriam para fazer face a uma crescente procura de produtos sãos, naturais e tradicionais. Num cenário pessimista, no qual os problemas referidos persistam, restam duas estratégias, a estratégia de redução de custos, que apenas conseguirá adiar o inevitável, ou seja, a implementação de uma estratégia de liquidação.

BIBLIOGRAFIA

- ACBRM, (2007), <http://www.mirandesa.pt>, Associação de Criadores de Bovinos de Raça Mirandesa, Julho.
- Alves, R., (2006), "Atitudes do Consumidor face a alimentos DOP: o caso da carne de bovino em Bragança", Relatório de estágio, Escola Superior Agrária de Bragança, Bragança.
- Andrade, L., Alberto, D., Rodrigues, J. e Chabert, J., (1997), "Typical Livestock Products and Rural Development – The Study Case of Fine Wool", 2th European Workshop of the LSIRD Network – "Improving Market Integration and Value-adding in Domestic Livestock Enterprises in Disadvantaged Regions – The Implications for Future Research", University of Kassel, Witzenhausen, Alemanha, 27–29th September.
- Baptista, A., Gusmão, F., Rebelo, V. e Caseiro, F., (2000), *Agricultura e Desenvolvimento Rural: Diagnóstico, Linhas de Estratégias e Propostas de Acção*, Fórum de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.
- Barros, V. e Fragata, A., (1992), *A Agricultura Familiar e os Desafios da Integração no Mercado Comum*, Instituto Nacional de Investigação Agrícola, Lisboa.
- Barroso, M. e Madureira, T., (2005), *Marketing Pequenas e Médias Explorações Agrícolas*, Sociedade Portuguesa de Inovação, Porto.
- Brígido, C., Fonseca, I., Parreira, R., Fazendeiro, I., Rosário, V. e Centeno-Lima, S. (2004), Molecular and Phylogenetic Characterization of *Theileria* spp. Parasites in Autochthonous Bovines (Mirandesa Breed) in Portugal, *Veterinary Parasitology*, Vol. 123, pp. 17–23.
- Cadavez, V., Rodrigues, S., Pereira, E., Delfa, R. e Teixeira, A., (2002), Predicción de la Composición de la Canal de Cabritos por Ultrasonografía in Vivo, *Información Técnica Económica Agraria, Revista de la Asociación Interprofesional para el Desarrollo Agrario*, Vol. 98 A, nº.1, pp. 39–50.
- Cânon, J., Alexandrino, P., Bessa, I., Carleos, C., Carretero, Y. e Dunner, S., (2003). Genetic Diversity Measures of Local European Beef Cattle Breeds for Conservation Purposes, *Genetics Selection Evolution*, Vol.33, pp. 311–332.
- CCDRA, (2003), "Estudo para a Valorização dos Produtos Regionais", Relatório Final, Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Alentejo, Évora.
- Cristóvão, A., Tibério, M. e Teixeira, M., (2001), "Produtos DOP/IGP da região de Trás-os-Montes em Análise", II Seminário de Investigação e Desenvolvimento Local, Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), 12 de Abril.
- Dias, L., Correia, D., Sá-Morais, J., Sousa, F., Pires, J. e Peres, A. (2008), Raw Bovine Meat Fatty Acids Profile as an Origin Discriminator, *Food Chemistry*, Vol. 109, pp. 840–847.
- Direcção Geral Desenvolvimento Rural (DGDR), (2000 a 2003), "Produtos Tradicionais: Apresentação e Análise de Dados sobre Produção, Preços e Comercialização", Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP), Lisboa.
- Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP), (2007), "Carne: Diagnóstico Sectorial", MADRP, Lisboa.
- Giraud G. e Lebecque, A., (2000), "Comportements d'Achat des Consommateurs Envers le Camembert AOC de Normandie", *Économie Rurale*, nº258, pp. 19–29.
- Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica (IDRHa), (2003 a 2007), *Produtos Tradicionais com Nomes Protegidos: Apresentação e Análise de Dados sobre Produção, Preços e Comercialização*, MADRP, Lisboa.
- Mello, L. (2004), "E-Marketing: Análise SWOT de Web Sites de Produtos Tradicionais de Qualidade e Recomendações para a sua Construção", I Congresso Luso-Brasileiro de Tecnologias de Informação na Agro-Pecuária, Lisboa.
- Portela, J., Baptista, A., Rebelo, V., Pires, A. e Diniz, F., (1992), *Situação Actual e Evolução Recente do Sector Agrário do Alto Trás-os-Montes e Douro*, UTAD, Vila Real.
- Rodrigues, A., Andrade, L. e Rodrigues, J., (1998), "Extensive Beet Cattle Production in Portugal: the Added Value of Indigenous Breeds in the Beet Market", 2nd LSIRD Conference on Livestock Production in the European LFAs, Bray, Ireland, December.
- Sanchez, A., Beja-Pereira, A., Cânon, J., Alexandrino, P., Bessa, I. e Carretero, Y., (2003). Genetic Characterization of Southwestern European Bovine Breeds: A Historical and Biogeographical Reassessment with a Set of 16 Microsatellites, *Journal of Heredity*, Vol. 94, pp. 243–250.
- Santos, C., (2000), *A Procura da Carne em Portugal*, Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar, Lisboa.
- Simões, J., Portela, J. e Cepeda, F., (1996), *A região Fronteira de Trás-os-Montes – Diagnóstico e Estratégia de Desenvolvimento*, Série Monografias y Estudios, Fundación Rei Afonso Henriques, Zamora.
- Sousa, F. (1998), *Sistemas Agrários e Melhoramento dos Bovinos de Raça Mirandesa: O Caso da Freguesia de Paçó*, Série de Estudos, Instituto Politécnico de Bragança, Bragança.
- Sousa, F. e Almeida, J., (2004), "Raça Bovina Mirandesa", II Jornadas Técnicas de raças Bovinas Autóctones, Escola Superior Agrária de Castelo Branco, Castelo Branco, 5 e 6 de Maio.
- Vieira, J., Fernandes, A., Bernardo, A., Martins, V. e Moreira, N. (2004). Os Lameiros e a Sustentabilidade dos Sistemas de Produção Agro-pecuários de Montanha em Trás-os-Montes, II Congresso de Estudos Rurais: Periferias e Espaços Rurais, Universidade dos Açores, Angra do Heroísmo, 29 de Setembro a 3 de Outubro.

A SPATIAL VIEWPOINT ON FERTILITY BY REGIONS IN PORTUGAL*

António Caleiro - Departamento de Economia - E-mail: caleiro@uevora.pt

RESUMO:

Em termos gerais, Portugal caracteriza-se por um forte declínio na natalidade, sendo este um fenómeno que requer uma análise que sirva de base a uma intervenção, certamente necessária, dados os custos associados àquele fenómeno. Não obstante aquela tendência a nível nacional, uma observação dos dados suficientemente desagregada do ponto de vista regional permite verificar que, em determinadas regiões, o problema da baixa natalidade parece ser (bem) menos grave do que noutras, onde a desertificação humana parece eminente. Tendo em conta este contexto, o objectivo deste trabalho consiste em determinar, através de técnicas de econometria espacial, as variáveis determinantes das taxas de fecundidade nas regiões (concelhos) de Portugal continental. Mostra-se que a própria estrutura demográfica, os factores relacionados com a saúde assim como as condições económicas são importantes na explicação das diferenças nas taxas de fecundidade que se podem observar ao longo do território de Portugal continental.

Palavras-chave: Demografia Regional; Econometria Espacial; Fecundidade; Portugal.

Códigos JEL: C50, J11, R11

ABSTRACT:

Portugal is characterised by a strong decline in fertility. The significant costs associated with this require an intervention by the public authorities. However, effective public policy requires recognition of the fact that fertility differs across regions. Sufficiently disaggregated data reveals that in some regions the decline in fertility is less problematic than in others, where extinction of human beings seems eminent. The objective of the paper is to shed light on the Portuguese fertility problem from a regional viewpoint. I employ a spatial econometrics model to analyse the determinants of the fertility rates of the municipalities of the Portugal mainland. I find that differences in demographic structure, health care factors (outcomes), as well as economic factors are important in explaining fertility.

Keywords: Regional Demography, Spatial Econometrics, Fertility, Portugal.

JEL Codes: C50, J11, R11.

* This is a substantially revised version of a paper given at the 13th Congress of the *Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional*. The helpful remarks and hints obtained there, which, indeed, induced this other paper, are thanked. I also would like to acknowledge the financial support from *Fundação da Ciência e Tecnologia* (Project POCTI/DEM/59445/2004 – ‘Fertility in Portugal: a macro/micro economic perspective’). The help of Paul Schure in the improvement of the English is also thanked. Last but not least I would like to gratefully thank the two anonymous referees for their incisive comments and suggestions. All the remaining errors and/or omissions are obviously my own.

1. INTRODUCTION

Portugal has witnessed an alarming decline in fertility. For instance, in the beginning of the 1970s about 500 babies were born per day in Portugal. Today about 300 babies are born every day. The average number of children per woman has decreased from 3.1 in 1960 to 1.4 in 2005. There are significant costs associated with the decline in fertility, notably the implied pressure on social security systems (in the long run).¹ However, the success of public policy measures to reverse the declining trend in fertility depends on an intimate understanding of the phenomenon.

This paper tries to understand the fertility problem from a regional perspective. Even a brief look at regional data reveals that public policy cannot ignore the geographic dimension of the problem because the fertility rates are and always were different across regions. Until the beginning of the 1980s, the Portuguese fertility rate was still above the point of replacement of generations (unlike that of other European countries). However, there was a clear difference in fertility across regions. By and large the north of the mainland and the islands had higher fertility rates than the south of the mainland, where the decline in fertility started a longer time ago (e.g. ; Mendes 1994; or Bandeira, 1996). From the 1980s onwards, the quick decline in overall fertility essentially happened because the higher-fertility regions registered higher decreases in fertility. Thus,

nowadays there are no obvious clusters of regions with distinct levels of fertility as in the 1980s (Mendes, 1994). Yet, sufficiently disaggregated data shows that there are still regions where the problem seems to be much smaller than in others, where a human extinction seems imminent.

Figure 1 represents the fertility rates – defined as the annual number of live-births per 1000 women between 15-49 years old – for the municipalities of the mainland of Portugal in 2005, the last year for which data is available.²

In order to complement Figure 1, the information on the deviations between the observed fertility rates in each municipality and the average of the fertility rates of the neighbouring municipalities is given in Table 1. A positive/negative deviation indicates that the municipality is better/worse positioned than its neighbours in terms of the fertility rates. To put it clearer, Table 1 shows the relative and absolute frequencies of those deviations, defined as:

$$D_i = FR_i - WFR_i,$$

where, for $i = 1, \dots, 278$ (municipalities), FR_i is the fertility rate of municipality i and WFR_i is the average of the fertility rates of the neighbouring municipalities of municipality i .

¹ Another consequence is an increase in the political power pensioners. Lesthaeghe and Neidert (2006), for example, show that the, so-called, “second demographic transition” an explanatory factor of (the spatial patterns in) the electoral results in the United States. See also Caleiro (2007a) for an analysis of the electoral consequences of the ageing of the population.

² All data used in this paper is taken from the *Instituto Nacional de Estatística*, particularly the Statistical Yearbooks of the NUTS II regions.

FIGURE 1
Fertility Rates by Municipalities in 2005

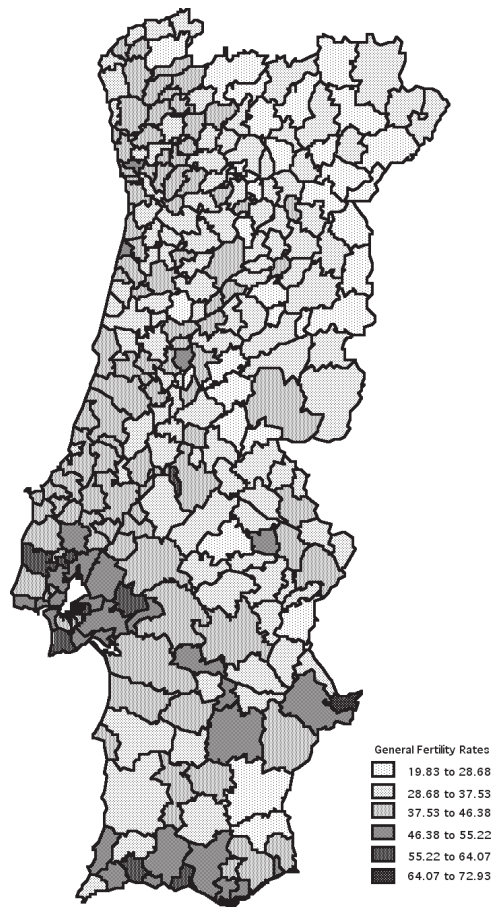


TABLE 1
The deviations on the fertility rates by municipalities (vis-à-vis the neighbours) in 2005

Deviations, D_i	Relative frequencies, %	Absolute frequencies, #
-17.431 – -11.621	3.61	10
-11.621 – -5.810	12.27	34
-5.810 – 0	35.38	98
0 – 10.238	43.68	121
10.238 – 20.476	4.69	13
20.476 – 30.714	0.36	1

If, as Table 1 indicates, there are municipalities where the fertility rate is clearly lower – for instance, around 16% of the municipalities possess a fertility rate smaller than their neighbours in, at least, 5.8 p.p. –, and others where the fertility rate is clearly higher than the average of their neighbouring municipalities – for instance, around 5% of the municipalities possess a fertility rate higher than their neighbours in, at least, 10.2 p.p. –, it is our view that there must be factors explaining these apparent differences.

The objective of the paper is thus to shed some light on the problem of low fertility in Portugal, for that assuming a regional viewpoint, taking space into account. This is done by the analysis of the determination of the explanatory factors of fertility rates in the municipalities of Portugal mainland by the use of a spatial econometrics model. It is shown that, in general, the demographic structure, the health system factors as well as the economic factors are important in explaining the differences that can be observed on the fertility rates throughout the Portuguese mainland territory.

The remainder of the paper is structured as follows. Section 2 presents the literature that stresses the importance of a regional viewpoint on fertility rates. Section 3 presents the spatial econometrics techniques that will be used to explain the fertility rates. Section 4 describes the data. Section 5 presents and discusses the results. Section 6 concludes and presents possible fertile avenues for further research.

2. LITERATURE

The literature on the topic is obviously vast. From it we would like to highlight a strand that considers economic factors as relevant in the explanation of fertility. Before doing so, it should be acknowledged that, obviously, there are other several factors that also

explain fertility such as: (a) the demographic structure of the population, namely the relative ageing, marriage aspects; (b) health-system conditions; and (c) legal aspects, namely laws resulting from demographic policies, *etc.*

In fact, the demographic structure of the population, which has been subject to a so-called second demographic transition, is certainly important to explain the evolution of fertility rates when physiological and cultural aspects are taken into account. For the obvious reasons, the relative ageing of populations is a physiological factor that is contrary to fertility. Furthermore, postponements of marriages, especially in case of catholic nature, as well as an increase in the rate of divorce, are cultural aspects that should be taken into account. This is especially true from a regional perspective given the cultural distinction that can be observed at the regional level as the result of rural/urban processes of regional development.

Regions are also, usually, characterised by distinct levels of health-system conditions, which may act as depressive factors of fertility, especially in the regions poorly served by facilities that couples consider to be relevant.

Demographic policies are usually taken at a national level but there are also particular measures taken by regional authorities, in order to stop the human desertification process, that make it indispensable to assume a regional perspective when determining the factors explaining fertility.

All those non-economic factors can be complemented by what Macunovich (2000) subsumes under the designation of “values”, namely the growth of individualism, the declining of religious values and of marriage rates, the increasing materialism

in a consumer society, improved contraceptives, environmental concerns, and the increasing desire for 'quality' over 'quantity' in children, are still related with economic aspects.³

As a matter of fact, the alleged inclination for having less, but 'better', children, i.e. a postponement of childbearing has been pointed out as a crucial factor explaining the decrease in fertility that characterises occidental countries (see Sobotka, 2004 for a discussion of this phenomenon in Europe).

In what concerns a unified economic theory of fertility, the seminal contributions of Gary Becker are to be mentioned (among many other contributions of this author see Becker, 1960).⁴ It was considered that, in what concerns the decisions of timing and number of children, microeconomic theory could be applied, as those decisions would be of rational kind.

Reflecting the importance of that approach, some authors have declared the predominance of economic aspects in the first theories of demographic transition given that was admitted that economic forces would be decisive in social changes in general and in changes of demographic behaviours in particular (see Cleland and Wilson, 1987 and Robinson, 1997).⁵

Consequently, in accordance with that approach, the existence of distinct economic conditions, throughout time but also throughout space, should lead to distinct fertility rates throughout time and also space. As above mentioned, there are certainly also other factors explaining fertility, where the regional perspective indeed gains importance, but the importance of

context, as it shows in the economic theory of fertility, is also evident in these other factors.⁶ From this point of view it seems a paradox to verify that fertility is generally studied at a national level, being frequent the comparison among different countries but not among regions of the same country, even in a country where, historically, regions have been behaving differently, such as it is the case of Portugal.

Hence, as Mendes *et al.* (2006), we also consider that a regional dimension should be included in the analysis of the explanatory factors of fertility in Portugal. In this sense, the spatial/geographical dimension may reveal to be decisive in fertility as well as can also be related with other factors whose geographical localisation is also decisive.

As a matter of fact, the importance of the explanatory factors of fertility may vary from region to region, not only because that influence may reflect distinct socio-economic regional contexts but also because the geographical proximity may imply imitation of behaviours. In fact, the individual behaviour may be influenced by the other people in the community (see Kravdal, 2003), this being a relevant factor in the explanation of fertility.

Besides that factor, there are also some models of family creation, in particular for the intensity and mean age of marriage that reflect some spatial features. The interaction between the individual and the socio-regional context has been receiving a higher attention from the demographics of the family (see Hank, 2002), where the differences in fertility are a function of distinct socio-economic factors.

³ For instance, Kaplan and Bock (2001), when discussing Caldwell's theory of intergenerational wealth flows, as an explanation of fertility, emphasise the structure of family as a mechanism allowing for transferences of wealth among generations within the family. In accordance with this theory, in 'primitive' or 'traditional' societies, net wealth would flow from younger to older generation whereas in 'developed' societies the flow would be in the opposite direction given that parents are expected to provide for children's economic well-being.

⁴ See Robinson (1997) for a detailed analysis of the evolution of the economic theory of fertility.

⁵ The prominence of the socio-economic explanations is still considered to be true nowadays (see Bollen *et al.* 2007).

⁶ For example, Sander (1992) considers the marginal effect of catholicism in the economic explanations of fertility.

3. THE SPATIAL ECONOMETRICS TECHNIQUES

Given the importance that spatial phenomena such as spillover effects, location and distance assume in regional science, it is clear that spatial dependence is a phenomenon that plays an important role in this science. Consequently, if the values observed by some variable do reflect some spatial dimension, as the result of some of those phenomena, which may be theoretically explained or simply data driven, the use of statistical techniques that take that dimension into consideration is obviously desirable (see Anselin (1988) as (one of) the first comprehensive textbook(s) on these matters and/or Arbia (2006) for a recent textbook contribution).

The application of spatial statistics techniques can thus be justifiable when it exists a theoretical model supporting the existence of spatial dependence, and/or the data shows evidence of spatial autocorrelation after being detected by suitable tests.

As such, the detection of spatial dependence is of obvious importance in these matters. The use of a neighbouring matrix makes it possible the computation of a statistic for the Moran's I test, which is, roughly speaking, the correlation coefficient between the values of the variables by each spatial unit and the mean values of that variable in neighbouring spatial units.

That computation, in turn, requires the determination a neighbouring matrix, which can be related with distance or just contiguity relationships. In this last case, two kinds of contiguity can be considered: (a) a 'rook' kind, which considers a spatial unit j to be a neighbour of spatial unit i when it shares a common border and (b) a 'queen' kind, which considers a spatial unit j to be a neighbour of spatial unit i when there is a, at least one, point that is common in the

borders of both spatial unit. In each of the two cases, one may construct a neighbourhood matrix $W = [w_{ij}]$, where $w_{ij} = 0$ if spatial unit j is not a neighbour of spatial unit i (and if $i = j$) and $w_{ij} = 1$ if spatial unit j is a neighbour of spatial unit i .

If so, an approximation of the Moran's I will be given by the correlation coefficient between the variable and its spatial lags as, for instance, the mean value of all its neighbours, *i.e.* for all $j \neq i$ where $w_{ij} = 1$. The Moran's I is then computed as:

$$I = \frac{n}{\sum_i \sum_j w_{ij}} \frac{\sum_i \sum_j w_{ij} z_i z_j}{\sum_i z_i^2}$$

where z_i represents the deviation in relation to the mean.

The two usual forms of spatial dependence occur when:

1. The value assumed by the variable of interest, y , depends upon the values assumed by some exogenous variables, X , as well by the values assumed by that variable in neighbouring locations as, for instance, a theoretical model of spatial contagion predicts. This spatial dependence may thus result from spatial diffusion of effects at the explanatory variables level or because of spillover effects leading to a systematic spatial dependence among neighbouring variables. In this case, a spatial autoregressive/lag model is usually considered as follows:

$$y = \rho W y + X \beta + \varepsilon, \tag{1}$$

where ρ is a spatial autoregressive coefficient and W is a neighbouring matrix. Given that the error terms, ε , are correlated with the spatial lag term $W y$, an *OLS* estimation of (1) leads to (simultaneity) biased and inefficient estimates of β . In fact,

given the endogeneity of the spatial lag term, the maximum likelihood method can be used in the estimation of (1), as it avoids those problems.

2. The error terms across spatial units are correlated leading to some sort of spatial error model. The spatial dependence on the errors leads to a model of the type:

$$y = X\beta + u, \quad (2)$$

where $u = \lambda Nu + \varepsilon$, where λ is a spatial autoregressive coefficient and N is a neighbouring matrix. Given that the error terms, u , are non-spherical, an *OLS* estimation of (2) leads to unbiased but inefficient estimates of β . The maximum likelihood method can be used in the estimation of (2), as it avoids this problem of inefficiency.

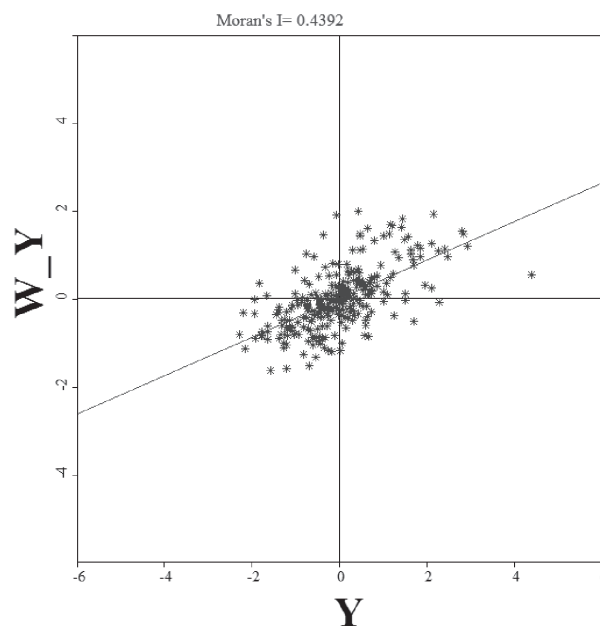
4. THE DATA

The variable of interest, i.e. the one to be explained, is the (general) fertility rate for the 278 municipalities of Portugal mainland in 2005, as the last year for which there is data on that variable (see figure 1).⁷ In what concerns this variable it seems interesting to start by noticing the apparent spatial autocorrelation as indicated in figure 1. A Moran's I scatterplot is given in figure 2.⁸

The value of Moran's I reported in figure 2 indicates a significant positive spatial autocorrelation.⁹

Based upon the usual theoretical explanations of fertility and having into account the availability of data, we continue by proposing an explanation of regional

FIGURE 2
The Moran's I for the fertility rates, Y



⁷ As mentioned before, the general fertility rate is defined as the number of live-births by 1000 women under fertile ages, i.e. between 15-49 years old

⁸ At this point it is fair to point out that all the computations in this paper were done by the use of the free software GeoDATM 0.9.5-i of Luc Anselin, available at <https://www.geoda.uiuc.edu>. The use of this software required the use of a shapefile corresponding to the *Carta Administrativa Oficial de Portugal* by municipalities, which is freely available at <http://www.igeo.pt/produtos/cadastro/caop/inicial.htm>.

⁹ Using 999 permutations the expected value is around -0.004 with a standard deviation of 0.037.

fertility rates in Portugal as follows. The presumable explanatory variables are divided into four groups:¹⁰

- Demographic variables, namely *the ageing ratio* – defined as the percentage ratio between people over 65 years old and people between 0 and 14 years old –, and *the crude marriage rate* – defined as the number of marriages per 1000 inhabitants;
- Context variables, namely *the crude divorce rate* – defined as the number of divorces per 1000 inhabitants –, *the proportion of catholic marriages* – defined as the percentage of catholic marriages over the total of marriages –, *the success rate at secondary regular education level* – defined as the percentage of students at the secondary regular education level that conclude this level of education –, and *local administration total expenditures on cultural activities per inhabitant*;
- Health system variables, namely *the number of nurses*, *the number of physicians*, *the number of pharmacies*, *the number of hospitals*, *the number of health centres*, *the number of medical appointments of family planning*, and *the number of mobile depots and pharmacies*, all these variables being made relative to 1000 inhabitants;¹¹
- Economic variables, namely *the mean monthly earning*, *the mean value of unemployment benefits*, *the mean number of days of unemployment benefit*, *the mean value of family allowances*, *the proportion of women in the total of recipients of unemployment benefits*, and *the per capita purchasing power index*.

In order to avoid possible simultaneity problems, the values of these alleged explanatory variables give respect to 2004, as the year closest (but previous) to the one for the variable of interest.¹²

5. THE RESULTS

A step before the formulation of the model to be estimated consists on detecting possible multicollinearity among the explanatory variables. In fact, as expected, some of the explanatory variables are quite correlated, such as the number of hospitals, health centres and mobile depots and pharmacies, which present a correlation coefficient of about 90%, as well as the number of nurses with the number of physicians, which present a correlation coefficient of 80.1%. Two other possible sources of multicollinearity problems could be the correlation between the number of medical appointments of family planning and the number of mobile depots and pharmacies, as well as the correlation between the number of physicians and the number of hospitals. In both cases the correlation coefficient is around 70%. Notwithstanding, the use of these variables in relative terms alleviated these possible problems.

To sum up, some caution about multicollinearity, which, in fact, was detectable only among the group of health variables, was taken before the estimation of the models. To put it clearer, in each general model, i.e. the enlarged one from which all the non-significant variables were sequentially dropped off, only one of each pair/triplet of variables was considered, and retaining the most congruent model from the point of view of fitness and robustness to the tests.

¹⁰ This division is to be viewed with some flexibility given that some variables do reflect more than one dimension.

¹¹ I thank one of the referees for having called the attention for the advantage of considering these variables in relative terms. In fact, in the original version of the paper, the last four of these variables were considered in absolute values.

¹² The only exception is the mean monthly earning, for which the last year of available of information was 2003.

Following the procedure recommended by Anselin, Florax and Rey (see Anselin *et al.* 2004) the first model to be estimated was one not taking account the spatial dimension. In doing so, we adopted a general-to-specific econometric methodology. In accordance to this methodology we started by considering an enlarged model, i.e. one containing all the alleged explanatory variables – taking into account the multicollinearity issues as mentioned above – and subsequently reducing the model by eliminating the less significant variable (from the set of non-significant ones), until reaching a model where a further reduction is no longer possible.

Having adopted that methodology, the final estimated model can be consulted in Table 2.¹³

Of noticeable interest is the existence of unexpected signs for the influence of the proportion of catholic marriages and a mix of signs at the significant health-system variables.¹⁴ As a matter of fact, it is interesting to note that, in what concerns the health-system, the variables related with persons (nurses and physicians) seem to exert a negative effect on fertility whereas the opposite case happens with the variables related to facilities (hospitals and health centres).

Besides that fact, the model seems to be flawed from the point of view of regression diagnostics.

First of all, in what concerns the diagnostics for heteroskedasticity, all the three tests (Breusch-Pagan, Koenker-Bassett and White) support the existence of heteroskedastic errors (see Annex 1).

TABLE 2
The estimation results of the models

Explained variable: <i>Fertility Rate by Municipalities (2005)</i>		
Explanatory variables:	Non-spatial model (OLS)	Spatial lag model (ML)
<i>Constant</i>	19.819 (3.596)	5.054 (0.896)
<i>Ageing ratio</i>	-0.032 (-5.133)	-0.023 (-3.997)
<i>Marriage rate</i>	1.317 (3.348)	1.337 (3.684)
<i>Proportion of catholic marriages</i>	-0.093 (3.228)	-0.051 (-1.908)
<i>Number of nurses per 1000 inhabitants</i>	-0.458 (-1.978)	-0.220 (-1.011)
<i>Number of physicians per 1000 inhabitants</i>	-0.723 (-1.932)	-0.639 (-1.850)
<i>Number of hospitals per 1000 inhabitants</i>	24.063 (1.940)	26.027 (2.273)
<i>Number of health centres per 1000 inhabitants</i>	16.923 (2.883)	14.920 (2.753)
<i>Proportion of women in the total of recipients of unemployment benefits</i>	0.166 (2.920)	0.160 (3.043)
<i>Per capita purchasing power index</i>	0.189 (7.670)	0.145 (6.075)
<i>Spatial lag</i>	--	0.365 (5.548)
Log Likelihood	-881.272	-868.092
AIC	1782.54	1758.18
SC	1818.82	1798.09

¹³ More detailed results are available in the annex 1.

¹⁴ Notice however that the effect of the number of physicians and of the number of hospital is only significant at a level around 94.6% and 94.7%, respectively.

Furthermore, in what concerns the tests against spatial autocorrelation, the model also shows some signs that spatial issues should not be ignored. For instance, the value of Moran's I statistic for the residuals, around 0.1419, is highly significant, indicating a relevant positive spatial autocorrelation.¹⁵ This means that controlling for spatial dependence is supposed to improve the performance of the model. Following the procedure *a la* Anselin, the Lagrange Multiplier test (and the robust version) statistics indicate that both the spatial lag and spatial error models are better explanations than the classic OLS as estimated above, as both LM-lag (for a missing spatially dependent variable) and LM-error (for error dependence) are highly significant, being also evident a better performance of the spatial lag version (27.670 versus 13.706 for the test statistics). This result and especially the fact that the robust LM-error statistic is not significant indicate that the best model is the spatial lag one.

The results of the (maximum-likelihood) estimation of the model adding a spatial lag dimension are given in Table 2.¹⁶

A comparison between the spatial regression model and the classic OLS estimated model is in place. First of all, the spatially regression model fits the data better. The value of the log-likelihood function increases from -881.272 to -868.092 and the better performance is also revealed by the decrease of both the AIC (from 1782.54 to 1758.18) and the SC (1818.82 to 1798.09), and the highly significant value of the likelihood ratio test statistic.

Second, the signs of the variables in the OLS model and the spatial regression model are all the same, however their magnitudes differ sometimes considerably. As pointed out in Franzese and Hays (2007), when the relevant spatial component is added, all other explanatory variables generally lose importance in quantitative terms. In our regressions, the value of the constant in the spatial regression model is lower and also becomes insignificant. This result is not surprising given that we found a high (and positive) spatial autocorrelation coefficient (0.365). We also find that the number of nurses becomes insignificant, and the proportion of catholic marriages and the number of physicians marginally significant.

The spatial lag model indicates that fertility in the regions of the mainland of Portugal is essentially explained by spatially lagged values, such as demographic structure, by marital status, by the quality of the health care provision, and by economic conditions.

Besides the importance of space, the ageing of population is a depressive factor of fertility. Marriage, but not necessarily of catholic type, is also significant, indicating that marriage is still viewed as a pre-condition for child-bearing.

Concerning health care provision, it is interesting to note that the number of nurses and physicians appear inversely related to the fertility rate. Note, however, that these variables have a strong positive correlation with the number of facilities such as hospitals and health centres, and that these are *significantly* related with fertility rates.

¹⁵ Using 999 permutations the expected value is around -0.004 with a standard deviation of 0.04.

¹⁶ More detailed results are available in the annex 2.

Finally, fertility is explained by economic factors. First, per capita purchasing power raises fertility especially in municipalities already characterised by high fertility rates (see also Caleiro, 2007b). Second, the proportion of women who receive unemployment benefits also has a positive effect on fertility. Unemployed may be associated with more free time, which may in turn be propitious for fertility decisions.

Future research of fertility should address the fertility problem more explicitly as a dynamic problem. Another promising possibility is research that combines the spatial lag model with the spatial error one. Research may again require analysis at a cluster level seen that low-fertility municipalities turn out to be different from high-fertility municipalities. Finally, an interesting and innovative avenue is to explore non-linear models, such as spatial splines.

6. CONCLUDING REMARKS

The objective of the paper was to show that variation in regional data can be exploited to learn about the determinants of fertility at the regional and national level. Our analysis showed that fertility is explained by demography, marital status, the quality of health care provision, economic factors, as well as spatially lagged values of fertility rates.

Our analysis suggests that fertility rates tend to persist over time, showing that several Portuguese regions face a long-run challenge. Regions where the population is relatively older are generally also the ones with low marriages rates, thus also low fertility rates. Low fertility, in turn, may depress future levels of the per capita purchasing power, which negatively affects fertility directly and through reduced access to health care facilities.

In order to combat the fertility problem demographic policy measures are required. The fact that the fertility rates by regions also depend, in a direct way, on the fertility rates of the neighbouring regions may indeed be a crucial factor in the spatial diffusion of the (positive) effects of those policy measures.

REFERENCES

- Anselin, Luc (1988). *Spatial Econometrics: Methods and Models*. Boston: Kluwer Academic Publishers.
- Anselin, Luc, Florax, Raymond, and Rey, Sergio (1988). *Advances in Spatial Econometrics: Methodology, Tools and Applications*. Berlin: Springer-Verlag.
- Arbia, Giuseppe (2006). *Spatial Econometrics: Statistical Foundations and Applications to Regional Growth Convergence*. New York: Springer Verlag.
- Bandeira, Mário L. (1996). *Demografia e Modernidade, Família e Transição demográfica em Portugal*. Coleção Análise Social, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Becker, Gary S. (1960). An Economic Analysis of Fertility. In Becker, Gary S. (ed.), *Demographic and Economic Change in Developed Countries*, Princeton, N. J.: Princeton University Press.
- Bollen, Kenneth A., Glanville, Jennifer L., and Stecklov, Guy (2007). Socio-economic status, permanent income, and fertility: A latent-variable approach. *Population Studies* 61, 15-34.
- Caleiro, António (2007a). Acerca das consequências políticas do envelhecimento populacional: Uma visão económica, *Livro de Actas das VIII Jornadas do Departamento de Sociologia*, Departamento de Sociologia & Centro de Investigação em Sociologia e Antropologia "Augusto da Silva", Universidade de Évora, Abril, Évora, 75-85.
- Caleiro, António (2007b). Sobre as Relações entre Aspectos Demográficos e Económicos em Portugal: Quais as regiões mais favorecidas?, Paper given at the XIII Congresso da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional (Universidade dos Açores, Angra do Heroísmo).
- Cleland, John, and Wilson, Christopher (1987). Demand Theories of the Fertility Transition: An Iconoclastic View, *Population Studies* 41, 5-30.
- Franzese, R., and Hays, J. (2007). Spatial Econometric Models of Cross-Sectional Interdependence in Political Science Panel and Time-Series-Cross-Section Data. *Political Analysis* 15(2), 140-164.
- Hank, Karsten (2002). The Geographic Context of Male Nuptiality in Western Germany during the 1980s and 1990s. *Demographic Research* 7, Article 5, October, Rostock.
- Kaplan, H.S., and Bock, J. (2001). Fertility Theory: Caldwell's Theory of Intergenerational Wealth Flows. In: International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences, Elsevier Science Ltd., 5557-5561.
- Kravdal, Øystein, (2003). The Problematic Estimation of "Imitation Effects" in Multilevel Models. *Demographic Research* 9, Article 2, September, Rostock.
- Lesthaeghe, R.J., and Neidert, L. (2006). The Second Demographic Transition in the United States: Exception or Textbook Example? *Population and Development Review* 32 (4), 669-698.
- Macunovich, Diane J. (2000). Relative Cohort Size: Source of a Unifying Theory of Global Fertility Transition? *Population and Development Review* 26 (2), 235-261.
- Mendes, Maria F. (1994). A Fecundidade Portuguesa na década de 80: uma análise demográfica. *Economia e Sociologia* 57, 121-160.
- Mendes, Maria F., Rego, Conceição, and Caleiro, António (2006). Educação e Fecundidade em Portugal: As diferenças nos níveis de educação influenciam as taxas de fecundidade?. Paper given at the XII Congresso da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional (Escola Superior de Tecnologia de Viseu, Viseu).
- Robinson, Warren C. (1997). The Economic Theory of Fertility Over Three Decades. *Population Studies* 51, 63-74.
- Sander, William (1992). Catholicism and the Economics of Fertility. *Population Studies* 46, 477-489.
- Sobotka, Tomás (2004). Is Lowest-Low Fertility in Europe Explained by the Postponement of Childbearing?. *Population and Development Review* 30 (2), 195-220.

ANEXO 1

REGRESSION

SUMMARY OF OUTPUT: ORDINARY LEAST SQUARES ESTIMATION

Data set rper_3

Dependent Variable : Y Number of Observations: 278

Mean dependent var : 37.9474 Number of Variables : 10

S.D. dependent var : 7.95227 Degrees of Freedom : 268

R-squared : 0.475183 F-statistic : 26.9615

Adjusted R-squared : 0.457558 Prob(F-statistic) :5.84959e-033

Sum squared residual: 9226.47 Log likelihood : -881.272

Sigma-square : 34.4271 Akaike info criterion : 1782.54

S.E. of regression : 5.86746 Schwarz criterion : 1818.82

Sigma-square ML : 33.1887

S.E of regression ML: 5.76097

Variable	Coefficient	Std.Error	t-Statistic	Probability
CONSTANT	19.8188	5.512004	3.595571	0.0003852
X1	-0.03175347	0.006186107	-5.133029	0.0000005
X2	1.316928	0.3933556	3.347932	0.0009309
X3	-0.09304899	0.02882829	-3.227698	0.0014032
X6	-0.4583507	0.2317128	-1.978099	0.0489416
X7	-0.7226967	0.3740287	-1.932196	0.0543895
X17	0.166299	0.05696106	2.919521	0.0038036
X18	0.1894295	0.02469834	7.669728	0.0000000
X9R	24.06331	12.40314	1.940098	0.0534169
X10R	16.9227	5.870443	2.882696	0.0042624

REGRESSION DIAGNOSTICS

MULTICOLLINEARITY CONDITION NUMBER 49.0433

TEST ON NORMALITY OF ERRORS

TEST	DF	VALUE	PROB
Jarque-Bera	2	67.88428	0.0000000

DIAGNOSTICS FOR HETEROSKEDASTICITY

RANDOM COEFFICIENTS

TEST	DF	VALUE	PROB
Breusch-Pagan test	9	181.7511	0.0000000
Koenker-Bassett test	9	91.38156	0.0000000

SPECIFICATION ROBUST TEST

TEST	DF	VALUE	PROB
White	54	132.913	0.0000000

DIAGNOSTICS FOR SPATIAL DEPENDENCE

FOR WEIGHT MATRIX :concv6r.GAL(row-standardized weights)

TEST	MI/DF	VALUE	PROB
Moran's I (error)	0.141888	4.1477549	0.0000336
Lagrange Multiplier (lag)	1	27.6695235	0.0000001
Robust LM (lag)	1	15.3168847	0.0000909
Lagrange Multiplier (error)	1	13.7063561	0.0002137
Robust LM (error)	1	1.3537173	0.2446293
Lagrange Multiplier (SARMA)	2	29.0232408	0.0000005

===== END OF REPORT =====

ANEXO 2

REGRESSION

SUMMARY OF OUTPUT: SPATIAL LAG MODEL - MAXIMUM LIKELIHOOD ESTIMATION

Data set rper_3

Spatial Weight concv6r.GAL

Dependent Variable : Y Number of Observations: 278

Mean dependent var : 37.9474 Number of Variables : 11

S.D. dependent var : 7.95227 Degrees of Freedom : 267

Lag coeff. (Rho) : 0.365293

R-squared : 0.536023 Log likelihood : -868.092

Sq. Correlation :- Akaike info criterion : 1758.18

Sigma-square : 29.3412 Schwarz criterion : 1798.09

S.E of regression : 5.41676

Variable	Coefficient	Std.Error	z-value	Probability
W_Y	0.3652929	0.06584118	5.548092	0.0000000
CONSTANT	5.054446	5.638329	0.896444	0.3700156
X1	-0.02356858	0.005897093	-3.996643	0.0000643
X2	1.337802	0.3631819	3.68356	0.0002301
X3	-0.05111526	0.02679459	-1.907671	0.0564336
X6	-0.2202923	0.2179632	-1.010686	0.3121670
X7	-0.6387094	0.345325	-1.849589	0.0643727
X17	0.1601002	0.05261848	3.042661	0.0023451
X18	0.1445605	0.02379459	6.075352	0.0000000
X9R	26.02682	11.45154	2.272779	0.0230395
X10R	14.91963	5.419654	2.752874	0.0059076

REGRESSION DIAGNOSTICS

DIAGNOSTICS FOR HETEROSKEDASTICITY

RANDOM COEFFICIENTS

TEST	DF	VALUE	PROB
Breusch-Pagan test	9	207.511	0.0000000

DIAGNOSTICS FOR SPATIAL DEPENDENCE

SPATIAL LAG DEPENDENCE FOR WEIGHT MATRIX concv6r.GAL

TEST	DF	VALUE	PROB
Likelihood Ratio Test	1	26.35942	0.0000003

===== END OF REPORT =====

VOZES DO MAR NÃO CHEGAM A TERRA – SEGUNDA RESIDÊNCIA EM ÁREAS DE RISCO COSTEIRO

Luísa Pinho - Bolseira de Doutoramento UA - E-mail: lpinho@ua.pt

Helena Albuquerque - Bolseira de Doutoramento FCT - E-mail: helena.albuquerque@ua.pt

Filomena Martins - Professora Associada - E-mail: filomena@ua.pt

RESUMO:

A procura excessiva pelas áreas costeiras trouxe consequências desastrosas ao nível do ordenamento do território, com a construção desregrada do edificado, surgindo mesmo inúmeras situações de residências secundárias em áreas de risco costeiro.

Apresenta-se o caso do Furadouro, onde se verifica um acentuado recuo da linha de costa e uma excessiva urbanização, sendo 2/3 das habitações ocupadas do tipo residência secundária. Apesar da protecção do aglomerado depender de estruturas de defesa costeira, será que esta população tem consciência das alterações da linha de costa e dos riscos costeiros a que está sujeita?

É urgente a recuperação da sustentabilidade ambiental e urbana das áreas costeiras, a qual depende largamente da participação e do envolvimento activo da população.

Palavras-chave: Áreas Costeiras, Gestão Integrada Costeira, Participação Pública, Risco Costeiro, Residência Secundária, Turismo Sustentável.

Códigos JEL: Q01, Q54, O20, Q20

ABSTRACT:

The excessive demand for coastal areas has brought disastrous consequences to the land use management, with the excessive construction of buildings, appearing some situations of second homes in coastal risk areas.

It will be presented the case of Furadouro, where it is verified, by one side the pronounced shoreline retreat, and by other side an excessive urbanization (2/3 of second homes). This coastal area also depends of coastal defense protection structures. Has this local population consciousness of changes in coastline and coastal risks that it is exposed to?

It is urgent the recovering of environmental and urban sustainability of coastal areas, which is largely dependent of the public active involvement and participation.

Keywords: Coastal Areas, Integrated Coastal Management, Public Participation, Coastal Risk, Second-Home, Sustainable Tourism

JEL Codes: Q01, Q54, O20, Q20

1. INTRODUÇÃO

As zonas costeiras foram desde sempre áreas preferenciais para a fixação da população. A utilização do mar para transporte e comércio, a abundância de alimentos disponíveis em águas costeiras (CE, 1999), bem como a fertilidade dos terrenos, são factores que devem ser tidos em conta para compreender o desenvolvimento e crescimento de muitos aglomerados urbanos nestas áreas.

As zonas costeiras e os seus recursos naturais (marinhos e terrestres) têm um papel fundamental a desempenhar na resposta às necessidades e aspirações das actuais e futuras populações da Europa (CE, 1999), bem como na protecção natural face a eventos extremos.

Actualmente, o turismo é considerado como uma das actividades económicas de maior importância nas áreas costeiras. No entanto, esta actividade tem sido associada à emergência de fortes impactos negativos nestas mesmas áreas. Este é um dos motivos que tem levado ao crescente interesse pelo turismo sustentável, já que o excesso de actividade turística, em particular na época balnear, revela a existência de várias pressões ambientais sobre estas áreas.

Em Portugal, pouco tem sido feito no que concerne à gestão das áreas costeiras e ao planeamento do sector turístico. A actividade turística tem crescido sem controlo, bem como na ausência de um sistema de planeamento eficaz e adequado à dimensão e intensidade das dinâmicas emergentes, transformando as zonas costeiras portuguesas em áreas de forte pressão ambiental.

Face ao referido, e tendo também em consideração a eventual intensificação dos impactos das alterações climáticas, os conflitos do tipo sócio-ambiental tendem a ser maximizados nas áreas costeiras. Actualmente existe já uma consciência social de que as alterações ambientais de origem antrópica são prejudiciais para os ecossistemas costeiros e que essa interferência é responsável por alguns riscos costeiros.

Com este trabalho pretende-se evidenciar a reduzida consciência da população relativamente aos riscos costeiros, traduzida na excessiva ocupação urbana existente em áreas de risco costeiro, sendo que grande parte desta poderá ser considerada supérflua, uma vez que não se trata de primeira habitação. Pretende-se, também, dar um contributo para uma gestão costeira sustentável, com a sugestão de potenciais medidas a implementar no caso concreto do Furadouro, as quais implicam o envolvimento profundo da sua população.

Para além da pesquisa bibliográfica sobre diversas temáticas relacionadas com as áreas costeiras, e da análise de casos de estudo sobre turismo sustentável e sobre percepção social, alguns dos dados resultaram também da aplicação de um inquérito por questionário à população do Furadouro sobre dinâmica e riscos costeiros.

Inicialmente será feita uma abordagem ao turismo costeiro, seguida da exploração de algumas questões relacionadas com a gestão costeira, entre as quais a importância da percepção social para o seu sucesso. Com uma componente mais prática, será apresentado o caso do Furadouro, praia que tem sido bastante fustigada com investidas do mar, bem como alguns dos resultados da aplicação do inquérito por questionário. Para terminar, serão apresentadas algumas conclusões e sugestões com vista à sustentabilidade ambiental e urbana das áreas costeiras e, em particular, do Furadouro.

2. TURISMO COSTEIRO

O turismo, e principalmente o turismo nas áreas costeiras, é um dos maiores fenómenos económicos e sociais do mundo contemporâneo. De uma actividade apreciada por apenas uma elite da população, no início do século XX, passou a ser um fenómeno massivo nos países mais desenvolvidos, por volta dos anos 1970, abrangendo, actualmente, uma grande proporção da população em quase todas as nações (UN, 2001).

Como resultado da rápida expansão do sector do turismo, os locais de veraneio tradicionais e emergentes estão a sofrer graves pressões nos seus ambientes naturais, culturais e sócio-económicos. Há um reconhecimento geral de que o crescimento descontrolado do turismo leva, em pouco tempo, a impactos negativos significativos para o ambiente e para a sociedade em geral, destruindo, deste modo, as bases em que o mesmo turismo foi, em regra, construído e desenvolvido.

2.1 TURISMO COSTEIRO SUSTENTÁVEL

A actividade turística é uma actividade económica muito dependente do ambiente e da qualidade ambiental. De facto, cada vez mais os níveis de qualidade ambiental determinam os níveis de atracção e interesse turístico. Neste contexto, o sector do turismo não deve ser apenas perspectivado sob o ponto de vista estritamente económico, ou limitado a uma análise de curto prazo. A preservação do meio ambiente, a manutenção da biodiversidade e a conservação e desenvolvimento do património cultural e social são factores essenciais à definição e implementação de estratégias de desenvolvimento do turismo, que visem um sector competitivo e com relevância na economia nacional.

O turismo deve ser desenvolvido de modo a que permita proteger e engrandecer as regiões costeiras para o futuro, de acordo com as necessidades dos turistas, mas tendo igualmente em consideração as próprias regiões (WTO, 1993). Para ser sustentável, o turismo deve ser gerido de acordo com os limites aceitáveis de mudança dos ecossistemas, com os limites de capacidade de carga, e de forma a considerar que as actividades turísticas contribuam para a preservação da biodiversidade (Silva, 2002), devendo mesmo ser restrito em áreas ecologicamente mais sensíveis.

Neste contexto, é importante ter em atenção quais são os principais problemas sentidos com o crescimento insustentável das áreas costeiras. O excessivo desenvolvimento e urbanização das áreas costeiras, e conseqüente decadência urbana, a poluição das águas do mar e das praias, a perda da biodiversidade, a erosão de dunas, a degradação dos ecossistemas costeiros e o congestionamento do tráfego automóvel são apenas alguns dos problemas que têm sido referidos por vários autores (Middleton e Sieber (1999) *apud* CNADS, 2001). Estes problemas estão intimamente relacionados com a actividade turística e são bem notórios nos locais com grande afluência turística.

Pode afirmar-se, pois, que o turismo é um dos principais factores do crescimento urbanístico do litoral, pela necessidade da grande capacidade de alojamento que implica, particularmente durante o Verão. Este crescimento, regra geral descontrolado devido à inadequada gestão das zonas costeiras, tem levado a uma crescente insustentabilidade ambiental e a uma diminuição da qualidade turística destas áreas. Neste sentido, é urgente a aplicação e o desenvolvimento de uma estratégia integrada de gestão das zonas costeiras, de forma a solucionar ou, pelo menos, minimizar alguns dos problemas e impactos negativos, quer decorrentes da actividade turística, quer de outras actividades económicas.

Em consequência, podem ser assinaladas várias tentativas para definir estratégias, segundo os princípios da sustentabilidade para locais turísticos já consolidados, e com base num turismo de qualidade. Este turismo de qualidade assenta nas directrizes de uma qualidade ambiental, através da adopção e concretização das políticas de gestão integrada das zonas costeiras, com o intuito de melhorar a qualidade do produto e do serviço oferecido.

Refira-se o exemplo de Calvia, um dos destinos turísticos mais importantes das Ilhas Baleares e um dos mais visitados pelos turistas, sendo um caso típico de turismo de massas de sol e praia, no noroeste do mediterrâneo (Alonso, 2001).

Esta região sofreu um *boom* turístico a partir dos anos 1960, com a construção desregrada de infra-estruturas turísticas e a exploração insustentável dos recursos naturais. Apenas na década de 1980 se começaram a sentir os efeitos negativos desta exploração, com a degradação das infra-estruturas, diminuição da procura e da qualidade. Além disso, verificou-se uma deterioração do ambiente e da paisagem, sobrelotação da área turística, declínio da atractividade e uma ameaça ao desenvolvimento local (DPADM-UNDESA, 2006)

Houve, pois, necessidade de implementar uma estratégia que procurasse reverter esta situação. Como tal, em 1995, o município de Calvia iniciou o processo de elaboração da Agenda 21 Local, com uma nova estratégia integrada para reorientar o desenvolvimento turístico e local com base na sustentabilidade (Alonso, 2001). Algumas das medidas implementadas para recuperar a atractividade deste destino foram: controlo da construção urbana; renovação e remodelação urbana, nomeadamente demolição de edifícios na frente costeira e sua conversão em zonas verdes;

aplicação de medidas para preservar os recursos naturais; melhoria da qualidade dos serviços públicos e dos estabelecimentos turísticos; consenso social e participação activa generalizada por todos os agentes envolvidos no processo; entre outras (Dodds, 2007).

Cirali, um destino turístico costeiro massificado da Turquia, pode também citar-se como um exemplo no que se refere à aplicação de estratégias sustentáveis alternativas. A economia das zonas costeiras turcas é fortemente dependente de um turismo massificado, que se afirmou na década de 1980, causando impactos negativos no ambiente. A partir da década de 1990, começou a notar-se um declínio na ocupação das infra-estruturas criadas pela indústria turística, não atingindo os valores esperados (PAP/RAC, 2005). De forma a prevenir uma expansão turística desenfreada, com construções ilegais, foi elaborado um plano de gestão costeira, para promover o desenvolvimento sustentável da área. Este plano contribuiu, desta forma, para a conservação da natureza e melhoria da qualidade de vida da população local, sendo de destacar a implementação de medidas como programas de educação ambiental nas escolas da região, cursos de ecoturismo e agricultura orgânica/biológica à população local e controlo das construções ilegais (PAP/RAC, 2005).

Estes dois exemplos de estratégias de turismo sustentável aplicadas a destinos costeiros permitem retirar, como principal lição, que os destinos costeiros massificados podem sofrer um processo de rejuvenescimento turístico, apostando na sustentabilidade, através da aplicação efectiva dos princípios definidos na Agenda 21, com forte participação e consenso social, e assegurando a capacidade de satisfazer as necessidades económicas, sociais e ambientais das gerações presentes e futuras.

2.2 TURISMO COSTEIRO EM PORTUGAL

Em Portugal, a gestão do território e o planeamento do sector turístico têm ficado muito aquém do desejado, com impactos negativos e cumulativos, principalmente nos ambientes costeiros (Velooso Gomes e Taveira Pinto, 1997).

Refira-se que, em Portugal, o turismo tem como principal destino as áreas costeiras, sendo estas procuradas quer por turistas portugueses, quer por turistas estrangeiros. Este tipo de turismo é considerado um turismo de massas, sazonal e mono-temático (GEOTA, 2002), uma vez que apenas são essencialmente consumidos os recursos sol e praia. Esta massificação do turismo tem consequências muito graves devido à excessiva concentração espacial de equipamentos e de infra-estruturas, e devido à sua sazonalidade. Muitos dos destinos costeiros vêem a sua população aumentar em grande número durante a época estival, ultrapassando, a maior parte das vezes, a sua capacidade de carga. Segundo GEOTA (2002), todos estes factores levam à criação de situações de insustentabilidade ambiental, social e económica, colocando em causa a renovação da capacidade de atrair visitantes e turistas.

Esta pressão existente nos meses de Verão, em termos de população que afluí às praias portuguesas, não é sentida durante o resto do ano. No entanto, são significativas as habitações de segunda residência existentes nestes locais, e que efectuem uma pressão constante nos ecossistemas costeiros. Como é sabido, *“...a residência secundária ou segunda residência é um tipo de hospedagem vinculada ao turismo de fins-de-semana e de temporada de férias...”* (Sena e Queiroz, 2006).

A ocupação urbanística de algumas áreas costeiras portuguesas iniciou-se, essencialmente no último quartel do século XIX, com os exemplos das

urbanizações turísticas de Monte Estoril, S. João do Estoril, Granja e Figueira da Foz (Brito, 2004). No entanto, é na segunda metade do século XX que se inicia a expansão do turismo balnear e a consequente *“...pressão para ocupação das zonas costeiras oceânicas, pois que perante tais afluxos turísticos é forçoso dispor das consequentes acomodações (casas, pensões, hotéis, etc.), bem como de outras estruturas de apoio, designadamente restaurantes, bares, cafés, e comércio em geral. São os primeiros impulsos, embora ainda tímidos, da construção intensiva no litoral, a qual viria, alguns anos mais tarde, a antropizar completamente a paisagem de muitos troços costeiros...”* (Alveirinho Dias, 2005). Para Alveirinho Dias (2005), o fenómeno do aumento do número de residências secundárias assume grande importância a partir da década de 1970, devido essencialmente ao aumento do poder de compra e dos tempos livres.

3. GESTÃO DE ÁREAS COSTEIRAS E PERCEPÇÃO SOCIAL

A gestão das áreas costeiras enfrenta diversas dificuldades de concretização devido à dinâmica litoral a que as zonas costeiras estão sujeitas, à vulnerabilidade característica destas áreas, à exposição a eventos naturais, à necessidade de preservação dos recursos naturais, à sobre-ocupação humana do território e à consequente conflitualidade de usos e interesses. Associado a esta problemática está, ainda, o fenómeno das alterações climáticas, cujos impactos se admite que estejam a intensificar-se nos últimos anos, colocando as áreas costeiras em risco acrescido. Neste contexto, o envolvimento da população na gestão do seu próprio território é fundamental para a minimização das consequências da referida problemática.

3.1 GESTÃO COSTEIRA

A afirmação do conceito de gestão integrada das zonas costeiras ocorre no período pós-conferência do Rio, em que este foi considerado como o instrumento desencadeador do desenvolvimento sustentável das áreas costeiras, uma vez que “... se quisermos alcançar um desenvolvimento ambientalmente sustentável, economicamente eficaz e socialmente equitativo das zonas costeiras...”, necessitamos de um instrumento que corrija as “... deficiências processuais, de planeamento, políticas e institucionais, muitas das quais têm a sua origem na falta de consciência da importância económica e social estratégica de uma gestão sustentável das zonas costeiras”. (CE, 1999).

A Gestão Integrada das Zonas Costeiras (GIZC) é mais do que uma política ambiental. Esta congrega a necessidade de melhorar a qualidade de vida, a nível económico e social, bem como apoiar o desenvolvimento de todo o seu potencial enquanto comunidades modernas e dinâmicas. Desta forma, a GIZC pretende promover o desenvolvimento e uso sustentado dos ecossistemas costeiros. No documento elaborado pela Comissão Europeia sobre uma Estratégia de Gestão Integrada das Zonas Costeiras é referido que se trata de um “... processo dinâmico, contínuo e interactivo...”. “Apesar de «GIZC» se referir à «gestão», na realidade, o processo de GIZC cobre todo o ciclo de recolha de informação, planeamento, tomada de decisões, gestão e acompanhamento da execução.” (CE, 1999).

De acordo com o estipulado em vários documentos aprovados a nível internacional, tais como a Agenda 21 e a Convenção da Biodiversidade, a União Europeia elaborou uma Estratégia de Gestão Integrada das Zonas Costeiras. Esta estratégia visa “... promover uma abordagem colaborativa relativamente ao ordenamento e à gestão da zona costeira, numa filosofia de governação em parceria

com a sociedade civil”. Estabelece, ainda, como “... função da União Europeia, a provisão de liderança e orientação para apoiar a execução da GIZC por parte dos Estados-Membros, aos níveis local, regional e nacional...” (CCE, 2000). Esta gestão deverá integrar o conjunto das diferentes políticas com impactos nas zonas costeiras da União Europeia. Trata-se, simultaneamente, de proceder ao ordenamento e gestão dos recursos costeiros e do espaço litoral.

Mas a União Europeia elaborou, já em 1999, um documento de suporte ao desenvolvimento sustentável das zonas costeiras. Esse documento – *Código de Conduta Europeu para as Zonas Costeiras* – está integrado na Estratégia Pan-Europeia da Diversidade Biológica e Paisagística (*Pan-European Biological and Landscape Diversity Strategy*). Esta estratégia faz parte da implementação europeia da Convenção da Diversidade Biológica, acordada na Cimeira do Rio, em 1992. A estratégia tem sido promovida e coordenada por várias instituições, tais como o Conselho Europeu, a organização do *United Nations Environment Programme*, a *World Conservation Union*, o Secretariado da Convenção de Ramsar e o Centro Europeu de Conservação da Natureza. É objectivo desta estratégia a promoção da diversidade biológica e paisagística, de forma a serem integradas e consideradas pelos sectores económicos e sociais (EC, 1999).

O Código de Conduta Europeu para as Zonas Costeiras foi desenvolvido de forma a estabelecer recomendações e boas práticas aos intervenientes na zona costeira, tais como autoridades costeiras, projectistas, engenheiros, entre outros (EC, 1999). Este documento inclui, ainda, princípios, linhas gerais e propostas apropriados para as autoridades nacionais, regionais e locais implementarem uma correcta GIZC, de forma a proteger e preservar a biodiversidade e os recursos naturais das zonas costeiras.

Os princípios gerais desta gestão devem, portanto, ser implementados de forma a proteger as zonas costeiras, a controlar o seu desenvolvimento, a combater a poluição e a diversificar os serviços e as actividades turísticas. Além disso, é necessário que a GIZC seja implementada numa perspectiva a longo prazo, de forma a respeitar o «princípio da prevenção» e a não colocar em risco as opções e gerações futuras (CCE, 2000).

3.2 IMPORTÂNCIA DA PERCEPÇÃO SOCIAL

As zonas costeiras diferem de área para área. Deste modo, é essencial um conhecimento aprofundado das características físicas, ecológicas, culturais e sociais de cada área, para que sejam aplicadas soluções de gestão de acordo com a diversidade de cada região. É necessária uma estratégia geral de GIZC, no entanto esta estratégia necessita ser flexível e capaz de ser ajustada às diferentes realidades. O conhecimento das interações sócio-ambientais e a minimização dos conflitos decorrentes, estão na base do sucesso da gestão das áreas costeiras. Importa referir que a criação de um sistema de gestão capaz de fomentar a sustentabilidade social e ambiental, requer novas estratégias de relação entre as pessoas e de gestão dos conflitos, as quais devem integrar interesses ambientais, económicos e sociais. Considera-se, pois, que as estratégias relacionadas com o desenvolvimento sustentável deverão exigir o envolvimento activo de todos os cidadãos.

Surge pois a necessidade de envolver activamente a população na gestão territorial. Actualmente a ciência é considerada como mais uma “...*versão da realidade a par de outras.*” (Lima, 2000a) e, portanto, a percepção social surge como um contributo para a qualidade das análises técnicas, bem como para o reforço da legitimidade e aceitação das estratégias, por parte das referidas populações.

No caso da gestão do território, os estudos de percepção social pretendem ser um complemento ao processo, reforçando quer as fases de elaboração e de implementação de medidas, quer a fase de participação pública. Com estes estudos “...*tenta-se aferir a satisfação e expectativas dos utilizadores e residentes de determinadas áreas...*” (Silva, 2000), sendo em conjunto com o processo de consulta pública, excelentes meios para a população expressar as suas opiniões, expectativas e aspirações (Myatt *et al.*, 2003).

De forma resumida, o processo de inquirição facilita, a vários níveis, a participação no processo de decisão, ajuda na protecção dos direitos de propriedade e promove a transparência dos interesses públicos e dos processos de tomada de decisão, envolvendo maior diversidade populacional do que o processo de participação pública, assegurando assim maior fiabilidade dos resultados (Lima, 2000a).

O estabelecimento de parcerias entre a população e os técnicos e investigadores, integrando conhecimento científico, conhecimento técnico e conhecimento tradicional, constitui um contributo para as tomadas de decisão, minimizando conflitos e desenvolvendo consensos.

Myatt-Bell *et al* (2002) referem que também as intervenções de defesa costeira devem ser sempre acompanhadas de estudos de percepção social, processo que tem sido descurado a este nível. No entanto é de realçar que para Myatt *et al.* (2003), a participação da população no processo de gestão costeira requer que esta possua um nível considerável de conhecimento sobre os temas em debate, sendo, neste sentido, necessário facilitar o acesso à informação.

Em particular para a gestão de riscos, cuja frequência em áreas costeiras atinge um nível considerável, a ciência tem algumas limitações. Lima (2000b) distingue a percepção do risco da avaliação do risco. Enquanto a primeira consiste na perspectiva dos leigos sobre o risco (subjectivo), a segunda refere-se às características dos acontecimentos (risco objectivo e causas do risco), originando por vezes resultados muito diferentes. *“Esta diferença é muito importante ter presente quando estamos a lidar com o tema do risco, porque os cidadãos têm o direito a ser informados sobre os riscos que correm, mas as mensagens que satisfazem os especialistas não respondem às questões importantes para as populações...”* (Lima, 2000b). Considera-se, também, que a análise técnica rigorosa, por si só, não é suficiente, havendo necessidade de ser complementada com a participação do público. Adicionalmente, Almeida (2004) considera que o sucesso de um plano de gestão de risco, nomeadamente a aceitação pela população, implica inevitavelmente a participação pública e o envolvimento dos diferentes níveis de administração, para além de um sistema de informação eficiente.

Conclui-se, assim, que as populações locais necessitam de mais oportunidades para contribuírem para o processo de gestão costeira, das mais variadas formas possíveis, bem como de estarem correctamente informadas. Quanto mais se envolverem maior é a probabilidade da gestão integrada das áreas costeiras ter sucesso (Wescott, 2004).

3.3 GESTÃO COSTEIRA EM PORTUGAL

Apesar de todo o histórico de recomendações sobre GIZC, em particular da União Europeia, a zona costeira de Portugal, com *“...grandes potencialidades e valor estratégico do ponto de vista social, económico e ambiental e conservacionista...”*, encontrando-se *“...sujeita a grandes pressões, fruto de uma litoralização crescente que se verifica com maior expressão desde a segunda metade do século XX.”*, apresenta ainda

“...uma evolução positiva, mas ligeira, em relação ao grau de implementação da GIZC...” (EEA, 2006).

Importa aqui referir que, actualmente, Portugal ainda não tem o instrumento orientador de uma Estratégia Nacional de Gestão das Zonas Costeiras, não obstante o trabalho já desenvolvido nesse sentido. O facto do instrumento «Plano de Ordenamento da Orla Costeira» ter surgido apenas numa fase posterior ao instrumento «Plano Director Municipal» limitou o sucesso da sua intervenção, nomeadamente em termos de conservação da natureza e, conseqüentemente, de risco costeiro. Espera-se, no entanto, que esta estratégia ainda venha a tempo de orientar a revisão dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira e de tornar bem sucedida a sua implementação.

Segundo os Censos de 2001, o litoral apresenta uma densidade populacional superior ao dobro da média de Portugal Continental, 244.2 hab/Km² e 112.4 hab/Km², respectivamente. *“Os seus 3 900 000 habitantes concentram-se em 16 000 Km², ou seja, 37.5% da população em 17.4% do território.”* (Dinis e Tavares, 2005). Além disso, mais de 50% das freguesias litorais apresentam um carácter urbano e, também, uma densidade populacional superior a 1 000 hab/km². A irresponsabilidade urbanística que se tem verificado, de expansão ou densificação de frentes edificadas, associada a outros factores já referidos, pode colocar em risco pessoas e bens.

Uma vez que o risco se encontra intimamente relacionado com as dinâmicas ambientais, territoriais e sociais específicas de cada local, e tendo em conta que o sucesso do ordenamento de uma determinada área implica a aceitação das medidas implementadas pela população local, a compreensão do modo como as pessoas percebem as dinâmicas costeiras e o risco ao qual estão expostas, quer os residentes permanentes, quer os proprietários de residências secundárias, é fundamental para a gestão das áreas costeiras.

4. FURADOURO - CASO DE ESTUDO

O caso de estudo que se apresenta – Praia do Furadouro – foi alvo de investigação empírica por uma das autoras deste trabalho, destacando-se a aplicação do inquérito por questionário, da autoria da mesma, a 10% da população total. Serão apresentados alguns dos resultados obtidos, que se pretende que sejam um contributo para a temática em análise.

A Costa Centro Oeste Portuguesa, coberta por um Plano de Ordenamento da Orla Costeira, bastante artificializada por estruturas de protecção costeira, é caracterizada por um notável défice de alimentação sedimentar, pela degradação do sistema dunar, por taxas altas de erosão, por um acentuado recuo da linha de costa, por grandes pressões humanas, que se acentuam durante a época balnear e, conseqüentemente, por graves problemas quer ambientais, quer ao nível do ordenamento do território (MA-INAG, 1998).

Pelo que foi referido, é reconhecida como uma área de risco costeiro, quer pela erosão e recuo da linha de costa, quer pela degradação das componentes ambientais, quer pela sua utilização indevida, quer ainda pela intensidade do uso e conseqüente maior exposição ao risco.

Furadouro é uma praia do concelho de Ovar (distrito de Aveiro), localizada na Região Centro de Portugal Continental, que se caracteriza por um acentuado recuo da linha de costa, possuindo um areal frágil, quase inexistente em maré alta, e que está artificializada pela existência de dois esporões e de duas defesas frontais (MA-INAG, 1998). Várias foram as investidas do mar ao longo dos anos com destruição do cordão dunar, de infra-estruturas e, mesmo, perda de bens, nomeadamente habitações (Laranjeira, 1984).

A partir dos anos 1970, este aglomerado costeiro sofreu um acréscimo acentuado de população e, obviamente, de edificado (MA-INAG, 1998). Actualmente existe uma elevada percentagem de residências de uso sazonal, que no Verão se fixa no Furadouro para fins turísticos, apesar de também se tratar de um dormitório de Ovar (MA-INAG, 1998). Trata-se de um aglomerado urbano, com estrutura do tipo concentrado, mas cujo início partiu de uma marginal paralela à praia, o que é comum em núcleos piscatórios (MA-INAG, 1998). A pesca artesanal está em declínio, à semelhança de outros aglomerados costeiros da costa ocidental portuguesa, no entanto ainda se constitui como uma fonte complementar de rendimentos. Actualmente é o turismo de praia o motor de crescimento do aglomerado, dada a sua propensão para actividades lúdico-turísticas (MA-INAG, 1998).

Segundo os Censos de 2001 (INE), a população residente no lugar do Furadouro é de 2 057 habitantes (50.07% Homens), existindo 697 famílias clássicas e tratando-se duma população pouco envelhecida. Ainda segundo os Censos de 2001, existem 944 edifícios, construídos de forma constante maioritariamente desde 1919, tendo sofrido um aumento a partir da década de 1970. Este número de edifícios traduz-se num total de 2 452 alojamentos (Quadro 4.1).

QUADRO 4.1
Distribuição do número de alojamentos por lugar, em 2001 (INE, 2001)

LUGAR	ALOJAMENTOS			
	TOTAL	OCUPADOS		
		TOTAL	RESIDÊNCIA HABITUAL	RESIDÊNCIA SECUNDÁRIA
Furadouro	2 452	2 361	681 – 28.84%	1 680 – 71.16%

4.1 IMPACTOS DO MAR

O Furadouro tem sofrido bastante com as diversas investidas do mar. Há relatos destes acontecimentos desde 1857, altura em que o mar derrubou 15 palheiros (Laranjeira, 1984). Até à actualidade vários foram os momentos de destruição provocados pelo mar, nomeadamente em Dezembro de 1863, em que destruiu mais 32 palheiros, em Março de 1887 destruiu 18 palheiros, em Março de 1889 arrasou 2 palheiros, em Fevereiro de 1912 foram mais 18 os palheiros derrubados, em Dezembro de 1938 destruiu parte da capela do Senhor da Piedade, que acabou por ser completamente derrubada numa investida em Fevereiro de 1939 e em Fevereiro de 1940 mais uma casa foi destruída. Já em Agosto de 1958 um palheiro foi destruído e também algumas infra-estruturas, tendo se dado nesse mesmo ano (em Setembro) o início das obras de defesa da praia, a cargo da Direcção dos Serviços Marítimos. Em Janeiro de 1965 mais uma investida do mar e mais duas destruições ocorreram, desta vez de um grande palheiro característico e de um «chalet» (Laranjeira, 1984).

Em Novembro e Dezembro de 1969 o mar teve impactos desastrosos, destruindo infra-estruturas e 18 palheiros. Em Janeiro de 1971 vários estragos ocorreram novamente, tendo sido aberto um concurso público para a realização das obras de defesa da praia, que tiveram o seu início em Outubro desse ano, constando de três esporões e de defesas frontais (Laranjeira, 1984). Também em Dezembro de 1981 e em Março de 1984 o mar atingiu a avenida

marginal. Já em 2003, a frente marginal do Furadouro foi destruída, ocorrendo também frequentemente galgamentos na zona sul do aglomerado (Laranjeira, 1984).

4.2 ACTIVIDADE TURÍSTICA

A caracterização empírica da actividade turística no Furadouro torna-se difícil pela ausência de dados, os quais estão apenas disponíveis por concelho. A esta dificuldade de análise acresce uma forma de turismo informal, caracterizado por um fenómeno de alojamento paralelo de dimensão significativa e que não é considerado em termos estatísticos. Por esta razão, a análise que irá ser efectuada incorpora, além dos dados estatísticos do INE, uma observação empírica da actividade turística, no lugar do Furadouro.

Começando pelos dados oficiais, a maior parte (mais de 70%) dos alojamentos ocupados existentes no Furadouro servem como residência secundária (INE, 2001). Importa, ainda, destacar que não existe nenhuma unidade hoteleira nesta praia, existindo apenas um parque de campismo, com uma capacidade de 4 000 lugares.

Conforme referido, o conhecimento da realidade local, permite afirmar que o Furadouro possui, também, um turismo de alojamento paralelo. Quando se refere alojamento paralelo, trata-se das inúmeras habitações, e por vezes anexos, que são arrendados, como fonte

de rendimento complementar, em particular na época balnear. Esta forma de permanência para prática de turismo e lazer não é contabilizada, impossibilitando assim saber quantos são os turistas que permanecem no Furadouro.

Além destas práticas turísticas, refira-se ainda os inúmeros visitantes diários, vindos de lugares e concelhos vizinhos, contribuindo para um aumento, em larga escala, da população que permanece durante o dia no Furadouro, na época balnear.

Face ao exposto, verifica-se assim que este lugar é caracterizado por uma forte ocupação sazonal turística.

4.3 APLICAÇÃO DE UM INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

Tendo por base a carta de risco do litoral do MA-INAG (1999), que identifica 3 níveis de risco – baixo, médio e elevado – e que foi “...feita essencialmente com base nos elementos de caracterização que incluem: a geomorfologia, a geologia da linha da costa, a altimetria, a existência de protecções naturais, o clima de agitação, a história do local, as tendências evolutivas, os trabalhos de reconhecimento de campo e por fim o conhecimento do local.”, no âmbito do actual trabalho de investigação de uma das autoras, foram contabilizados, no Furadouro, 580 edifícios em área de risco (61.44% do total), dos quais 210 (36.21%) são do tipo plurifamiliar e 356 (61.39%) do

tipo unifamiliar. Assim, no total encontram-se 1 455 habitações em risco nesta praia (59.34% do total). Na referida carta, o MA-INAG (1999) considera esta área de risco elevado, entre outras razões, porque entre 1975 e 1996, a Sul do aglomerado, as taxas de recuo da linha de costa atingiram uma média de 10 m/ano. Nesta área de risco do Furadouro, foi aplicado um inquérito por questionário¹ na época balnear de 2006 (inserido no referido trabalho de investigação), com o objectivo de auferir a percepção social sobre os riscos costeiros e sobre a dinâmica costeira, e de identificar alterações territoriais e ambientais nas áreas costeiras, bem como conflitos decorrentes da dinâmica litoral e da ocupação do território.

O inquérito é constituído por cinco grupos de análise. No primeiro grupo pretendeu-se uma caracterização do inquirido e do seu agregado familiar. O segundo grupo teve como objectivo compreender a relação da população com a área costeira. O terceiro grupo de questões incidiu sobre os riscos costeiros. Com o quarto grupo pretendeu-se auferir a percepção da dinâmica costeira local. E, finalmente, o quinto grupo direccionou-se para questões sobre informação, prevenção e gestão do território.

Os inquiridos são proprietários de residências habituais e secundárias, bem como residentes em habitação social, tratando-se de um total de 150 inquiridos (Quadro 4.2), o que corresponde a cerca de 10% das habitações que estão em risco.

QUADRO 4.2

Distribuição dos inquiridos por tipologia do edificado e pelo tipo de ocupação das habitações

NÚMERO DE INQUÉRITOS	EDIFÍCIOS		ALOJAMENTOS	
	UNIFAMILIAR	PLURIFAMILIAR	RESIDÊNCIA HABITUAL	RESIDÊNCIA SECUNDÁRIA
150	54%	46%	59.3%	40.7%

¹ Tentou aplicar-se o inquérito em todas as habitações localizadas na área de risco, no entanto, perante a ausência do proprietário, a potencial realização do inquérito foi limitada a 3 tentativas por habitação, em dias diferentes da semana e em diferentes períodos do dia.

Em termos de localização, 10 (cerca de 7%) das habitações inquiridas localizam-se em Domínio Público Marítimo.

Relativamente à caracterização dos inquiridos, 62 (41.3%) são do sexo masculino e 88 (58.7%) do sexo feminino. A faixa etária mais inquirida corresponde a indivíduos com idade igual ou superior a 65 anos (40.7%).

Quanto ao nível de escolaridade dos inquiridos, destaca-se o 1.º CEB com 35.3%, seguidamente, e curiosamente, o ensino superior com 14%. Refira-se que, em termos percentuais, por tipo de residência, os inquiridos com o ensino superior em residências secundárias são o dobro em relação à residência habitual.

Quanto à condição perante o trabalho dos inquiridos, 39.3% exercem uma actividade económica, 41.3% estão aposentados, 11.3% são domésticas e 5.3% estão desempregados.

Relativamente à profissão principal dos inquiridos (para os casos válidos), destaca-se cerca de 26% de pessoal do enquadramento do comércio, serviços e administração pública, 20% de operários qualificados e semi-qualificados, 16% trabalhadores por conta própria da indústria, construção civil, comércio, serviços e transportes e 16% de empregados com profissões liberais e similares. Refira-se que 8 dos inquiridos são pescadores ou pessoas ligadas à pesca.

Das 89 residências inquiridas do tipo habitual, 95.5% estão ocupadas todo o ano. Em relação às 61 residências secundárias, 86.9% estão ocupadas nos meses de férias.

4.3.1 RESULTADOS – RISCOS E DINÂMICA COSTEIRA

Quando questionados sobre a possibilidade de adaptação da população a outras zonas mais afastadas do mar, cerca de 51% dos inquiridos afirmam que tal facto seria difícil, em particular devido à ligação afectiva que esta população tem com o mar e à sua necessidade de viver junto dele, ou por estarem habituadas a viver naquele local, ou pela dependência económica da população em relação ao mar, ou, ainda, pelo gosto em viver próximo do mar, entre outras razões com menor expressão. Ainda cerca de 9% consideram ser muito difícil a adaptação.

Confrontando os inquiridos com a probabilidade de ocorrência de alguns eventos naturais na sua área de residência, nomeadamente recuo da linha de costa/ avanço do mar, erosão, galgamentos, inundações, tsunamis e temporais, utilizando uma escala decomposta em muito provável, provável, pouco provável e impossível, de forma geral conclui-se que o avanço do mar é um dos factos mais esperados pelos inquiridos, seguido pelo fenómeno da erosão e pelos galgamentos, ao contrário dos tsunamis. Refira-se que, em termos percentuais, os residentes do tipo habitual são mais pessimistas ou mais conscientes da probabilidade de ocorrer os eventos em análise do que os proprietários de residência secundária.

54% dos inquiridos relatam ter conhecimento de alguma situação de perigo costeiro que já tenha ocorrido no Furadouro, tratando-se em maior expressão de inquiridos de residência habitual. Os inquiridos associam as investidas do mar maioritariamente a estragos e mesmo destruição de edifícios e de infra-estruturas. Os períodos relatados de ocorrência destas situações são muito variáveis, desde a década de 1940 até à actualidade.

Foi também questionado aos inquiridos se reconhecem alterações na linha de costa, ao que a maioria dos inquiridos (136) responde afirmativamente, destacando-se o recuo da linha de costa (Figura 4.1) de entre as respostas

O recuo da linha de costa é justificado maioritariamente pelo fenómeno das alterações climáticas, ainda com alguma importância pela subida do nível médio do mar/ degelo, pelas marés e também, curiosamente, quer pela implementação de estruturas de engenharia costeira de protecção ou portuárias, quer pela falta de estruturas de protecção costeira.

Não obstante, a todos os inquiridos foi solicitada a opinião acerca da implementação das estruturas de protecção costeira no seu aglomerado (Figura 4.2), ao que responderam 144 inquiridos (96%).

Independentemente da opinião dada, ressalta que 68.6% das justificações de opinião indicam que as estruturas de protecção costeira protegem/ dão mais segurança ao aglomerado.

Quanto ao grau de eficácia atribuído às estruturas de engenharia costeira implementadas para a protecção do Furadouro, dos 146 inquiridos que emitiram

FIGURA 4.1
Percepção das alterações da linha de costa

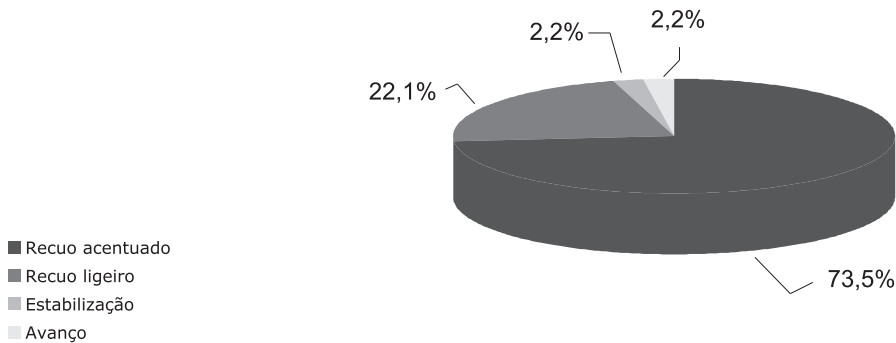
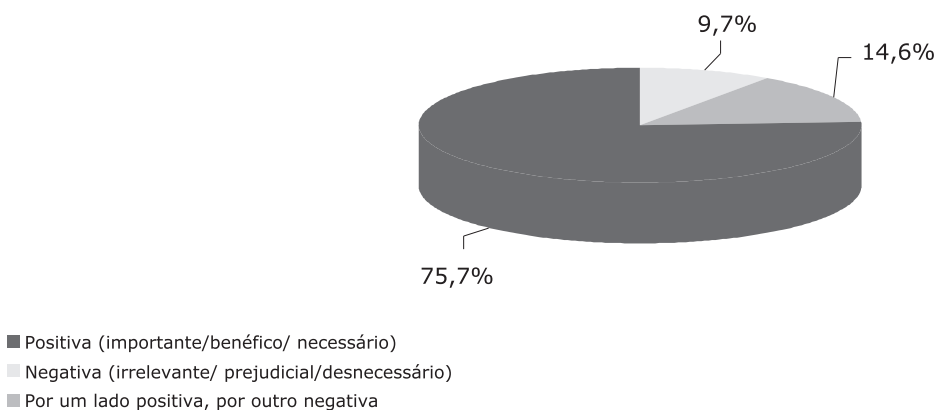


FIGURA 4.2
Opinião relativa à implementação das estruturas de protecção costeira



opinião, importa destacar que 59.6% consideram que as estruturas são bastante eficazes, e apenas 11% consideram que as estruturas não são eficazes, constatando-se aqui uma opinião menos positiva por parte dos inquiridos de residência habitual.

A opinião dos inquiridos acerca da evolução futura da linha de costa no Furadouro não é animadora, pois uma grande maioria considera que a tendência é para recuar. A principal razão para considerarem tal facto é o fenómeno das alterações climáticas e outros factores associados, tais como o degelo.

4.3.2 RESULTADOS – INFORMAÇÃO, PREVENÇÃO E GESTÃO TERRITORIAL

Retomando o conjunto total de inquiridos – 150 – foi questionado se, face à proximidade do mar, se sentem seguros a viver na sua casa com a sua família, ao que 95.3% responderam afirmativamente. Apenas 7 inquiridos consideram não estar em segurança, sobretudo devido à subida do nível médio do mar, ao fenómeno das alterações climáticas e ao conseqüente recuo da linha de costa.

Os 131 inquiridos que não residem em habitação social foram confrontados com a possibilidade de realocação da sua habitação, caso lhes fosse confirmado que efectivamente estão numa área de risco com possibilidade de perda de bens, nomeadamente a sua habitação, ao que 115 inquiridos (87.8%) afirmam que aceitariam a realocação (maior facilidade demonstrada nos proprietários de residência secundária). Apenas 10 inquiridos referem que não aceitariam a realocação da sua habitação, repartindo-se as justificações por não considerarem que a área seja de risco, por só aceitarem se verificassem efectivamente que estavam a correr perigo, por quererem estar perto do mar, ou por terem uma relação afectiva forte com a casa, o que supera o facto de estarem numa área de risco, entre outras.

Cerca de metade dos inquiridos considera que quando «adquiriu» a sua habitação tinha conhecimento dos riscos costeiros que poderia correr, ao contrário de cerca de 21% que respondem negativamente. A mesma percentagem responde também não ter conhecimento, mas que no momento da aquisição o aglomerado não corria perigo.

Actualmente já uma grande maioria de inquiridos considera estar informada acerca de toda a problemática da protecção das áreas costeiras e dos riscos a que as populações costeiras estão expostas, sendo os principais veículos de informação referidos: o conhecimento adquirido da sua vivência naquela área (resposta dada maioritariamente pelos proprietários de residência habitual), a televisão e os jornais.

Apenas 72 inquiridos consideram que têm sido tomadas medidas necessárias para a prevenção dos impactos de possíveis situações de risco costeiro. Ainda neste contexto, a população inquirida sugere como principais medidas necessárias a tomar: o reforço/ reestruturação das estruturas de protecção costeira, a proibição da construção junto ao mar e a protecção/ reconstrução dunar. A realocação de edifícios em áreas de risco e a implementação de novas estruturas de protecção costeira foram mais duas sugestões feitas com alguma frequência, entre outras sugestões com menor expressão.

Passando agora à importância da opinião da população local ser considerada na elaboração dos planos de ordenamento do território ou nas intervenções que vão sendo realizadas, 81% dos inquiridos do Furadouro concordam e, aliás, mostraram disponibilidade em dedicar um pouco do seu tempo para colaborar na gestão do território.

Apesar desta abertura dos inquiridos, apenas 40% têm conhecimento que existe um Plano de Ordenamento da Orla Costeira, cuja área de intervenção abrange o Furadouro. Importa realçar que apenas 2, destes 60 inquiridos, participaram no processo de consulta pública do referido instrumento de ordenamento. A principal razão apontada para a não participação foi o desconhecimento da existência da fase de participação pública (79.3%).

5. DISCUSSÃO E RECOMENDAÇÕES

A excessiva ocupação urbanística do Furadouro, aliada aos riscos costeiros a que está exposta, com a agravante da intensa utilização populacional na época balnear, sobrecarregando a praia e todas as infra-estruturas do aglomerado, sugere a necessidade urgente de intervir no sentido da promoção de um desenvolvimento sustentável, sem descuidar a importância do turismo para o rendimento económico da área.

Tratando-se de um aglomerado que ao longo dos anos tem sido fustigado pelos impactos da acção do mar, e tendo em conta o contexto de agravamento dos impactos das alterações climáticas sentido por todo o planeta, a intervenção local em discussão terá que ser revestir de um grande carácter de prevenção e de uma perspectiva global.

Neste processo a população deverá ter um papel primordial, participando activamente. Refira-se que, de forma geral, grande parte da população está ausente durante todo o período não balnear e que todos pretendem a proximidade do mar, ou pela ligação afectiva e dependência económica, ou pelo lazer. A facilitar a tarefa existe já o reconhecimento do recuo da linha de costa ao longo dos anos e a consciencialização de grande parte da população sobre a probabilidade do mar continuar a avançar,

bem como de alguns impactos negativos ocorrerem na sequência de tal facto. Aliás, várias foram as pessoas que relataram momentos de aflição perante a acção do mar. Para além disso, a disponibilidade na aceitação da realocização da sua habitação, caso lhes fosse confirmado que estavam a residir numa área de risco costeiro, foi muito grande. No entanto, a sensação de segurança manifestada face à proximidade do mar foi quase unânime, despertando aqui algumas dúvidas sobre a pacificidade de um processo de realocização e mesmo sobre a efectiva consciência do risco a que estão sujeitas. Também polémica é a implementação das estruturas de protecção costeira, que apesar dos seus impactos negativos, é considerada maioritariamente positiva, uma vez que a população se sente mais segura com a sua presença. A temática «protecção dos recursos naturais» não parece tão presente nas preocupações da população, no entanto foi mostrada alguma disponibilidade em contribuir nesse sentido. Já muita disponibilidade foi demonstrada por esta população em participar no processo de gestão costeira, apesar do desconhecimento da ocorrência de processos passados, resultado certamente da falha das entidades competentes em envidar esforços no envolvimento activo da população.

Também num estudo sobre inundações e defesa costeira, com intenso envolvimento da população, realizado em Inglaterra e no País de Gales por Richardson *et al.* (2003), duas das principais conclusões retiradas foram que há um conhecimento significativo nas comunidades locais que deve ser usado no processo de gestão territorial e que, se a população tiver plena consciência dos riscos a que está sujeita, a sua gestão poderá ser realizada pró-activamente e de forma eficiente.

Neste contexto, sugere-se a necessidade de aplicar um Plano de Acção sustentável para o Furadouro, envolvendo activamente a população, ou seja, informando-a explicitamente, auscultando as suas opiniões, sugestões, necessidades e aspirações e trabalhando em conjunto, através da realização de reuniões e workshops, bem como da aplicação de inquéritos, da distribuição de brochuras, entre outras formas possíveis. Este plano deve ser desenvolvido tendo em conta o planeamento do espaço turístico, de forma a controlar o seu desenvolvimento, bem como a utilização dos recursos naturais. De acordo com a capacidade de carga destas zonas, é necessário que as autoridades locais tenham o conhecimento de quantos visitantes um local turístico pode suportar sem degradar o ambiente (Silva, 2002), permitindo assim a imposição de limites à sua utilização e, conseqüentemente, o controlo dos danos ambientais, que tão fortemente têm sido produzidos.

Este Plano de Acção deverá assentar em quatro pilares estruturantes, à semelhança da Agenda 21: valorização dos patrimónios natural e cultural locais, com forte incidência na preservação e protecção dos sistemas naturais; desenvolvimento/ atractividade com forte incidência económica; sensibilização/ conhecimento com forte incidência cívica e educacional; e participação/ envolvimento de agentes, promotores e população em geral.

Apesar de inseridos em diferentes contextos, seguir o exemplo de Calvia e Cirali seria um bom princípio. É necessário que sejam realmente tomadas medidas urgentes no Furadouro e, para tal, a implementação do Plano de Acção deveria trazer benefícios sociais, ambientais e económicos, através de medidas concretas sobre a área costeira. Medidas como o controlo no licenciamento de construções, o planeamento e ordenamento urbano, a reconversão de áreas sensíveis, com especial atenção para as zonas de risco costeiro, a consciencialização e educação da população para os problemas ambientais em geral, e para a problemática costeira, e a aposta em estratégias de turismo inovadoras, serviriam para tentar inverter os problemas existentes.

Fica apenas a sugestão de algumas medidas a integrar num potencial instrumento de gestão com vista à sustentabilidade costeira, que se pretende, oportunamente, vir a aprofundar e desenvolver, tendo por base estes mesmos resultados obtidos nesta investigação empírica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida A. B. 2004. Dam and Valley Risk Management - An Example of Social Perception Research. Conference on Flood Prevention and Control on the Yangtze River (Focyr). China, Beijing.
- Alonso. F. 2001. Actuaciones hacia la integración de la movilidad peatonal en la Agenda Local 21 de Calviá. (Islas Baleares, España). III Conferencia Internacional Walk 21 – Passos hacia la ciudad del peatón, San Sebastian
- Alveirinho Dias J. 2005. Evolução da Zona Costeira Portuguesa: Forçamentos Antrópicos e Naturais. Encontros Científicos – Revista da Área de Seminários da ESGHT, Universidade do Algarve, Faro.
- Brito S. P. 2004. A urbanização e o urbanismo turístico em Portugal no início do século XXI. Sociedade e Território – Revista de Estudos Urbanos e Regionais, n.º 37/38, Eds. Afrontamento, Lisboa.
- CCE - Comissão das Comunidades Europeias. 2000. Gestão Integrada das Zonas Costeiras: uma estratégia para a Europa. Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu, Bruxelas.
- CE – Comissão Europeia. 1999. Para Uma Estratégia Europeia de Gestão Integrada das Zonas Costeiras (GIZC) – Princípios Gerais e Opções Políticas. Direcções-Gerais Ambiente, Segurança Nuclear e protecção Civil, Pesca, Política Regional e Coesão, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo.
- CNADS - Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável. 2001. Reflexão sobre o Desenvolvimento Sustentável da Zona Costeira, Lisboa.
- Dinis J., Tavares A.O. 2005. Susceptibilidade Geomorfológica da Costa Ocidental Portuguesa a Tsunamis. III Congresso sobre Planeamento e Gestão das Zonas Costeiras dos Países de Expressão Portuguesa – Perspectivas de Gestão e Sustentabilidade da Zona Costeira, 5-8 Outubro 2005, Maputo, Moçambique. Eds. APRH, ABRH, AMCT.
- Dodds R. 2007. Sustainable Tourism and Policy Implementation: Lessons from the Case of Calviá, Spain. Current Issues in Tourism. Volume 10, Number 4. Michael Hall and Chris Cooper (editors). Pp. 296-322
- DPADM-UNDESA. 2006. Calvia Local Agenda 21: A Sustainable Strategy for a Tourism Destination, United Nations. Consultado em Maio de 2008 em <http://www.unpan.org/Library/SearchDocuments/tabid/70/ctl/DocumentDetails/mid/985/did/3388/Default.aspx>
- EC - European Commission. 1999. European Code of Conduct for Coastal Zones. Document established by the Secretariat General, Direction of Environment and Local Authorities, CO-DBP (99), Strasbourg.
- EEA - European Environment Agency. 2006. Report on the use of the ICZM indicators from the WG-ID – a contribution to the ICZM evaluation – version 1. European Topic Centre, 44p.
- GEOTA. 2002. Agenda de Política de Ambiente do GEOTA. Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente, Lisboa.
- INE, Censos 2001 – XIV Recenseamento Geral da população. IV Recenseamento Geral da Habitação.
- Laranjeira E.L. 1984. O Furadouro – O Povoado, o Homem e o Mar. Eds. Câmara Municipal de Ovar. Pp. 172-183.
- Lima M.L. 2000a. As controvérsias nos estudos de impacte ambiental. Cultura Científica e Participação Pública. Maria Eduarda Gonçalves (org.), Celta Editora, Lisboa, pp. 109-128.
- Lima M.L. 2000b. Ciência e saber comum: introdução. Cultura Científica e Participação Pública. Maria Eduarda Gonçalves (org.), Celta Editora, Oeiras, Portugal, pp. 103-107.
- MA–INAG (Instituto da Água). 1999. Carta de Risco do Litoral – Trecho 2: Foz do Douro – Nazaré, Digital version, 1st edition.
- MA–INAG (Instituto da Água). 1998. Plano de Ordenamento da Orla Costeira Ovar – Marinha Grande. Realizado por Hidrotécnica Portuguesa, Consultores para Estudos e Projectos, Lda.
- Myatt L.B., Scrimshaw M.D., Lester J.N. 2003. Public Perceptions and Attitudes Towards a Fothcoming Managed Realignment Scheme: Freiston Shore, Lincolnshire, UK. Ocean & Coastal Management 46 (2003): 565-582.
- Myatt-Bell L.B., Scrimshaw M. D., Lester J.N., Potts J.S. 2002. Public Perception of Managed Realignment: Brancaster West Marsh, North Norfolk, UK. Marine Policy, 26 (2002) 45-57.

- PAP/RAC. 2005. Coastal Area Management in Turkey, Priority Actions Programme Regional Activity Centre, Split. 70 pp.
- Richardson J., Reilly, J., Jones, P.J.S. 2003. Community and public participation: risk communication and improving decision making in flood and coastal defence, Presentation at 38th DEFRA Flood & Coastal Management Conference, Keele University, 16-18 July 2003.
- Sena M. F., Queiroz O. 2006. Impactos ambientais e sócio-culturais do turismo de segunda residência: o caso de Ponta da Tulha, Ilhéus, BA.. Caderno Virtual de Turismo, Vol. 6, n.º 4, Brasil.
- Silva C. P. 2000. Utilização dos Estudos de Percepção para o Planeamento: O Caso das Praias do Concelho de Sines. Seminário A Zona Costeira do Alentejo, 1999, Lisboa. Eds. EUROCOAST-Portugal, Porto, pp. 219-234.
- Silva C. 2002. Gestão Litoral: Integração de estudos de Percepção da Paisagem e Imagens Digitais na Definição de Capacidade de Carga de Praias - o troço litoral S. Torpes - Ilha do Pessegueiro. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- UN - United Nations. 2001. Sustainable Development of Tourism: report of the Secretary-General. Commission on Sustainable Development Acting as the Preparatory Committee for the World Summit on Sustainable Development, New York.
- UNEP. 2003. Tourism and Local Agenda: The role of local authorities in sustainable tourism, United Nations Environment Programme. ICLEI - The International Council for Local Environmental Initiatives.
- Veloso Gomes F. e Taveira-Pinto F. 1997. *A Opção "Protecção" para a Costa Oeste Portuguesa*. In Colectânea de Ideias sobre a Zona Costeira Portuguesa, Associação Eurocoast Portugal.
- Wescott G. 2004. The Theory and Practice of Coastal Area Planning: Linking Strategic Planning to Local Communities. Coastal Management 32: 95-100.
- WTO. 1993. Agenda 21 for the Travel & Tourism Industry: Towards Environmentally Sustainable Development. UK.

NORMAS PARA OS ARTIGOS A SUBMETER À REVISTA PORTUGUESA DE ESTUDOS REGIONAIS

A. NORMAS RESPEITANTES À ACEITAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS ARTIGOS

1. Só serão aceites para avaliação artigos que nunca tenham sido publicados em nenhum suporte (outra revista ou livro, incluindo livros de Actas). A única excepção admissível é ter sido divulgada uma versão anterior do artigo submetido em séries do tipo “working papers” (electrónicas ou em papel).
2. Ao enviar uma proposta de artigo para a Revista, os autores devem renunciar explicitamente a submetê-la para publicação a qualquer outra revista ou livro até à conclusão do processo de avaliação. Para o efeito deverão sempre enviar, juntamente com o artigo que submetem, uma declaração assinada neste sentido. No caso de recusa do artigo pela Direcção Editorial, os autores ficarão livres para o publicar noutra parte.
3. Os artigos submetidos à Direcção Editorial para publicação serão sempre avaliados (anonimamente) por dois especialistas na área convidados para o efeito pela Direcção Editorial. Os dois avaliadores farão os comentários que entenderem ao artigo e classificá-lo-ão de acordo com critérios definidos pela Direcção Editorial. Os critérios de avaliação procurarão reflectir a originalidade, a consistência, a legibilidade e a correcção formal do artigo. No prazo máximo de 10 semanas após a submissão do artigo, os seus autores serão contactados pela Direcção Editorial

do resultado da avaliação feita. O processo de avaliação tem três desenlaces possíveis:

- (1) o artigo é admitido para publicação tal como está (ou com meras alterações de pormenor) e é inserido no plano editorial da revista. Neste caso, a data previsível de publicação será de imediato comunicada aos autores.
- (2) o artigo é considerado aceitável mas sob condição de serem efectuadas alterações significativas na sua forma ou nos seus conteúdos. Neste caso, os autores disporão de um máximo de 6 semanas para, se quiserem, procederem aos ajustamentos propostos e para voltarem a submeter o artigo, iniciando-se, após a recepção da versão corrigida, um novo processo de avaliação.
- (3) o artigo é recusado.

As decisões que a Direcção Editorial tomar com base nos pareceres recolhidos são soberanas e inapeláveis para qualquer outro órgão.

4. Assim que esteja feito o trabalho de formatação gráfica prévio à publicação do artigo na revista, serão enviadas ao autor as respectivas provas tipográficas para revisão. As eventuais correcções que este quiser fazer terão de ser devolvidas à Direcção Editorial no prazo máximo de 5 dias úteis a contar da data da sua recepção.

5. Ao autor ou a cada um dos co-autores de cada artigo aceite será oferecido um exemplar do número da Revista em que o artigo foi publicado e cinco separatas do artigo.
 6. Os originais, depois de formatados de acordo com as presentes normas, não poderão exceder as 30 páginas, incluindo a página de título, a página de resumo, as notas, os quadros, gráficos e mapas e as referências bibliográficas. Serão liminarmente recusados todos os artigos que ultrapassem este limite.
 7. As propostas de artigo deverão ser enviadas, pelo correio, para o Secretariado Técnico da Revista: APDR - Apartado 3060, 3001-401 COIMBRA - PORTUGAL. Para informações ou para a comunicação posterior os contactos do Secretariado Técnico são os seguintes: telefone: 239 820 938, fax: 239 820 750, e-mail: rper@ine.pt.
- B. NORMAS RESPEITANTES À ESTRUTURA DOS ARTIGOS**
8. Os autores deverão enviar o artigo completo (conforme os pontos seguintes) em disquette, CD-Rom ou por e-mail para o endereço que consta no ponto 7.
 9. Os textos deverão ser processados em *Microsoft Word for Windows* (versão 97 ou posterior). O texto deverá ser integralmente a preto e branco.
 10. Na publicação os gráficos, mapas, diagramas, etc. serão designados por “figuras” e as tabelas por “quadros”. Admite-se, nas figuras e nos quadros, a utilização de escalas de uma segunda cor (ex: laranja).
 11. As eventuais figuras e quadros deverão ser disponibilizados de duas formas distintas: por um lado devem ser colocados no texto, com o aspecto pretendido pelos autores. Para além disso, deverão ser disponibilizados em ficheiros separados: os quadros, tabelas e gráficos serão entregues em *Microsoft Excel for Windows*, versão 97 ou posterior (no caso dos gráficos deverá ser enviado tanto o gráfico final como toda a série de dados que lhe está na origem, de preferência no mesmo ficheiro e um por *worksheet*); para os mapas deverá usar-se um formato vectorial em *Corel Draw* (versão 9 ou posterior)
 12. As expressões matemáticas deverão ser tão simples quanto possível. Serão apresentadas numa linha (entre duas marcas de parágrafo) e numeradas sequencialmente na margem direita com numeração entre parêntesis curvos. A aplicação para a construção das expressões deverá ser ou o *Equation Editor (Microsoft)* ou o *MathType*.
 13. Salvo casos excepcionais, que exigem justificação adequada a submeter à Direcção Editorial, o número máximo de co-autores das propostas de artigo é três.
 14. O texto deve ser processado em página A4, com utilização do tipo de letra *Times New Roman* 12, a um espaço e meio, com um espaço após parágrafo de 6 pt. As margens superior, inferior, esquerda e direita devem ter 2,5 cm.
 15. A primeira página conterá exclusivamente o título do artigo, bem como o nome, morada, telefone, fax e e-mail do autor, com indicação das funções exercidas e da instituição a que pertence. No caso de vários autores deverá aí indicar-se qual o contacto para toda a correspondência da Revista.

16. A segunda página conterá unicamente o título e dois resumos do artigo, um em português e outro inglês, com um máximo de 800 caracteres cada, seguidos de um parágrafo com indicação, em português e inglês, de palavras-chave até ao limite de 8 em cada língua. Os dois resumos são obrigatórios.
17. Na terceira página começará o texto do artigo, sendo as suas eventuais secções ou capítulos numerados sequencialmente utilizando apenas algarismos (não deverão utilizar-se nem letras nem numeração romana).
18. Cada uma das figuras e quadros deverá conter uma indicação clara da fonte e ser, tanto quanto possível, compreensível sem ser necessário recorrer ao texto. Todos deverão ter um título e, se aplicável, uma legenda descritiva.
19. A forma final das figuras e quadros será da responsabilidade da Direcção Editorial que procederá, sempre que necessário, aos ajustamentos necessários.

C. NORMAS RESPEITANTES ÀS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

20. A "Bibliografia" a apresentar no final de cada artigo deverá conter exclusivamente as citações e referências bibliográficas efectivamente feitas no texto.
21. Salvo em circunstâncias excepcionais, que deverão ser aduzidas pelos autores e sujeitas a decisão da Direcção Editorial, o número máximo permitido de referências bibliográficas é 25.
22. Para garantir o anonimato dos artigos, o número máximo de citações de obras do autor do artigo (ou de cada um dos seus co-autores) é três e não são permitidas expressões que possam

denunciar a autoria tais como, por exemplo, "conforme afirmámos em trabalhos anteriores (cfr. Beterraba (1998: 3))".

23. Os autores citados ao longo do texto serão indicados pelo apelido seguido, entre parêntesis curvos, do ano da publicação, de ":" e da(s) página(s) em que se encontra a citação. Por exemplo: ao citar-se "Batata (1973: 390-93)": está-se a referir a obra escrita em 1973 pelo autor "Batata", nas páginas 390 a 393. Deverá usar-se "Batata (1973: 390-93)" e não "Batata (1973: 390-93)". No caso de uma mera referenciação do autor bastará indicar "Batata (1973)".
24. No caso de o mesmo autor ter mais de um trabalho do mesmo ano citado no artigo, indicar-se-á a ordem da citação, por exemplo: Nabo (1983a: 240) e Nabo (1983b: 232).
25. As referências bibliográficas serão listadas por ordem alfabética dos apelidos dos respectivos autores no fim do manuscrito. O nome será seguido do ano da obra entre parêntesis, e da descrição conforme com a seguinte regra geral:

MONOGRAFIAS:

Cenoura, Hermenegildo (1997a), *A Teoria dos Legumes*, Alcarraques, Editora da Horta

COLECTÂNEAS:

Galega, Couve (1992), "Herbicidas e estrumes" in Feijão, Brunilde (coord), *Teoria e Prática Hortícola*, Mem Martins, Quintal Editora, pp. 222-244

ARTIGOS DE REVISTA:

Nabiça, Brites (1999), "Leguminosas Gostosas" in *Revista Agrícola*, Vol. 32, nº 3, pp. 234-275

26. A forma final das referências bibliográficas será da responsabilidade da Direcção Editorial que procederá, sempre que necessário, aos ajustamentos necessários.

NORMS FOR THE SUBMISSION OF PAPERS TO THE PORTUGUESE REVIEW OF REGIONAL STUDIES

A. NORMS FOR THE SUBMISSION AND ASSESSMENT OF PAPERS

1. 1. Only papers that have never been published (in another Review or book, including conference Proceedings) can be considered. The only exception is where a previous version of the paper submitted has been published in a series of “working papers” (electronic or paper format).
2. When a paper is submitted to RPER, the authors must explicitly state that it will not be submitted for publication in any other review or book until the reviewing process is completed. For this purpose, a signed declaration must be sent along with the paper. If the paper is rejected by the Editorial Board, the authors are free to publish it anywhere else.
3. Papers submitted for publication will always be reviewed (anonymously) by two specialists in the area, invited by the Editorial Board. The two referees will offer their comments and classify it in accordance with the criteria defined by the Editorial Board. The reviewing criteria include originality, consistency, legibility and the paper’s formal correction. The authors will be informed by the Editorial Board of the results of the evaluation within 10 weeks of its receipt. The assessment has three possible outcomes:
 - (1) the paper is accepted for publication just as it is (or with minor changes) and it is included in the editorial plan for the Review. In this case, the authors are immediately informed of the expected publication date.
 - (2) The paper is considered acceptable provided that major changes are made to its form and/or contents. In this case, authors will have a maximum of six weeks to make such changes and to submit the paper again. Once the revised version is received, a new assessment process starts.
 - (3) The paper is refused.

Decisions taken by the Editorial Board based on the opinions received are final and cannot be appealed.
4. Once the paper has been formatted for publishing, it will be sent to the author for graphics checking and revision. Any corrections the author might want to make must be sent to the Editorial Board within five days.

5. Each author and co-author of accepted papers will be offered a number of the published Review
6. Articles cannot exceed 30 pages after being formatted according the present norms, including the title page, the summary page, notes, tables, graphics and maps and references. Papers that exceed this limit will immediately be refused.
7. Papers must be sent, by e-mail to rper@apdr.pt or by normal mail to the Executive Secretariat of RPER at APDR – Apartado 3060, 3001-401 COIMBRA – PORTUGAL. For further information or future contact: telephone: + 351 239 836 068, fax: + 351 239 820 750, e-mail: rper@apdr.pt.
12. Mathematical expressions must be as simple as possible. They will be presented on one line (between two paragraph marks) and numbered sequentially at the right margin, with numeration inside round brackets. Equation Editor (Microsoft) or Math Type are the accepted Applications for original format files.
13. The paper may have no more than three co-authors. Exceptions may be accepted when a reasonable explanation is presented to Editorial Board.
14. Text must be processed in A4 format, Times New Roman font, size 12, line space 1.5 and 6 pt space between paragraphs. The upper, lower, left and right margins must be 2.5 cm.

B. NORMS FOR STRUCTURING PAPERS

8. The authors must send a complete version of the paper on a CD-Rom by mail, or in the original Microsoft Word file by e-mail, to the contacts specified in point 7 of Norms (A).
9. The texts must be processed in Microsoft Word for Windows (97 or later version). All written text must be black.
10. Graphics, maps, diagrams, etc. shall be refereed to as “Figures” and tables shall be refereed to as “Tables”.
11. Figures and Tables must be delivered in two different forms: inserted in the text, according to the author’s choice, and in a separate file. Tables and graphics must be delivered in Microsoft Excel for Windows 97 or later. Graphics must be sent in both the final form and accompanied by the original data, preferably in the same file (each graphic in a different worksheet). Maps must be sent in a vector format, like Corel Draw or Windows Metafile Applications.
15. The first page shall contain only the paper’s title, the author’s name, address, phone and fax numbers and e-mail, and the affiliation of the author. In the case of several authors, please indicate the contact person for correspondence.
16. Second page shall only contain the heading and two summaries of the paper, one in Portuguese and the other in English, no more than 800 characters each, followed by a line, in Portuguese and English respectively, with the key-words to a limit of 8 for each language. The two summaries are required only when the paper’s language is Portuguese.
17. Text starts on the third page. Sections or chapters are numbered sequentially using Arabic numbers only (letters or Roman numeration must not be used).

18. Figures and Tables must contain a clear source reference. These shall be as clear as possible without the reading of the text being strictly necessary. Each must have a title and, if applicable, a legend.

19. The final format of Figures and Tables will be of the responsibility of the Editorial Board, who will allow some adjustments, whenever necessary.

C. NORMS FOR REFERENCES

20. The references listed at the end of each paper shall only contain citations and references actually mentioned in the text.

21. The maximum number of references allowed is 25. Exceptions to this rule are rare and only occur for extremely good reasons.

22. To ensure the anonymity of papers, each author's self references are limited to three and no expressions that might betray the authorship are allowed (for example, "as we affirmed in previous works (cf. Beetroot (1998: 3))").

23. Authors cited in the text must be indicated by his/her surname followed, within round brackets, by year of publication, by ":" and by the relevant page number(s). For example, the citation "Potato (1973: 390-93)", refers to the work written in 1973 by the author Potato, on pages 390 to 393. If the author is merely mentioned, indication of "Potato (1973)" is sufficient.

24. In case an author has more than one work from the same year cited in the paper, citation must be ordered. For example: Turnip (1983a: 240) and Turnip (1983b: 232).

25. References must be listed alphabetically by authors' surnames, at the end of the manuscript. The name will be followed by year of publication inside round brackets and the description, thus:

MONOGRAPHS:

Carrot, Howard (1997a), *The Vegetables Theory*, Capers, Horticulture Editor

COLLECTION:

Green, Borecole (1992), "Weed Killers and Manure" in Been, Mary (coord.), *Farming - Theories and Practices*, Greenland, Onion Publishing Company, pp. 222-244

REVIEW PAPERS:

Tomato, Bridget (1999), *Tasty Broccoli* in *Farmer Review*, Vol. 32, no. 3, pp. 234-275

26. The final format of the references will be the responsibility of the Editorial Board, who will allow adjustments whenever necessary.

